

SOCIOLOGIA

VOL. XXX | JULHO-DEZEMBRO 2015

Luísa Veloso

Maria Luísa Quaresma

Fernando Ampudia de Haro

Isabel Ferreira

Maria Engrácia Leandro

João Areosa

Ana Alves da Silva

Joana Almeida

Carlos Montemor

Sara Melo

Ana Sofia da Silva Leandro

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXX • PORTO • 2015

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vitor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Redalyc.org, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
<i>Texturas</i> , ou sobre os efeitos sociais das artes Sara Melo	11
Palcos de inovação social: atores em movimento(s) Ana Alves da Silva e Joana Almeida	35
O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados Maria Luísa Quaresma	55
Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro	75
Governança, participação e desenvolvimento local Isabel Ferreira	97
Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa	119
A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo Fernando Ampudia de Haro	145

ESTATUTO EDITORIAL	167
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	169
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO	171

EDITORIAL

Dá-se à estampa o número XXX da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Apresenta-se um leque de artigos da autoria de sociólogos e outros cientistas, que têm como denominador comum a análise de várias dimensões que caracterizam a sociedade portuguesa atual. Este aspeto vem sendo um apanágio da sociologia no nosso país, que deve ser expressamente valorizado. Vejamos os principais eixos de cada um dos artigos.

Sara Melo discute e regista os resultados obtidos na sua investigação sobre um projeto de intervenção comunitária no quadro do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira. Compreender o significado dado pelos agentes participantes em tal projeto, que são exteriores ao campo artístico, é um dos eixos estruturantes do texto, que irá desembocar, por sua vez, na demonstração, pela autora, das transformações na vida quotidiana dos mesmos agentes.

Ana Alves da Silva e Joana Almeida refletem sobre o conceito de inovação social e os modos como se articula com os movimentos sociais. É apresentada ao leitor uma análise dos movimentos sociais, na qualidade de ação coletiva com atributos particulares.

Por sua vez, Maria Luísa Quaresma descortina como o ensino público, em Portugal, é objeto de interpretação por diversos atores do ensino privado. Leitura inovadora, na medida em que, entre outros aspetos, vai ao viés do protocolo analítico recorrente – analisar as representações sociais dos atores sobre os sistemas de ensino em que se integram. Para isso recorre, em termos de trabalho terreno, a dois colégios privados de Lisboa.

A saúde, bem-estar/mal-estar e termalismo nas sociedades hodiernas é o tema do artigo de Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro. Trazem à discussão o papel que aquelas três dimensões têm no presente. Num registo concetual, reflete-se sobre o corpo, o bem-estar humano e social, as novas aspirações sobre o corpo, mas também sobre a doença. É neste quadro que, para as autoras, o termalismo, prática com uma extensa profundidade histórica, adquire novos significados.

Isabel Ferreira, incidindo a sua atenção sobre as cidades, discute os respetivos modelos de governação. A participação dos cidadãos inscreve-se nesses modelos, não deixando, portanto, de ser um elemento a considerar, principalmente quando estão em causa as condições de vida das populações. A autora defende a necessidade de uma mais ampla investigação científica sobre tal aspeto, principalmente em Portugal, que peca por um défice de conhecimento.

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa debruçam-se sobre a sinistralidade laboral ao nível da mecanização da agricultura, produção animal e florestas. Em especial, acidentes com tratores vêm aumentando. Numa abordagem tripartida, os autores equacionam os fatores de risco, as medidas tomadas e os acidentes ocorridos. Texto que podemos situar na atual tendência, no seio da sociologia e com interconexões com outros domínios disciplinares, como o caso da medicina, da psicologia e da ergonomia, de uma crescente valorização da temática plurifacetada das condições de trabalho.

Por último, as previsões económicas são o tema do artigo de Fernando Ampudia de Haro. Concretamente o texto aborda as articulações que, na opinião do autor, subsistem entre tais previsões e as leis económicas, mas igualmente com o denominado saber económico de senso comum.

Carlos Manuel Gonçalves

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Instituto Superior de Serviço Social do Porto e
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo procura contribuir para o questionamento e discussão crítica em torno da participação cultural e dos efeitos sociais das artes, a partir de um projeto de intervenção comunitária – *Texturas* – desenvolvido no âmbito do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira, onde se pretendeu compreender o significado atribuído à experiência por parte de indivíduos, social e culturalmente distantes do mundo artístico. Pela análise realizada conclui-se que a participação artística foi geradora de um conjunto de consequências transformativas nas vidas dos protagonistas.

Palavras-chave: projetos artísticos; teatro; efeitos sociais das artes.

Abstract

Texturas, or on the social effects of arts

This article aims to contribute to the questioning and critical discussion around the cultural participation and the social effects of arts, with the background of a community intervention project – *Texturas* - developed under the Santa Maria da Feira's International Festival of Street Theatre. The research that underlies it sought to understand the meaning given to the experience by individuals, socially and culturally distant from the art world. It is concluded that the artistic participation has generated a set of transformative (and positive) consequences in the lives of the protagonists.

Keywords: artistic projects; theatre; social effects of arts.

Résumé

Texturas, ou sur les effets sociaux des arts

Cet article souhaite à contribuer à la remise en question et la discussion critique sur la participation culturelle et les effets sociaux des arts, a partir d'un projet d'intervention communautaire – *Texturas* - développé au Festival International de Théâtre de Santa Maria da Feira. La recherche qui le sous-tend a cherché à comprendre le sens donné à l'expérience par les participants, socialement et culturellement éloignés du monde de l'art. Il est conclu que la participation culturelle a généré un certain ensemble de conséquences transformatrices (et positives) dans la vie des protagonistes.

Mots-clés: projets artistiques; théâtre; effets sociaux des arts.

Resumen

Texturas, o acerca de los efectos sociales de las artes

Este artículo busca contribuir al cuestionamiento y discusión crítica de la participación cultural y los efectos sociales de las artes, a partir de un proyecto de intervención comunitaria - *Texturas* - desarrollado bajo lo Festival Internacional de Teatro de Calle de Santa Maria da Feira, donde se tenía la intención de comprender el significado atribuido a la experiencia de los individuos, social y culturalmente distantes del mundo del arte. Por el análisis realizado se concluye que la participación cultural ha generado un conjunto de efectos transformadores en la vida de los protagonistas.

Palabras clave: proyectos de arte; teatro; efectos sociales de las artes.

Introdução

A constatação da proliferação de projetos artísticos e culturais com intervenção social e comunitária promovidos por instituições com caráter político e público, bem como a necessidade de se compreender uma nova dimensão relacional existente entre a cultura e a arte, levou-nos a interessar-nos pela temática da eventual instrumentalidade da arte e/ou da cultura para atingir fins não eminentemente culturais, nomeadamente pelos efeitos que a participação em projetos artísticos de natureza comunitária teria sobre os sujeitos que neles participassem.

É com base neste pano de fundo que problematizamos a relação a que atualmente se vem assistindo entre cultura, arte e intervenção comunitária junto de públicos que, de alguma forma, apresentam um traço identificativo de alguma vulnerabilidade social.¹ Que significado se pode atribuir atualmente ao trabalho de

¹ O presente artigo constitui uma reflexão que resulta de uma parte da tese de doutoramento em Sociologia, intitulada *Projetos Artísticos (de) intervenção comunitária. Texturas, uma experiência do*

intervenção comunitária levado a cabo através da criação artística? Como se poderá aludir à sustentabilidade artística de projetos promovidos e implementados por públicos, compostos por pessoas *reais*, não artistas? Que significados atribuem os atores destes projetos artísticos à experiência que vivem, sempre que protagonizam uma peça onde expressam e se expressam como alguém bastante distinto do seu ser quotidiano? E como interpretar sociologicamente este modelo de intervenção social pública, que pretende operar por via da cultura, que faz apelo à ativação quer de campos relativamente distantes dos usuais campos de ação, quer de públicos, transitoriamente transformados em atores, cujas propriedades estruturais de origem se manifestam frágeis em volume de capital, sobretudo cultural?

Em Portugal, tem crescido, nos últimos anos, um conjunto de iniciativas culturais e artísticas com ressonância social², na nossa perspetiva, concomitantes da passagem de paradigma do(s) público(s) da cultura para um paradigma do cidadão criativo, segundo o qual todos os indivíduos têm potencial não só para assistir, ouvir, escutar, apreciar e fruir um qualquer acontecimento cultural, de pendor ora mais erudito, ora mais comercial, mas sobretudo para participar ativamente nesse processo de criação artística e cultural, cuja importância, efeitos e consequências devem ser estudados.

Com base nos resultados obtidos a partir de uma investigação que tomou como objeto empírico um projeto artístico de intervenção comunitária desenvolvido no âmbito do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira (Melo, 2014), procuramos neste texto apresentar alguns contributos teóricos para a discussão necessária entre os modos de relação com a cultura e os efeitos sociais das artes.

1. Sobre os modos de relação com a cultura...

No dealbar do século XXI começou a tornar-se visível o facto de a criatividade assumir um papel importante noutras esferas que não a económica e a estética, tendo começado a ser perspetivada como uma outra forma de comunicar e capaz de colocar em pé de igualdade diferentes modos de vida e de comunidade, nomeadamente no que concerne à inclusão económica e social e à participação de grupos em risco,

Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira, realizada pela autora no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), com orientação científica da Professora Doutora Helena Santos (FEP) e coorientação científica do Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves (FLUP), e apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/62719/2009).

² Para um inventário desses projetos, atente-se à compilação recente de Fortuna (org.), 2014.

marginalizados ou excluídos. Uma forma de se verificar a viabilidade deste processo consiste em estimular a criatividade, emancipando as pessoas e tornando-as capazes de mudar as suas próprias condições de vida. Outra forma é permitir a participação num contexto cultural por grupos marginalizados, tornando-os capazes de tomar parte em processos de mudança que afetam a comunidade e, desde logo, as suas vidas. Daqui se antevê uma utilização da cultura para atingir fins consentâneos com princípios não eminentemente ou, pelo menos, não imediatamente culturais, isto é, fins de inclusão ou integração social, fins de estabelecimento e reforço dos laços comunitários, fins de alargamento da coesão social.

Com efeito, cada vez mais se equaciona a cultura, designadamente: a produção e o consumo culturais como geradores de valor económico³; as artes como potenciadoras de utilidade económico-social no que se refere à coesão, à inclusão e ao emprego (Matarasso, 2001, Cliche *et al.*, 2002 e Dubois, 2004 *in* Santos e Melo, 2006); ou, finalmente associando-se a imaterialidade representacional do valor da arte como um reforço da competição simbólica e da produção de imagens que funcionam como identitárias das cidades (Fortuna e Silva, 2001).

A temática da relação entre a cultura, especificamente as artes, e a intervenção comunitária tem sido amplamente discutida, sobretudo em contexto anglo-saxónico⁴, justamente no que se refere à instrumentalização de que as artes são alvo, nomeadamente por parte dos poderes públicos, para que se atinjam fins não imediatamente artísticos. A esta discussão justapõe-se uma outra, a da legitimação da arte, quando se equaciona a importância que esta pode (deve) ou não ter na vida quotidiana dos indivíduos e sobre que planos se deve intervir, se assim for entendido como necessário. Enquadradas num toldo mais abrangente, usualmente designado como impacto⁵, especificamente impacto social das artes, a instrumentalização e a legitimação das artes adquirem novos contornos teóricos. Não pretendendo entrar pela definição estético-filosófica do que significa a arte, atemo-nos ao que é prático na arte,

³ Especificamente na economia da cultura, cf. Hendon, 1987 e Throsby, 2001 *in* Santos e Melo, 2006.

⁴ Parece-nos que tal preponderância é coerente com o entendimento, pelo menos por parte das estruturas académicas (*Cultural Studies*), da cultura nesses países, designadamente Estados Unidos da América, Reino Unido e Austrália. É aqui que reside uma conceção de cultura amplamente associada às dimensões de género, sexualidade, relações interétnicas, formas de exploração neocoloniais, e no que se refere à cultura enquanto dimensão estética e de lazer, aos *mass media* e à cultura popular.

⁵ Apesar de ser recorrente a utilização pela literatura, quer empírica quer teórica, do conceito de impacto, o que aqui se pretende consiste em perceber os efeitos e as consequências que a participação ativa numa qualquer prática artística promove junto dos indivíduos e não a determinação conceptual de impacto.

nomeadamente ao seu “*fazer*”. São, portanto, às práticas artísticas e culturais que nos referimos quando trabalhamos os efeitos que o envolvimento nas artes, mais passivo ou mais ativo, de pendor de entretenimento ou de realização pessoal, de regularidade ou de *aficionado* (McCarthy e Jinnat, 2001) gera nos indivíduos.

Para o exercício que aqui apresentamos julgamos pertinente enquadrar as práticas a que nos referimos no conceito de arte comunitária. A arte comunitária surge no âmbito do conjunto de movimentos sociais das décadas de 60 e 70 do século XX, como uma forma de luta contra a institucionalização das formas de arte convencionais. Tem como princípio fundamental ser uma forma de arte pública, que no seu âmago corresponde ao exercício do interesse público (Lowe, 2000). É, nesse sentido, uma arte de todos e para todos, com um forte pendor crítico e criativo, que visa promover uma transformação da realidade através da justiça social e dos princípios comunitários. As artes comunitárias, neste sentido, manifestam-se então numa forma inteligível, inclusiva, colaborativa e experiencial de fazer a arte, de qualquer tipo que ela seja, e, apesar de virtualmente qualquer tipo de atividade artística poder ser utilizada num contexto comunitário, a literatura académica em torno das artes comunitárias inclui como privilegiadas o conto, a produção de vídeo, o teatro, a dança, a poesia, a fotografia, a cerâmica, a música, a reabilitação de territórios excluídos, os festivais, as instalações e exposições, entre outras.

Neste sentido, definir arte comunitária significa ser permeável a uma heterogeneidade vincada que se unifica num desígnio exposto por Goodlad, Hamilton e Taylor (2002), como aquilo que proporciona às populações usualmente excluídas o acesso às artes em escolas, prisões, no local de trabalho, nas ruas e nos projetos de habitação social. Encoraja a participação e lida com questões de classe, género, raça, saúde, habitação, bem como com preocupações ambientais. Constitui, por essa via, uma forma de os grupos marginalizados amplificarem a conceção de público ativo (que participa) a, de alguma maneira, tornarem-se artistas.

De acordo com Lowe (2001) as artes comunitárias representam um fenómeno sociológico que influencia o desenvolvimento de uma comunidade e têm potencial para criar impactos em decisões políticas que se referem a questões sociais. Com efeito, as artes comunitárias têm vindo a estabelecer-se enquanto campo na viragem para o século XXI, campo esse, apesar de tudo, com laivos de contrariedades, na medida em que advoga um princípio promotor de mudança social, ao mesmo tempo que lida em

consentaneidade com a promoção da conservação das culturas locais (Cohen-Cruz, 2005).

Ao longo das últimas décadas, e sobretudo em contexto internacional, tem sido crescente o número de investigações empíricas realizadas em torno das artes comunitárias como objeto de estudo. Apesar da não exaustividade reivindicada pela maioria dos estudos que foram fazendo uma revisão dos trabalhos nesta área, a verdade é que são em cada vez maior número e, em cada vez também maior, diversidade, nomeadamente no que às áreas de intervenção diz respeito. Com efeito, as disciplinas que relegam maior atenção às artes comunitárias parecem ser a educação, nomeadamente a educação pela arte, o desenvolvimento comunitário e a reabilitação urbana, a saúde mental, a política cultural e as próprias artes, e o âmbito das discussões que preconizam tomam diferentes formas, isto é, debatem sobre uma arte política ou socialmente comprometida, realizam relatórios sobre projetos de artes comunitárias levados a cabo por artistas comunitários ou académicos que se debruçam sobre estas questões, discutem e analisam projetos de educação pela arte, descrevem as artes comunitárias, avaliam projetos de intervenção por via da arte, bem como o trabalho de instituições públicas ou privadas cujo âmbito de intervenção radica exclusivamente na intervenção por via da arte.

2. ... E os efeitos sociais das artes

Apesar de ser recorrente encontrarmos na literatura científica a referência ao estudo de Landry, Biachini e Maguire (1995) como sendo o primeiro verdadeiramente dedicado ao impacto social das artes, a verdade é que se considerarmos um arco temporal mais alargado encontramos o primeiro trabalho referenciado enquanto pesquisa empírica acerca da avaliação dos projetos de arte comunitária levado a cabo por Jones (1988), publicado no *Journal of the Community Development Society of America*. Esta investigação tratou-se de um projeto-piloto, que contemplava a realização de uma residência artística, e teria sido encomendada por uma agência estatal. Teve como objetivo perceber se a intervenção comunitária pelas artes resultava no desenvolvimento de atividades comunitárias, e incidia a sua pesquisa sobre quatro áreas específicas: (i) Reforço da tomada de consciência e da apreciação do património cultural e dos símbolos; (ii) Aumento do sentido de comunidade; (iii) Identificação com a comunidade; (iv) Participação nos assuntos da comunidade. Concluiu que teriam havido

mudanças positivas em todas as áreas de intervenção contempladas inicialmente, sendo de ressaltar que a importância da dimensão local, nomeadamente associada à comunidade de pertença, era de facto fundamental. Considerava-se que o trabalho dos artistas com as comunidades deveria utilizar temas locais para um público também ele local.

É, todavia, François Matarasso quem, em meados da década de 90 do século passado, escreve o texto que tem servido de referência para os grandes debates dos últimos anos em torno da instrumentalização da cultura para fins sociais. Com o objetivo de adicionar mais uma dimensão às já existentes naquilo que se designava ser o uso da cultura para outros fins⁶, Matarasso, em *Use or Ornament? The social impact of participation in the arts* (1997), discute a importância da participação nas artes e o impacto social que essa participação promove, concretamente em termos de desenvolvimento e coesão social. Para este autor, as artes são consideradas potenciadoras de utilidade económico-social no que se refere à coesão, à inclusão e ao emprego, mas também no que se refere ao desenvolvimento pessoal, ao “*empowerment*” da comunidade, à promoção de uma nova identidade pessoal e territorial e, ainda, no que se refere ao incremento do estado de saúde de quem nelas se envolve ativamente.

No estudo que levou a cabo concluiu, sinteticamente, que (i) a participação em atividades artísticas promove a existência de benefícios sociais; (ii) os benefícios fazem parte integrante do ato de participação; (iii) os impactos sociais são complexos, mas compreensíveis; (iv) os impactos sociais podem ser avaliados e planeados (Matarasso, 1997). Seguiram-se a este vários outros estudos, também da sua autoria (Matarasso, 1998; Matarasso e Chell, 1998), levados a cabo com a chancela da *Comedia*⁷, integrados numa rede de estudos mais vasta sobre desenvolvimento cultural, comunitário e, mais recentemente, cidades criativas (Matarasso, 2009).

Na revisão da literatura levada a cabo por Newman, Curtis e Stephens (2003), os trabalhos de Matarasso contribuem para asseverar que os projetos de arte se tornaram uma parte importante das estratégias de desenvolvimento de uma comunidade. Para além de objetivos criativos, espera-se que os projetos tenham aspetos positivos e

⁶Aqui reportamo-nos claramente às dimensões económica e estética, propriamente ditas - Hendon, 1987; Throsby, 2001 in Santos e Melo, 2006.

⁷ Empresa britânica de consultoria/investigação inicialmente criada com o objetivo de perceber como as cidades comunicam com os seus habitantes e de como estes podem ser ativos no planeamento urbano futuro. Partindo da fusão entre “comunicação” e “media”, este grupo de consultores veio a desenvolver mais tarde o conceito de “cidade criativa”, sob o qual têm desenvolvido trabalhos de prospeção de mercado, inventariação de políticas culturais e estratégias sectoriais.

mensuráveis no capital social local. As organizações financiadoras pedem rotineiramente provas destes propósitos e as avaliações formais tornaram-se condições para o eventual investimento. Pelo trabalho que realizaram é possível ter uma perspetiva das várias consequências, ganhos ou efeitos sentidos em vários domínios da vida individual e coletiva no seio de uma comunidade, designadamente em termos de: (i) Mudança pessoal – fazer novos amigos, ser mais feliz, mais criativo e confiante, redução do sentido de isolamento, maior propensão para fazer formação na área artística; (ii) Mudança Social – maior compreensão intercultural, sentimento mais forte de território, maior integração de diferentes grupos, melhoria em competências organizacionais; (iii) Mudança económica – impacto no número de novos empregos e na própria procura de emprego, melhor imagem da comunidade para a captação de investimento, aumento na venda de trabalhos artísticos e maior investimento em programas de arte; e (iv) Mudança educacional – algumas provas de aumento do sucesso escolar.

Quadro 1
Impacto das artes⁸

	Nível Individual			Nível Comunitário		
	Material / Saúde	Psicológico	Interpessoal	Económico	Cultural	Social
Envolvimento Direto	Promove laços interpessoais e o voluntariado, o que melhora a saúde; Aumenta as oportunidades de autoexpressão e regozijo; Reduz a delinquência em jovens de risco.	Aumenta o sentido de eficácia pessoal e a autoestima; Aumenta o sentimento de pertença e vínculo à comunidade; Potencia o capital humano: capacidade e competência criativas.	Constrói redes sociais individuais; Aumenta a capacidade de trabalho com o outro e de comunicação de ideias.	Permite o pagamento de salários aos profissionais.	Aumenta o sentido de identidade coletiva e de eficácia.	Constrói capital social ao envolver as pessoas, ao ligar organizações entre si e ao dar aos participantes experiência na organização e no trabalho com o poder local e entidades sem fins lucrativos.
Participação do Público	Aumenta as oportunidades de divertimento; Diminui o stress.	Aumenta o capital cultural; Promove o raciocínio visuo-espacial (Efeito Mozart); Aumenta o desempenho escolar.	Aumenta a tolerância ao outro.	As pessoas (especialmente turistas/visitantes) gastam dinheiro ao assistir aos espetáculos e no comércio local; Efeitos indiretos multiplicadores oriundos desses gastos.	Constrói identidade e orgulho comunitário; Leva a normas comunitárias positivas, como a diversidade, tolerância e liberdade de expressão.	Motivo de aproximação entre as pessoas que, de outro modo, não entrariam em contacto.
Presença de Artistas, Organizações Artísticas e Instituições	Aumenta as oportunidades individuais e a propensão ao envolvimento com as artes.			Aumenta a propensão dos membros da comunidade a participar nas artes; Aumenta o poder atrativo da área para turistas, negócios, trabalhadores qualificados, e para os investidores; Estimula um "milieu criativo" que encoraja o crescimento económico nas indústrias criativas; Maior probabilidade de revitalização.	Melhora a imagem e o status da comunidade.	Promove diversidade cultural; Reduz o crime e a delinquência.

⁸ Adaptado de Guetzkow, 2002, in Melo (2014: 79). Atente-se, em particular, ao impacto ao nível individual na variável envolvimento direto, correspondente ao nosso objeto de estudo.

Ao levarmos em consideração não necessariamente o conceito de mudança (qualquer que ela seja e a que nível), mas sim o conjunto de efeitos que a participação ativa e expressa desencadeia nos indivíduos, podemos considerar a proposta de Joshua Guetzkow (2002) que, partindo de um estudo de impacto das artes na comunidade, reúne alguns argumentos presentes nas várias leituras teóricas que defendem esta conceção da cultura pelo social. Aliás, a proposta deste autor assume um carácter operativo na medida em que desconstrói o impacto das artes comunitárias em níveis de análise e em graus de envolvimento, o que permite fazer uma leitura mais acurada sobre os efeitos que a participação artística desencadeia nos indivíduos.

3. Contextualização da pesquisa empírica

O *Texturas*, objeto de estudo da investigação que aqui sucintamente apresentamos, surgiu no âmbito de um grande evento cultural, o Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira, numa parceria entre a Divisão de Ação Social e a Divisão Cultural da Câmara Municipal, e a própria organização do *Imagarius*. Apresentou-se como um dos eixos do programa Direitos e Desafios associado ao Contrato Local de Ação Social (CLAS) em vigor em 2009. Especificamente, através de uma medida designada Comunidade (Com)Vida, apresentou-se como um mecanismo de intervenção através da prática ativa de uma forma de arte, recuperando uma memória marcadamente concelhia – o trabalho na indústria da cortiça – e incluiu-se numa programação política mais ampla, associada ao concelho, de investimento autónomo no setor cultural. Na confluência entre objetivos culturais e objetivos sociais constituiu-se como uma peça de teatro, criada e representada por atores não profissionais, oriundos da comunidade feirense, com o propósito de se tornarem públicos culturais e cidadãos participativos, utilizando, para isso, meios municipais. O projeto *Texturas* justificou, então, a nossa seleção empírica, pela especificidade da componente identitária e de pertença local que serviu de conceito de ligação do projeto artístico ao projeto social.

Tratando-se de um estudo de um caso, contextualizado numa problematização mais ampla, a investigação assentou numa metodologia intensiva e teve como um dos seus objetivos fundamentais compreender o significado atribuído à experiência por parte de quem participa enquanto “ator não profissional” na realização dos projetos artísticos

do *Imaginarium*, pelo que se impôs dar voz⁹ aos próprios atores sociais, no sentido de lhes permitir verbalizar representações, perceções, sentimentos, emoções, motivações e tudo o que mais enforme o sentido que conferem à participação.

4. Sobre a experiência artística e social dos protagonistas do *Texturas*

Quando nos dispusemos a tentar compreender o que significa a prática expressiva ativa de uma arte junto dos nossos entrevistados tínhamos como objetivo subsumido atingir o patamar das regularidades sociológicas presentes nos discursos e representações, mas também as variações, contradições, ou as exceções, admitindo neste exercício até o resgate de alguma surpresa. Tomámos, então, de empréstimo os contributos de Bernard Lahire (2004) que, ao desenvolver uma sociologia à escala individual, permite captar as diversas pluralidades individuais. Conscientes de que dessa forma se perde em compreensão de traços regulares, uniformemente expostos, arrogámos o que consideramos ser ganho maior em unicidade das experiências, das verbalizações, no fundo, de sentidos e significados múltiplos que cada um dos protagonistas atribuiu à experiência que conosco partilhou.

Considerando o nosso objetivo inicial entendemos poder concluir sobre a potencialidade positiva que a participação cultural desencadeia nos indivíduos. Na busca pela significação simbólico-estética dos participantes do *Texturas*, mantivemo-nos abertos às suas singularidades, bem como à pluralidade das suas disposições. Ainda assim, e na sequência de uma orientação teórica crítica, consideramos fundamental expressar uma certa linearidade face ao quadro de análise proposto por Guetzkow (2002), segundo o qual o envolvimento direto e participativo com a prática cultural desencadearia efeitos ao nível individual.

Tal como no estudo do autor, em qualquer um dos protagonistas identificados no *Texturas*, o envolvimento direto dos participantes certifica o conjunto dos efeitos positivos que o autor apresenta, nas três dimensões individuais referenciadas (material/ de saúde; cognitiva/ psicológica; e interpessoal). Reforçando estes resultados, não apenas os pudemos inferir pelos diversos procedimentos que desenvolvemos para lá das

⁹ Foram, assim, realizadas 10 entrevistas em profundidade, entre os meses de outubro e dezembro de 2012, a um grupo de pessoas entre os 16 e os 75 anos de idade, maioritariamente feminino e casado, parcamente escolarizado, atualmente em situação de reforma, e com um trajeto profissional associado à indústria da cortiça. Foram, a partir destas entrevistas, elaborados 10 retratos em forma de narrativa que poderão ser integralmente consultados em Melo, 2014.

entrevistas, como, frequentemente, eles foram expressos nos discursos dos entrevistados. Tal facto é revelador de duas dimensões fundamentais: a participação artística gerou um determinado conjunto de consequências transformativas (e positivas) nas vidas dos protagonistas do *Texturas*; e a participação artística gerou, igualmente, uma consciencialização e uma capacidade de autorrevelação, para muitos, inicialmente, inexistente, ou depauperada pela frágil capitalização cultural e simbólica que aportavam consigo, antes de tomarem parte da experiência estética.

Da heterogeneidade sociodemográfica que lhes encontrámos, registámos em todos a exposição de uma narrativa de vida onde há lugar à reinterpretação biográfica. As ruturas para uns, os choques biográficos para outros, o resgate do seu valor humano para outros e o sentimento de felicidade para mais alguns ainda, constituem traços marcantes das suas trajetórias de vida, que, mais ou menos declarados, reverteram nos seus discursos para uma capacitação mais autónoma, bem como para um incremento da sua dignificação pessoal, bastante distante dos processos de vitimização, facilmente utilizados em franjas mais descapitalizadas da população. O grupo com quem desenvolvemos este trabalho não cabe nos tradicionais agrupamentos socialmente excluídos ou marginalizados. Ainda que com uma ligação, por vezes, ténue a alguma agência socializadora importante, todos se manifestam socialmente integrados, com uma participação ativa na dimensão ora familiar, ora escolar, ora de âmbito profissional, ora de âmbito comunitário.

O traço absolutamente comum a todos os protagonistas do *Texturas* remete para a dignificação da cortiça, da indústria da cortiça e dos seus operários, apresentando nas suas narrações traços de afetividade ao meio que os viu nascer, crescer e fazer-se homens e mulheres – ao seu meio identitário. Ainda que marcada pela aspereza e rugosidade ao tato, a cortiça aporta consigo a impermeabilidade, a leveza, a elasticidade e a resistência. Assim parecem ser os protagonistas do *Texturas*.

5. Retratando singularidades¹⁰

FERNANDO, “NÃO SOU ARTISTA, SOU CORTICEIRO”

Fernando tem 48 anos, tem o 12º ano de escolaridade e é fiel de armazém numa grande empresa corticeira da região. Vive com a mãe e dois irmãos (um mais velho e outro mais novo), e nunca casou. De *Fernando* retemos uma propensão antiga para a prática artística. Portador de um arcabouço cultural importante, desde jovem manifestava disposições para a representação cénica, tendo, no entanto, passado por um interregno participativo, onde o mesmo se descreve como em processo de isolamento e autoexclusão. Integrado, ainda que de forma menos fortalecida, numa rede de relações que potenciava o consumo e a participação artísticas, utilizou declaradamente a arte para romper com uma parte negativa da sua biografia (consumo de drogas), usando-a regularmente para fazer uma introspeção relativamente à sua vida e à sua visão do mundo.

Fernando realça a importância das relações que tece quer no seu percurso pessoal quer no seu percurso artístico. Ao longo do discurso é perceptível uma constante referência aos amigos como sendo aqueles que, de alguma maneira, ou em algum momento, o chamam ou conduzem a uma qualquer atividade cultural. Não é, portanto, despidendo considerar que os nódulos relacionais de Fernando também manifestam uma certa pertença ao campo da representação simbólica, seja de uma forma mais amadora, seja, inclusivamente, de uma forma mais profissionalizada.

“Não! Comigo foi assim, eu tenho amigos, não é, como todos nós temos amigos e... e conversamos sobre os nossos interesses, e por acaso antes do ano do Texturas, o ano do Texturas foi em 2009, na passagem de ano 2008/2009 estávamos aqui perto desta casa numa passagem de ano em casa de uns amigos e estava lá uma amiga que normalmente falava comigo e então ela começou a falar no... a falar-me em teatro do oprimido, se eu conhecia o teatro do oprimido e não sei quê e eu disse conheço, já vi peças de teatro do oprimido, já fui a Coimbra à, ao estabelecimento prisional de Coimbra, eu tenho lá um amigo que está preso e já fui lá há semanas ver uma peça de teatro (...) e ela falou-me que tinha uns amigos do Porto, eu estavam com um projeto de fazer uma peça aqui com base na cortiça, e se eles

¹⁰ Reiterando que a busca tão-só de regularidades não se afiguraria robustamente esclarecedora para o exercício a que nos propusemos, consideramos de cabal importância apresentar neste artigo parte de um dos retratos em forma de narrativa que elaboramos na tese de doutoramento.

avançassem se eu estaria interessado em arrancar... em aparecer, e eu disse 'Sim estou! Estou!'"

Parece plausível afirmar que, na vida de Fernando, permanecem estruturas de plausibilidade muito marcadas pela aproximação à cultura e que lhe confirmam e reforçam constantemente o processo de construção subjetiva da sua realidade, isto é, o seu processo identitário, sobretudo no que se refere ao grupo de pares. Na perspetiva de Berger e Luckmann (1999), constituem-se ora como grupo de significativos, ora como o coro, cuja função reside na confirmação da identidade do quotidiano. No caso de Fernando, e apesar de associado a uma rede de sociabilidade relativamente reduzida, o que durante muito tempo o fez sentir socialmente desvinculado, “*meio morto*” nas suas palavras, terá sido essa a constituir o caminho para a participação cultural ativa.

Encontramos neste entrevistado uma noção bifurcada do que fazer relativamente às práticas culturais: sentir-se útil ao mundo e ver reconhecida a identidade que cresceu reforçada pelas relações que foi tecendo. Deste modo, não esquece nem o dia nem a pessoa que lhe fez conhecer o *Texturas*, projeto que, como poderemos perceber pela comparação reflexiva que faz de si, lhe permitiu sentir-se de novo vivo.

“Entretanto antes dois dias aqui do primeiro ensaio que eu apareci aqui. Ela manda-me um SMS, ‘olha é no Centro Social de Lourosa, na terça-feira’, foi numa terça-feira. ‘Na terça-feira aparece no Centro Social de Lourosa vai haver, vai haver o primeiro ensaio’. E eu vim assim relutantemente vim, porque eu não conheço ninguém e oh deixa-me ir indo. Cheguei aqui e achei muito estranho as pessoas, ainda por cima pessoas tão diferentes. (...) saí daqui ainda sem saber se, se iria voltar ao grupo ou não, mas... durante essa semana entre o primeiro ensaio e o segundo ensaio eu... disse fogo! Eu tenho que fazer qualquer coisa, comecei sempre a pensar nisso aí e... eu vou ter que fazer qualquer coisa...”

Os traços disposicionais relativos à dimensão cultural e artística de Fernando, enquanto formas de estar, ver e sentir o mundo, caracterizavam-se por se ancorarem num conjunto de relações de proximidade culturais e pessoais (tendo em conta que se fez sempre acompanhar dos amigos mais próximos) e de indivíduos com posições valorizadas no campo cultural. Todavia, quando chega ao *Texturas* depara-se com o lado amador da prática artística. Exigente na forma de encarar o fazer teatro, assume-se relutante quando constata que o que se estaria a trabalhar naquele projeto artístico residiria numa lógica não profissionalizada da arte e, portanto, na sua forma de ver,

eventualmente deslegitimada. Se Fernando aceitou participar no projeto, tal deve-se ao facto de ter entretanto percebido que este incidiria sobre a cortiça, o que lhe conferia um certo sentido de pertença identitário, quer por força da profissão, quer por força do território, bem como para responder à sua necessidade de se sentir mais realizado. A arte, e o teatro em particular, conferir-lhe-iam esse sentido de utilidade ao mundo.

“Basicamente foi a dinâmica. E tenho presente que, tenho presente que se ia fazer uma peça, não! Não tenho presente isso, nem isso aí... agora estou a pôr as coisas atrás. Eu vim, eu vim e não sabia ao certo o que é que se ia fazer, não sabia, não sabia qual é que era o projeto ao certo, sabia que havia um projeto, sabia que a minha amiga me tinha dito que eles queriam trabalhar sobre a cortiça, agora não sabia qual seria... o enquadramento... da peça sequer, e como é que ela se ia construir, ou se já estava construída, ou se iria-se construir.”

Indivíduo de carácter bastante reflexivo, Fernando opera um exercício de re(in)trospeção relativamente à função da arte, nomeadamente no que ela pode significar no combate ao seu sentimento de inutilidade e de passividade face à sua vida quotidiana e face ao mundo. Provavelmente ancorado nas suas primeiras experiências em que entrelaçou relações horizontais fortes e significativas, almejava que também o caminho das artes lhe proporcionasse relações do mesmo tipo. Para além desta compreensão em torno da utilidade da arte, é também ao longo do processo de criação do personagem que encarna no *Texturas* que Fernando percebe a importância da sua vida profissional “*verdadeira*”. No mesmo esforço de reflexividade que, alegadamente, diz ter ao longo dos seus dias, desenvolve aqui uma outra compreensão acerca da sua posição perante o processo de produção, dos relacionamentos que se criam e em que moldes funcionam nos grupos nos quais se move, nomeadamente em termos de correspondência ao seu papel de dominado, bem como as relações que todos os outros indivíduos desenvolvem e os motivos pelos quais a representação de um papel na vida quotidiana interfere com os gostos, preferências.

A atividade profissional que desenvolve, as oportunidades e constrangimentos são colocadas ao serviço da criação de um personagem que reencarnará a vida real de Fernando, um postulado irónico, num processo consciente que remete para a representação do “eu” na vida quotidiana. É, aliás, o desapego face à rotina, à desqualificação, à alienação que vive todos os dias que se permite sentir e, sobretudo, exprimir quando está a ocupar o lugar no palco. Sendo o palco o contexto onde se tem

oportunidade de ser outro alguém, é, afinal, no palco que Fernando é, representando a verdade que esconde no seu quotidiano.

“Por exemplo ainda me lembro... de chegar a uma altura que, e muitas coisas ficaram, muitas delas ficaram na peça. Aquela de... eu cheguei a ter trabalhos em que me sentia uma extensão duma máquina, então essas coisas foram explícitas na peça e foi-se construindo, e eu fui sacando informação (...) porque depois eu começo também a [risos] a vasculhar e foi um processo muito engraçado, porque envolve a nossa história desde o primeiro dia de trabalho, desde o primeiro dia de trabalho até ao dia em como se fosse aqui... envolve as relações como há bocado disse e o trabalho depois foi... ah... e depois uma pessoa foi, contava as situações e recriava as situações. (...) desde o que nós considerávamos injusto, aquilo que nós considerávamos bom, aquilo que nos libertava ou aquilo que nos oprimia. Basicamente foi um caminho, um caminho andante...”

Participar no *Texturas* levou a que Fernando recuperasse o hábito da escrita, abandonado desde jovem. Refere ter utilizado a arte para romper com uma parte que considera negativa da sua biografia – o consumo de drogas. Para o nosso entrevistado, este trajeto marcado por alguma desviância à norma é reinterpretado como um processo autodestrutivo que, nos dias de hoje, precisou demolir. A necessidade de se desvincular das imagens e redes de relações que o levavam à negatividade do seu passado levou-o a queimar tudo o que tinha escrito ao longo desse período de tempo, bem como todas as memórias documentadas em fotos, imagens, cartazes. A necessidade de proceder a um corte radical com essa realidade, que não é possível de todo esquecer, é compreendida por si como a condição *sine qua non* para conseguir projetar-se no futuro.

“Comecei por... por fazer uma sùmula dos acontecimentos, mas também começou mais a partir do Texturas... comecei por fazer uma sùmula de acontecimentos, que agora é uma mistura de sùmula de acontecimentos com as emoções que me despertam, com... o que penso sobre as coisas, faço isso uma vez por semana. Tenho uns caderninhos que... e estão p’ra lá arrumados... (...) consegui afastar-me e fiz um reset à minha vida, que foi... pegar em tudo o que eu tinha, recordações dessa zona, dessa altura e, e mais tarde é que as coisas voltaram novamente, mas de outra forma, não é, e então fiz uma grande fogueira com fotografias e tudo lá em casa, peguei em tudo o que eu tinha de arquivos e... queimei na fogueira. Andei muitos anos sem fazer nada, além do, do, de divertir, do, do, não foi da diversão, foi do, dos espetáculos, de... quando fiz teatro e essas

coisas... e agora depois do Texturas comecei a querer... a querer ter as minhas coisas a ter os registos das coisas que eu fazia, a ter... a ter os cartazes de tudo o que eu faço, na minha página do facebook eu apanho as coisas sabes, e... na net e... e digitalizo, ou então meto a... (...) também senti necessidade além de ter os, de ter... o... as coisas materiais, começar a ter as coisas que eu sinto mais organizadas e... para um dia sei lá, se calhar escrever um livro ou coisas assim..."

Fernando identifica a entrada no *Texturas* como um ponto de viragem de uma situação que enveredava pela desqualificação social (Paugam, 2003). Embora tivesse um emprego que lhe conferia um ritmo de vida, uma rotina, um rendimento, Fernando desconhecia para si o lugar que ocupava na sociedade. A quase ausência de laços sociais, sobretudo, significativos à luz do que considera hoje ser o correto para a sua vida, o consumo de drogas e a consciência de autodestruição, e a não constituição de família própria faziam-no sentir-se isolado, perdido, desvinculado do mundo. A arte funcionou enquanto semente que ora fortalecida, ora enfraquecida permaneceu sempre no discurso como o espelho capaz de o resgatar da espiral de exclusão na qual se estava a enredar, sentindo-se no seu seio, como alguém, dotado de significado e existência. E é nesse sentido que continua a elencar a rede estrutural de plausibilidade que acabou de tecer e à qual se ligou como o marco fundamental não só para se agarrar ao projeto, mas para se recuperar a si próprio.

"Sim, sim. Não porque eu na, quando apareceu o Texturas 'tava-me a sentir a enterrar, 'tava-me a sentir... sempre deprimido, sempre... vou a um lado não encontro ninguém.. não tinha ninguém com quem conversar, não tinha ninguém com quem criar, não tinha... era o que estava a acontecer. Eu estava a ver eu a continuar assim a fazer como a maior parte das pessoas, agora nem saio de casa, nem faço nada, não vivo, não respiro, não... e a partir daí... a partir do Texturas comecei a respirar, comecei a...a ter pulsões, comecei a... olha, no fundo a viver, porque eu estava assim porque estava a morrer, a sério, mas não estou a exagerar, (...) antes do Texturas, antes dois ou três anos, embora continuasse a ir ver os espetáculos eu sentia sempre um vazio enorme, a sério... não sou casado, não é, não tenho filhos, não, não... não tinha interesse nenhum, quer dizer 'tava a ver a minha vida a continuar assim a trabalhar, comer e dormir, trabalhar comer e dormir, trabalhar, comer e dormir, e depois ainda por cima os meus interesses em geral não são os interesses gerais da população portuguesa. 'tava, eu sentia-me um pouco perdido, não sabia o que era, a que mundo pertencia, então acabava por morrer por casa. 'tava enterrado vivo."

Fernando refere que um dos primeiros, e talvez mais importantes, efeitos que sentiu prende-se com o relacionamento interpessoal. Embora no seu autoconceito demonstrado discursivamente, a qualidade de ser sociável apareça regularmente, a verdade é que assistimos também a alguma incoerência a este nível quando o próprio revela alguma dificuldade em integrar-se em novos grupos, sobretudo quando os objetivos e as práticas não são consentâneos com as suas. Em termos sintéticos, Fernando reflete sobre afinidades eletivas que parecem, no entanto, ser discordantes das condições sociais de existência das quais é fruto. Sentindo-se circunstância de algum isolamento social, afirma-o resultado de não conseguir estar com quem não partilha dos seus gostos, sobretudo em termos culturais, fazendo-nos remeter para a possibilidade de que, enquanto consumidor cultural, Fernando apresenta algumas distâncias face à classe social a que pertence. Com efeito, fazendo parte de uma certa franja do operariado por via da profissão que desempenha, e atendendo aos vários estudos de públicos e às regularidades que lhes são sobejamente reconhecidas, Fernando não cai no grupo que assume uma rejeição *grosso modo* com qualquer tipo de prática cultural, como é, tantas vezes associado, à classe trabalhadora (Bourdieu, 2010). Tal facto pode ser explicado por outras variáveis que não a atividade profissional, como as habilitações escolares, o grupo de pares, o contacto estético prévio, a estrutura de oportunidades culturais que lhe são próximas. É, todavia, fundamental não esquecer que os efeitos estruturantes da variável classe social devem ser entendidos enquanto tendências e não como concretizações lineares de uma regra sociológica, pelo que a influência de outras variáveis na orientação das práticas e gostos culturais não é incompatível com o conceito de *habitus* de classe (Bennett, 2009).

É, no entanto, importante atender ao facto de que por ter determinados gostos e práticas culturais que não são partilhadas pela maioria das pessoas com quem tem uma relação de sociabilidade e de convivialidade, Fernando considera-se diferente, o que provoca uma amolgadela no seu autoconceito. Preocupa-se, no seu discurso, com a necessidade de mostrar que os seus gostos e práticas não são mais legítimos do que os das outras pessoas, nomeadamente aquelas com quem não tem afinidade a esse nível.

Como já tivemos oportunidade de afirmar, Fernando sofreu ruturas na sua rede de sociabilidade, o que lhe terá deixado marcas em termos de autoestima e confiança pessoal. Nesse sentido, não é estranho que um dos efeitos mais importantes que a sua participação teve para si se prenda com o alargamento e, sobretudo, o fortalecimento, da

sua rede de sociabilidade. Com um sentimento de segurança acrescido, e amplamente mais fortalecido, o nosso entrevistado afirma, sem pejo, que com o avanço da idade o número de relacionamentos sociais diminui. É, porém, essa diminuição da densidade social, para utilizarmos o termo de Durkheim, que permite a profundidade desses mesmos relacionamentos, tornando a partilha e a entrega de si valores orientadores da sua identidade. Compreendendo a sua localização no ciclo de vida, para Fernando não é de desconsiderar que o envelhecimento se encontra perto, o que o faz afirmar que a participação num projeto cultural e artístico confere uma melhor qualidade de vida aos indivíduos, bem como um envelhecimento mais ativo.

“Eu é, no fundo é querer fugir da velhice? Não sei [risos], não sei, sei lá... é não querer envelhecer. No fundo de vez em quando digo isso e não digo na brincadeira, e digo a sério. A minha geração, pelo menos solteiros que eu conheço parece que querem ser eternamente adolescentes, parecem que querem buscar aquelas sensações, querem viver sempre, sempre na... não, não, não só não pendo p'às discotecas porque os meus interesses agora são outros mas parece que quero sempre absorver, absorver, parece que sinto-me adolescente sempre, é um bocado isso aí. E o Texturas deu-me as ferramentas para eu poder... fazer isso aí... (...) É que comecei a ser, a criar, a ser mais dinâmico... a, a partilhar mais com as pessoas... (...) o Texturas p'ra mim foi um marco. (...)a partir do Texturas comecei a respirar, comecei a...a ter pulsões, comecei a... olha, no fundo a viver, porque eu estava assim porque estava a morrer, a sério, mas não estou a exagerar, mesmo, eu estava a sentir mesmo.”

A cena teatral permitiu, então, que Fernando revise a sua posição no campo social, profissional e artístico, assumindo uma serenidade na reinterpretação do passado e no planeamento do futuro. Terá, ainda, proporcionado um incremento do seu capital simbólico, sendo frequentemente solicitado na empresa onde trabalha para outro tipo de projetos que não os necessariamente fabris. A reconhecida (e legitimada pelos outros) criatividade, inovação e empenho demonstram-se competências sociais que Fernando revê na sua participação no *Texturas*, mas que adquire contornos de transferibilidade para a sua atividade profissional.

“Trouxe... até p'rà dimensão do trabalho porque... p'a dimensão, p'a forma como eu me situo no trabalho, p'à forma como eu me... como eu interajo no trabalho, p'à forma como eu interajo em casa, p'à forma como eu interajo na sociedade, porque... deu-me uma energia que eu estava a perder não é... pode-se dizer que

em ebulição... no fundo eu... ora por exemplo lá no, lá no trabalho chegamos no lançamento do livro do Texturas fez com que eu fosse ter com a administração da empresa e apresentasse o projeto lá do túnel lá no.... Do lançamento no...no Orfeu e... então levou a que... eu fosse ter com eles, encarasse o... o desafio e resolvesse o problema quando eles me criaram o...(...) Aprendi que quando é preciso saltar o muro também tenho que saltar o muro, foi o que eu fiz.”

Embora tenha já participado em diferentes projetos artísticos, Fernando não se reconhece enquanto artista. Para o nosso entrevistado a identificação profissional permanece associada aos recursos económicos que daí proviriam e que lhe permitissem viver, sem necessidade de recorrer a qualquer outra atividade profissional. Alude, aliás, ao facto de ser Fernando *o corticeiro*, independentemente da atividade, tarefa ou função que desempenha no ambiente fabril no qual está imerso. Não lhe é difícil associar essa identidade de si, que corresponde à identidade profissional, como resultado do contexto social no qual nasceu, cresceu e vive atualmente, pese embora o facto de, pelas transformações associadas ao mundo da cortiça que vieram fazer imperar a máquina sobre o homem, transformações essas que também tiveram fortes implicações no âmbito das relações sociais, não se sinta afinal um corticeiro.

Consideramos, então, que nesse processo de construção identitária, sobretudo na correspondente à identidade profissional, em muito contribuem as forças sociais exteriores a si, designadamente o território e a atividade económica aí preponderante, mas também as outras dimensões que envolvem a prática laboral para além das tarefas ou funções *per si*. A identidade profissional é resultado dessa constatação, mas também do ambiente social em que é preconizada e, esse, na sua opinião, tem sofrido mudanças importantes ao longo das últimas três décadas. Hoje em dia, Fernando talvez saiba o que não é, mas provavelmente ainda não sabe o que é (a identidade em permanente questionamento).

Notas conclusivas

Com este artigo pretendemos apresentar uma reflexão necessariamente breve do entendimento da cultura nas sociedades atuais, mas mais proficuamente dos efeitos que a participação cultural ativa, no sentido da própria criação artística, pode desencadear a indivíduos usualmente distantes dos mundos da arte. Admitindo uma regularidade

teórica que afirma a existência de consequências positivas na vida dos indivíduos que a esta prática se dedicam, expusemos, em traços rápidos, uma parte de uma investigação mais ampla, onde pretendemos refletir especificamente sobre o sentido que os sujeitos atribuem à experiência de participar enquanto atores num contexto que não lhes é próximo, mas cuja vivência é, ou foi num passado muito recente, quotidiana.

O núcleo de indivíduos que protagonizaram o *Texturas* e que colaboraram na realização da investigação que subjaz a este artigo manifesta-se relativamente coeso e estável. À exceção de uma protagonista, que não mais voltou a encontrar-se naquela que designava família, todos os outros elementos mantêm uma atividade artística e cultural regular em coletivo, mas não necessariamente nas mesmas funções.

Se é inegável o conjunto de consequências benéficas para todos face à sua participação no *Texturas* ou noutros projetos artísticos de índole comunitária, entendemos necessário equacionar como sustentar uma participação ativa e motivadora, que prolongue (e não destrua) os efeitos positivos detetados. Porque a vulnerabilidade dos protagonistas não desapareceu, iniciou, em modalidades mais ou menos consistentes, um processo de transformação, reconversão, renarração de si próprios. Entre a identificação dos efeitos positivos e a sua garantia de solidificação, os cenários são variados e dependerão também de fatores externos ao projeto e ao seu desenrolar.

Finalmente, não negligenciando as regularidades sociológicas encontradas detivemo-nos, de forma mais atenta, a algumas das vivências singulares de um dos protagonistas desta peça teatral. Acreditamos que, conjugando uma sociologia de espectro mais amplo com uma sociologia à escala individual, temos uma capacidade de aprofundamento e conhecimento da realidade social acrescida, o que nos permitirá encontrar caminhos mais realistas de compreensão da ação individual.

Referências bibliográficas

- BENNETT, T. (2009), *Culture, Class, Distinction*, Abingdon, Routledge.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. (1999), *A construção social da realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- BOURDIEU, P. (2010), *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Edições 70.

- CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA (2010), *Imaginarium Texturas. Um projecto de arte comunitária*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- COHEN-CRUZ, J. (2005), *Local Acts: Community-Based Performance in the United States*, New Jersey, Rutgers University Press.
- FORTUNA, C. (org.) (2014), *Cultura, Formação e Cidadania*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.
- FORTUNA, C.; SILVA, A. S. (2001), “A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Porto, Afrontamento, pp. 409-461.
- GOODLAD, R.; HAMILTON, C.; TAYLOR, P. D. (2002), *Not Just a Treat: Arts and Social Inclusion. A report to the Scottish Arts Council*, Glasgow, Centre for Cultural Policy Research and Department of Urban Studies.
- GUETZKOW, J. (2002), *How the Arts Impact Communities: An introduction to the literature on arts impact studies*, Paper presented at the *Taking the Measure of Culture* Conference, Princeton, Princeton University.
- JONES, B. (1988), “The community artist as a community development catalyst: an evaluation of a pilot project”, *Journal of the Community Development Society of America*, 19 (1), pp. 37-50.
- LAHIRE, B. (2004), *Retratos Sociológicos. Disposições e variações individuais*, Porto Alegre, Artmed.
- LANDRY, C.; BIANCHINI, F.; MAGUIRE, M. (1995), *The social impact of the arts: a discussion document*, Stroud, Comedia.
- LOWE, S. (2000), “Creating community: art for community development”, *Journal of Contemporary Ethnography*, 29 (3), pp. 357-386.
- (2001), “The Art of Community Transformation”, *Education and Urban Society*, 33 (4), pp. 457-471.
- MATARASSO, F. (1997), *Use or Ornament? The social impact of participation in the arts*, Stroud, Comedia.
- (1998), *Poverty and oysters: the social impact of local arts development in Portsmouth*, Stroud, Comedia.
- (2009), *A place in the city. Recognising creative inclusion*, Paper presented at the *Creative Communities Conference Surfers Paradise*, Australia.

- MATARASSO, F.; CHELL, J. (1998), *Vital signs: mapping community arts in Belfast*, Stroud, Comedia.
- MCCARTHY, K.; JINNET, K. (2001), *A new framework for building participation in arts*, Santa Monica, RAND.
- MELO, S. (2014), *Projetos artísticos (d)e intervenção comunitária. Texturas, uma experiência do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NEWMAN, T.; CURTIS, K.; STEPHENS, J. (2003), “Do community-based arts projects result in social gains? A review of the literature”, *Community Development Journal*, 38 (4), pp. 310-322.
- PAUGAM, S. (2003), *A Desqualificação Social. Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora.
- SANTOS, H.; MELO, S. (2006), *Theatres and Cities: study of the relations between performative arts and local cultural policies in Northern Portugal*, Paper presented at the *XVI World Congress of Sociology*, Durban, International Sociological Association.

Sara Melo. Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Porto, Portugal) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço para correspondência: Avenida Dr. Manuel Teixeira Ruela, n.º 370, 4460-362 - Senhora da Hora, Portugal. *E-mail*: sara.melo@isspp.pt.

Artigo recebido a 8 de março de 2014. Publicação aprovada a 3 de junho de 2014.

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Joana Almeida

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

O artigo pretende equacionar a relação entre movimentos sociais e inovação social, problematizando as suas oposições e interseções, defendendo os primeiros enquanto palcos e atores privilegiados de inovação social. Partindo da revisão teórica do conceito de inovação social, são em seguida tomados alguns dos elementos da proposta de análise dos movimentos sociais e da ação coletiva, no sentido de compreender a inovação enquanto fenómeno eminentemente coletivo. Sem se negligenciar a referência a alguns casos empíricos, reflete-se, ainda, sobre um conjunto de interrogações que uma tal proposta acarreta.

Palavras-chave: movimentos sociais; inovação social; ação coletiva.

Abstract

Spaces of social innovation: actors in movement(s)

The article reflects on the relation between social movements and social innovation, questioning its appositions and intersections and sustaining the first as a main actor of social innovation. Starting with a review of the social innovation concept, some of the theoretical fundamentals of the social movements' analysis are then considered in order to affirm social innovation as an eminently collective phenomenon. Without neglecting the necessary reference to a few empirical cases, the article ends pinpointing some of the major interrogations regarding the relation between social movements and social innovation studies.

Keywords: social movements; social innovation; collective action.

Résumé

Espaces de l'innovation sociale: acteurs en mouvement

Cet article vise étudier la relation établie entre les mouvements sociaux et l'innovation sociale, mettant en perspective les rapprochements ainsi que les superpositions placés entre les deux, tout en assumant les premiers comme ressorts et acteurs majeurs de l'innovation sociale. Dans le but de comprendre l'innovation comme un phénomène collectif, ce texte part d'un 'examen théorique au concept d'innovation sociale pour présenter ensuite quelques propositions d'analyse trouvées dans l'espace théorique des mouvements sociaux et de l'action collective. Sans sous-estimer les références aux cas empiriques, cet article vise aussi proposer un ensemble de questions qui sont issues des enjeux de cette problématique.

Mots-clés: mouvements sociaux; innovation sociale; action collective.

Resumen

Espacios de innovación social: actores en movimiento(s)

El artículo explora la relación entre los movimientos sociales y la innovación social, cuestionando sus superposiciones y defendiendo los primeros como actores privilegiados de la innovación social. A partir de la revisión teórica del concepto de innovación social, se toman algunos de los elementos de la propuesta de análisis de los movimientos sociales y de la acción colectiva para la defensa de la innovación como fenómeno eminentemente colectivo. Sin dejar de lado la referencia a algunos casos empíricos, el artículo concluye con una reflexión sobre un conjunto de cuestiones que tal propuesta conlleva.

Palabras clave: movimientos sociales; innovación social; acción colectiva.

Introdução

Apesar dos esforços empreendidos na tentativa de sistematizar o conhecimento disponível sobre a inovação social, esta permanece ainda um terreno de indefinições, pouco estudado do ponto de vista da sua relação com outros fenómenos sociais, bem como dos seus próprios produtos, processos e protagonistas (Read, 2000; Mulgan, 2006). O que se pretende neste texto é, de uma forma necessariamente sumária, problematizar a relação entre dois domínios analíticos ainda pouco “íntimos” na literatura científica – os movimentos sociais e a inovação social. Tomando as sugestões de alguns teóricos dos movimentos sociais sobre o papel da identidade na ação coletiva, concebe-se o movimento social como um referencial identitário e cultural a partir do qual os atores sociais desenham soluções socialmente inovadoras para os problemas que identificam. Reconhece-se, ainda, que estas soluções tendem a apresentar várias das

características que pautam a inovação social, problematizando-se, portanto, os movimentos não apenas como palcos ideológicos e identitários de conjuntos mais ou menos estruturados de ações socialmente inovadoras, mas também como potenciais campos de ação dos quais emergem os seus principais protagonistas.

1. Atores de inovação social: a centralidade da ação coletiva

O tema da inovação social é tido como relativamente incipiente no seio das ciências sociais. Embora as primeiras referências ao conceito possam ser remetidas para os trabalhos Joseph Schumpeter, de um modo geral os investigadores nesta área concordam com o estado relativamente pouco estudado do fenómeno (Read, 2000; Mumford, 2002; Sharra e Nyssens, 2009; Howaldt e Schwarz, 2010). Todavia, o desenvolvimento recente de estudos sobre inovação social permite descortinar algumas tendências nos usos do conceito, sendo possível identificar os seus contornos dentre dois principais universos de significação (Sharra e Nyssens, 2009). Destes, como veremos, o segundo afigura-se mais abrangente, introduzindo uma maior plasticidade aos seus limites analíticos e oferecendo assim potencialidades na problematização dos fenómenos de inovação e mudança social.

Dees e Anderson (2006) têm aplicado o termo como designação de uma escola de pensamento relacionada com o empreendedorismo social. Na sua aceção, a inovação social referir-se-á ao processo de condução de um empreendimento económico de propósito social (Dees e Anderson, 2006; Sharra e Nyssens, 2009), isto é, uma iniciativa que, apesar de gerar receitas e poder contemplar uma restrita apropriação lucrativa, não tem como finalidade principal a criação de lucro, mas sim a geração de impactos positivos na resolução de um dado problema social. Os inovadores sociais serão, nesta linha, atores socialmente empreendedores (Sharra e Nyssens, 2009) e caracterizar-se-ão como agentes de mudança por: (i) adotarem uma missão social; (ii) procurarem continuamente novas oportunidades que sirvam essa missão; (iii) incorrerem num processo de contínua inovação, adaptação e aprendizagem; (iv) não se limitarem à mobilização de recursos disponíveis; e, ainda, (v) por prestarem contas às suas clientelas e beneficiários (Dees, 2001: 4)¹. O fenómeno da inovação social aparece, neste âmbito, intimamente relacionado ao campo económico e a sua problematização é ancorada na conceção schumpeteriana do agente empreendedor, que espoleta o “processo de

¹ Para uma sumária revisão do conceito será pertinente atender ao trabalho de Brouard e Larivet, 2010.

destruição criativa” na resolução de problemas sociais (Swedberg, 2009). Uma tal conceção de inovação social, como denotam Sharra e Nyssens (2009: 3), “está enraizada numa mentalidade típica dos países de língua inglesa, que celebram particularmente a iniciativa individual e o empreendedorismo, bem como a liderança e o sucesso pessoal”. Acrescentar-se-ia, ainda, que uma tal conceção, apesar de situada no *mainstream* dos estudos sobre inovação social, restringe o aparelho conceptual disponível à problematização do fenómeno ao perspetivá-la, mormente, como um fenómeno de cariz económico e/ou organizacional; oferece, portanto, um campo epistémico limitado a um entendimento plural e multidimensional da inovação social.

Um outro universo de significação construído em torno do termo *inovação social* é edificado por Frank Moulaert e sua equipa (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005; Moulaert, 2007), cujos trabalhos de investigação começaram por associá-lo ao desenvolvimento local, abrindo pistas a uma reflexão dos pontos de encontro (ou de desencontro) entre este e outros fenómenos. Os autores (Moulaert, 2007: 81) propõem, como alternativa, um conceito de inovação social mais *compreensivo*, apelando ao seu carácter contextual e comunitário, porém enfatizando o facto de combinar, necessariamente, duas dimensões centrais: uma *estrutural*, que reporta a mudanças ao nível do *institucionalizado*, portanto, das estruturas sociais (“*laws, regulations, organizations, habitus...*”) e das suas dinâmicas de construção e reprodução; e uma outra relativa à *agência*, que releva o papel da ação social nas dinâmicas de mudança e transformação dos elementos de estruturação (na sua construção, reprodução, transformação e subversão) do *status quo*. Trata-se, neste âmbito, de uma proposta conceptual *multiescala*, passível de analisar fenómenos de inovação social que têm expressão micro, meso e macro, não havendo, nesta medida, uma proposição restrita sobre os seus atores, mas antes uma posição compreensiva face à necessária combinação de atores e impactos a diversos níveis de ação.

A inovação social aparece, neste âmbito, com uma dimensão *normativa* que importa considerar, expressa na sua relação com a promoção da inclusão social. Apresenta, neste sentido, dinâmicas de governação de baixo para cima (*bottom-up*) e processos de empoderamento (*capacity-building*) que advêm de transformações ao nível das relações de poder, das formas de governação e de participação política, bem como de aprendizagem social (e organizacional), e transcende, em larga medida, o domínio das relações de tipo económico (embora sobre estas também possa incidir). Ela adquire, por conseguinte, um âmbito de significação mais lato que o da noção de inovação social

desenvolvida no quadro das mudanças de tipo económico, como é proposta pela escola norte-americana. Enquanto tal, a inovação pressupõe uma transformação das relações e práticas sociais em diversos campos de atividade social e sugere a alteração das agendas e dos modos de participação de diversos atores sociopolíticos em prol de um incremento da justiça social (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005: 1976-1978).

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010: 3) sumarizam ainda a definição de inovação social como o conjunto de novas ideias (que poderão ser produtos, serviços ou modelos de ação) que satisfazem necessidades humanas e geram novas relações sociais, pelo que, não apenas beneficiam a sociedade, como potenciam a sua capacidade para agir. É nesta linha de entendimento que Moulaert e sua equipa se situam, elevando a questão da agência. Os autores (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005: 1970) aprofundam mais detalhadamente esta dimensão, afirmando que o objetivo das iniciativas socialmente inovadoras é, por um lado, promover a inclusão em diversos campos do social (especialmente nos laboral, educativo e sociocultural), mas também, e por outro, dar voz a grupos sociais que são frequentemente privados de participação e protagonismo nas estruturas e sistemas políticoadministrativos, por via de uma reestruturação das dialéticas de poder que pautam as suas práticas sociais e as estruturas que as enformam. A inovação social apresenta, portanto, três dimensões: uma primeira, que se debruça sobre os seus produtos; uma segunda, que recai sobre os seus processos; e, uma terceira, que foca a questão do empoderamento de indivíduos e grupos nas múltiplas esferas da vida social (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005: 1976). Ao trabalhar estas dimensões, os autores chegam a uma definição de inovação social que tem vindo a ser largamente aceite e que destaca o papel central do *coletivo* na inovação social. Defendem que a “inovação social – tanto ao nível dos seus produtos, como dos seus processos – caracteriza-se por apresentar três tipos de resultados, quer isolados, quer em combinação, atingidos através de algum tipo de *ação coletiva* (por oposição à ação individual):

1. contribuir para a satisfação de *necessidades humanas* de outro modo não consideradas ou satisfeitas;
2. aumentar o *acesso a direitos* (e.g., através da inclusão política, de medidas redistributivas, etc.);
3. potenciar as *capacidades humanas* (e.g., através do empoderamento de grupos sociais específicos, aumentando o capital social; etc.)” (Martinelli, Moulaert, Swyngedouw e Ailenei, 2003: 47-48).

As inovações sociais referem-se, pois, a novos arranjos nas relações sociais que melhoram a condição de vida dos indivíduos em domínios como a saúde, o trabalho, as relações de género, a participação cívica, as relações intergeracionais, a gestão ecológica e ambiental, etc.. Elas implicam um tipo de resultado ao qual subjaz a participação, por via de relações mais ou menos estruturadas entre vários atores sociais, individuais ou grupais, em atividades que contribuem para atingir os objetivos dos participantes e do coletivo. Resultado este que, por via de uma ação concertada pela sua difusão e disseminação, poderá institucionalizar-se como nova prática social largamente assumida (André e Abreu, 2006; Howaldt e Schwarz, 2010).

Ora, a pesquisa empírica sobre a inovação social vem permitindo descortinar o seu ciclo de desenvolvimento (Mulgan, 2007a: 11) e evidenciar o indispensável papel que a participação coletiva nele assume. Desde o seu surgimento a um eventual processo de *scalability* (SIX, 2010), a inovação social implica um dado, e crescente, nível de participação e reconhecimento coletivo. Como refere Hochgerner (2009, *apud* Howaldt e Schwarz, 2010: 31) a “adaptação das inovações sociais, por definição, não ocorre em ambientes individuais, mas antes, e sempre, numa dada formação social”. Esta adaptação, que implica que os resultados acima apontados por Martinelli, Moulart Swyngedouw e Ailenei (2003) se concretizem por via da reconfiguração de uma dada prática ou conjunto de práticas dos atores sociais, não poderá acontecer como resultado da ação isolada de um agente social (Howaldt e Schwarz, 2010: 31). Ela pressupõe, outrossim, um processo de difusão e de disseminação que, por sua vez, comporta uma necessária aceitação social da prática *per se*, bem como dos seus efeitos na vida dos atores e grupos que a concretizam e a *reproduzem* (Howaldt e Schwarz, 2010: 31). Portanto, mesmo nos estudos que focam a ação de um empreendedor social, em que se enfatiza a atividade “messiânica” de um indivíduo, o processo de inovação social que lhe subjaz será sempre, em última instância, um processo de participação coletiva. Curiosamente, os próprios autores das principais correntes de análise da inovação social, apesar de recorrentemente evidenciarem o papel dos empreendedores sociais, tendem a concluir que não há evidência empírica sobre a possibilidade de um indivíduo ou uma única organização conseguirem atingir, isoladamente ou sem algum tipo de ação política, os fins últimos de transformação social a que se propõem (Mulgan, 2007b: 23).

2. Inovação social em movimento(s)

É pela inevitabilidade do reconhecimento da natureza coletiva da inovação social que alguns autores apontam, precisamente, os movimentos sociais como “espaços” privilegiados de inovação social (Moulaert, 2007; André e Abreu, 2006; Howaldt e Schwarz, 2010). Os movimentos sociais são, nesta linha de entendimento, perspetivados como “forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas” e como “campo de atividades e de experimentação social” nos quais a mobilização de recursos e a ação coletiva organizada se constituem como forças “geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (Gohn, 2003: 14). Não obstante, é a perspetiva acionalista dos movimentos sociais que parece oferecer especial heurística à análise das suas posições com a inovação social. A edificação de um *projeto* – denominador comum aos movimentos (Gohn, 2002) e à inovação social –, pressupõe a verificação dos três princípios identificados por tal perspetiva na análise dos movimentos: identidade, totalidade e oposição (Lima e Nunes, 2004). A existência de um ator social coletivo (princípio de identidade) que se constrói na relação com o meio e por demarcação a um adversário (princípio de oposição), pressupõe tomadas de posição do mesmo face a um determinado referencial sociocultural, político-institucional ou económico e organizativo (princípio de totalidade), quer nos movimentos, quer na inovação social. Conforme Lima e Nunes (2004: 2) nos elucidam, “os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (...)”. Apesar de não muito discutido pelos investigadores da inovação social, este princípio identitário estará também na sua base estruturante. Não haverá ação socialmente inovadora, independentemente do tipo de ator que a propulsione (seja este um indivíduo, grupos informais ou uma organização) se, a dada altura do seu desenvolvimento, esta não sedimentar uma partilha, relativamente manifesta, de um conjunto de princípios que estabeleçam os contornos de uma cognição particular que situe e imbua de sentido o conjunto de práticas “inovadoras”. Como Melluci (1995: 43) enfatiza “os atores produzem a ação coletiva por estarem aptos a se definirem a si próprios e às suas relações com o meio”. Uma tal capacidade de autodefinição e autoidentificação de um coletivo deriva de um trabalho contínuo sobre o seu projeto, no que respeita aos seus fins, aos seus meios e, especialmente, à sua relação com o meio – o seu campo de ação (Melluci, 1995: 44). A ação coletiva processa-se, pois, por via de uma relação partilhada por um grupo de atores que se define e se demarca pela sua

especificidade relacional com o meio que, por sua vez, não apenas delimita o campo de ação, mas também enquadra o seu sentido e apresenta as condições que lhe são dadas, isto é, as suas possibilidades e os seus constrangimentos. A identidade confere coesão entre os planos da ação e da cognição coletivas.

Touraine (1998: 127-128) expõe ainda a questão da relação com o meio referindo-se à existência de um conflito central em que o sujeito (representado no movimento social) põe em causa o modelo cultural dominante, isto é, questiona o mercado, a tecnocracia e os poderes autoritários, colocando em questão o “modo de utilização social dos recursos e dos modelos culturais”. Ora, reportando-se aos modos em que se dá a inovação social, também André e Abreu (2006: 128-129) destacam as dinâmicas de construção da adversariedade e do caráter oponente ao *status quo* como elementos de demarcação identitária. Os autores adiantam que “(...) a inovação social emerge fora das instituições e geralmente contra elas, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objectivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização” (André e Abreu, 2006: 129). Também Mulgan (Mulgan, 2007b: 22-23), afirmando *a mudança da forma como as sociedades pensam* como “objetivo último da inovação social”, releva esta ideia da oposição ao *status quo* e a natureza política implícita dessa oposição.

A inovação social parece apresentar, portanto, os três elementos constitutivos dos movimentos sociais (Gohn, 2002): os atores, o adversário e o que está em jogo. Sobre os atores, como é possível perceber, parece não existir consenso, situação que deriva da ainda frequente associação entre inovação social e inovação tecnológica ou económica, que leva certos autores a tomarem a inovação social meramente como um produto ou um serviço. Reduzi-la a este nível, deixando cair a sua natureza eminentemente *relacional* (tão claramente descrita por Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005; Moulaert, 2007 e Martinelli, Moulaert, Swyngedouw e Ailenei, 2003), impede-nos de equacionar a inovação social como parte de um processo coletivo de transformação social em que agência e estrutura surgem como dimensões analíticas imprescindíveis, quer ao nível dos produtos e dos “conteúdos” da inovação (isto é, dos resultados obtidos pelas suas propostas/projetos de mudança), quer ao nível dos seus processos (o seu *modus operandi*, que reporta aos elementos de estruturação relacional). Impede, ainda, de compreender que a inovação social (independentemente do domínio ou campo de atividade em que emerge) comporta um projeto de caráter

normativo onde a própria concepção de sociedade está, de forma mais ou menos manifesta, em jogo.

Repare-se que as inovações que encontramos no seio dos novos movimentos sociais, isto é, todos os processos e resultados que são experimentados e difundidos por estes movimentos no seio das sociedades contemporâneas, acontecem como produto de uma construção coletiva, decorrente da partilha de uma matriz de princípios identitários e de uma posição de adversariedade face às normas e instituições conservadoras. Pense-se no movimento por uma economia social e solidária, por exemplo, e no modo como este reúne as condições para ser problematizado como palco de inovação social ao aglutinar coletivos de atores que, ainda que dispersos a nível global, partilham um projeto de transformação social assente numa oposição ao modelo económico dominante. Os movimentos sociais, seja por uma economia solidária, por uma *green society*, pela defesa dos direitos humanos, de género ou das crianças, bem como os alterglobalização, antinucleares, etc., tendem a desdobrar-se num conjunto de coletivos, mais ou menos organizados ou formalizados, que empreendem as suas lutas com referência a uma identidade coletiva que simultaneamente os define e os demarca dos demais (Melluci, 1995). Enquanto tal, eles enformam um referencial normativo para iniciativas socialmente inovadoras protagonizadas por coletivos informais, organizações formais e/ou atores individuais “empreendedores”. Aliás, num processo de contínua construção identitária, os movimentos tendem a traduzir-se em estruturas organizadas da sociedade civil (Touraine, 1998), cujas ações se vão concertando na procura de resultados e envolvendo os atores, individuais e grupais, num processo de *capacity-building* (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw e Gonzalez, 2005; Moulaert, 2007), decorrente dessa contínua aprendizagem que os permite delinear propostas de resolução, a diferentes escalas de intervenção, para os problemas no campo em que atuam e tornarem-se, cada vez mais, autonomamente ativos nas relações que estabelecem com o meio (Melluci, 1995: 49).

Este processo, que se trata de um processo de *empoderamento* dos atores da sociedade civil (Gohn, 2003), é um dos principais efeitos processuais da inovação social sobre os seus atores, uma vez que implica a sedimentação de capacidades do coletivo para agir (*capacity-building*) e ser autónomo na satisfação das suas necessidades e exigências (Gohn, 2003: 16-17). O incremento do poder de ação e de participação social, que ocorre por via das conquistas sucessivas dos movimentos, é também característica-chave da inovação social, decorrendo de um rearranjo das relações e

práticas sociais do coletivo face ao quadro de legitimação imposto pelo campo identitário e de ação que define o adversário, seja este um ator identificável ou, de forma mais difusa, um dado *estado de coisas*. Em ambos os casos, tanto os atores socialmente inovadores como os movimentos sociais (pressupondo-se que se tratam de atores diferenciados) vão, assim, “ganhando terreno” na legitimação dos seus postulados e objetivos de mudança social. Questão que nos leva, inevitavelmente, a destacar que, também em ambos os casos, os atores coletivos conhecem o que está em jogo e trabalham os elementos constituintes do campo, de modo a produzir os resultados por si esperados (Mulgan, 2007a: 28). Conforme denotam André e Abreu (2006), os recursos informacionais, designadamente os conhecimentos e os saberes são elementos-chave da inovação social, sendo-o também, como ressalva Melluci, dos movimentos sociais. Tendencialmente, serão os atores mais experientes no campo e mais conhecedores do que está em jogo a espoletar e a liderar os movimentos sociais (Gohn, 2002: 156), assim como o parecem ser, igualmente, no seio das iniciativas sociais inovadoras.

Todavia, o facto de se verificarem dinâmicas de liderança no seio das inovações sociais, à semelhança do que acontece no seio dos próprios movimentos (Della Porta e Diani, 2006), não pode significar que os processos de mudança e de inovação espoletados se efetivem pela ação individual. Como frisa Nilsson (2003: 6), *a inovação é sempre social* e, tendo os movimentos um papel histórico nos processos de mudança social, a literatura sobre os mesmos não pode deixar de oferecer potencialidades de esclarecimento à identificação dos atores de inovação social. Se a inovação é sempre social, e se compreende um projeto de transformação – seja a nível comunitário, seja societal –, ela implica que diversas escalas de intervenção sejam trabalhadas no sentido da mudança social – pressupõe, portanto, que uma *luta social* seja empreendida. Não se trata de considerar os movimentos sociais como os protagonistas da inovação social. Trata-se, antes, de reconhecer que os repertórios da ação coletiva e de luta social são diversificados e assumem formas organizativas variadas (e com diversos graus de formalização), apesar de poderem remeter a um referencial ideológico e identitário comum (que unifica o movimento). Não se trata, também, de afirmar-se que os atores que promovem a inovação social são as organizações e os grupos do movimento social. Apesar de se conceber o movimento social como uma rede de atores, não se deve, todavia, deixar de reconhecer a diversidade dos mesmos nem de esclarecer que as organizações dos movimentos – aquelas afetas à gestão dos seus recursos e ao trabalho de *networking* a que o mesmo obriga para a sua manutenção e atuação – não são as

únicas que reportam ao sistema de crenças, valores, opiniões e projetos que o caracterizam. O transnacionalismo que atualmente caracteriza as exigências societais parece dificultar um processo de filiação categorial dos repertórios de ação e de protesto dos diferentes sujeitos (Wieviorka, 2003: 35). Como somos levados a concluir pelos estudos da inovação social e como a literatura sobre os movimentos nos vem elucidando, a dinâmica dos novos movimentos sociais e das novas formas de associativismo parece caracterizar-se por um regresso ao local e à comunidade, que passa a ser “tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo” (Gohn, 2003: 19). Facilmente os atores se movem entre a participação em protestos e formas de comunicação reivindicativa à escala planetária e a atuação “na vida local de uma associação” (Wieviorka, 2003: 35), tornando, portanto, cada vez mais difícil situar em limites analíticos os tipos de sujeitos e de ação potencialmente transformadora que eles preconizam.

Nesta medida, a diferenciação entre *atores do movimento* e *atores em movimento(s)* parece profícua à análise articulada da inovação e dos movimentos sociais, já que ela permite diferenciar repertórios de ação “tipicamente” empregues em diversas escalas de intervenção – a nível macro, de intervenção política e de transformação sistémica; a nível micro e meso, de intervenção e mobilização comunitária na experimentação de propostas de organização social alternativas. Compreende-se, assim, os primeiros como atores que servem os interesses do movimento ao nível da luta pelos projetos de transformação estrutural – aqueles que implicam a atuação de aparelhos de governação central e apresentam, portanto, um repertório de ação direcionada para a luta política propriamente dita (manifestações públicas, protestos, fóruns de discussão, petições, etc.); e permite sugerir os segundos como coletivos que, a nível local e comunitário, agem ao nível da experimentação social, isto é, operacionalizam, a uma escala micro-meso, as propostas concretas do movimento social com o qual partilham o sistema de crenças e referencial ideológico.

3. Atores, escalas e história – problemas em discussão

Assumindo-se a natureza “dual” da inovação social (estrutura vs. ação; global vs. local; sociedade vs. comunidade), o problema da *escala* na sua análise torna-se uma inevitabilidade. O processo de “escalabilidade” que certos autores reconhecem na inovação social implica dinâmicas de mudança que acontecem a diversas escalas do

social – do plano micro (da interação social), ao meso (inovação organizacional) e macro (societal). Todavia, a história traz-nos inúmeros exemplos de inovações sociais cuja origem não reside, necessariamente, no plano das micro relações sociais. Exemplos históricos dados por autores da inovação social – o caso do ensino público e universitário gratuito, dos seguros sociais nacionais (que vieram originar o Estado Social) ou outras inovações de carácter universalista – tendem, com efeito, a implicar uma ação centralizada, de tipo *top-down*, para a sua concretização, ainda que as suas reivindicações emirjam no seio da sociedade civil. O papel dos movimentos sociais, neste enquadramento, é imprescindível, já que estes tendem a estabelecer um sistema de ação cosmopolita no qual as organizações locais, que representam os interesses comunitários, se inserem. Como denota Moulaert (2007: 69), as situações em que os processos de governação são especialmente centralizados tendem a originar movimentos socialmente inovadores que procuram maior controlo local sobre a ação pública. A ação cosmopolita dos movimentos, que constituem redes alargadas (nacionais e transnacionais) de coletivos que convergem os seus repertórios de ação para a defesa de interesses que lhes são comuns (Della Porta e Diani, 2006), constitui um elemento central ao nível da luta política (mediante representação, defesa, pressão, protesto na esfera pública, etc.) pela incorporação de tais interesses ao nível das estruturas centrais de governação. E, como não poderia deixar de ser, quanto maior o carácter universalista dos interesses (medidas redistributivas, defesa de direitos sociais, preservação do estado social, etc.), mais a ação pública centralizada é necessária (Moulaert, 2007).

O caso do movimento por uma economia social e solidária é um exemplo claro das dinâmicas de interdependência que se estabelecem a diferentes escalas na produção da inovação social. A proliferação de modelos alternativos de organização do trabalho e de distribuição de riqueza produzida – de autogestão, de gestão participada, cooperativos, associativos, etc. – acontece ao nível comunitário, mas tem expressão a diversas escalas de observação: (i) micro – relativa às relações de trabalho, subvertendo o modelo dominante ao nível da divisão social e técnica do trabalho no seio das novas organizações criadas, etc.; (ii) meso – já que origina processos de experimentação de novos, ou renovados, modelos organizacionais e comunitários; mas também (iii) macro – já que congrega, no plano transnacional, a partilha de um referencial ideológico que apresenta um projeto de transformação do modelo capitalista de organização do trabalho e da produção, por um lado, e de acumulação e distribuição de capital, por outro. Isto

não significa, no entanto, que os atores coletivos perpetrem ações com impacto a todas as escalas analíticas. O movimento, que não pode ser confundido com uma organização (Della Porta e Diani, 2006: 25), apresenta-se como uma rede de múltiplos atores coletivos, com repertórios de ação diversificados, que constituem um ator identificável num sistema de crenças e ideologias, enquanto *movimento por uma outra economia* (Laville, 2009). Reúne, pois, sob uma identidade comum, uma variedade de organizações – por um lado, as *organizações do movimento* (que trabalham a continuidade e a manutenção do movimento enquanto rede de cooperação na defesa de uma causa ou de um projeto de sociedade), mas também todas as outras formas de organização (formalizadas ou não) que espelham os processos de experimentação social que efetivam as propostas concretas de um tal referencial ou projeto ideológico – o que podemos designar de *atores em movimento(s)*². Neste âmbito, Laville (2009: 9) propõe uma diferenciação interessante entre *militantes políticos* e *sujeitos alternativos*, que podemos considerar como *atores do movimento* e *atores em movimento*. Reportando-se ao movimento por uma economia social e solidária, o autor explica que “os militantes permanecem fiéis à prioridade atribuída à acção política”, enquanto os segundos “(...) procuram constituir imediatamente espaços de autogestão limitados” (Laville, 2009: 9). Veja-se, a título de exemplo, os casos das empresas de autogestão, recuperadas por trabalhadores na Argentina e no Brasil, cujas formas começam a multiplicar-se noutras partes do mundo.

Esta diferenciação é também perceptível no caso da Barefoot College³. Tendo a sua génese nos anos 60 do século XX, a Barefoot College – atualmente uma organização não-governamental – disseminou uma estratégia de desenvolvimento local alternativo que tenta operacionalizar um modelo comunitário cujas bases ideológicas reportam aos ideais dos novos movimentos pacifistas, ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, que nasceram da onda dos novos movimentos sociais das décadas de 1960-1970. E, apesar da sua declarada ligação aos movimentos sociais, a Barefoot

² Ao movimento poderão reportar-se ainda outro tipo de organizações. Como frisam Della Porta e Diani (2006: 26), os partidos, por exemplo, poderão autorreferenciar-se a um ou vários movimentos sociais. Isto não significa que os movimentos devam ser tomados como uma categoria analítica em que diversas formas organizacionais constituem subtipos. Trata-se, antes, de um sistema de ação no qual participam atores coletivos com formas organizativas típicas de outros sistemas de ação (neste caso, do sistema político-partidário), embora o movimento não perca o seu caráter de rede informal. Aliás, é este seu caráter que permite a diversas formas organizativas a sua participação ou autorreferenciação ao seu sistema de crenças e valores.

³ Ver <http://www.barefootcollege.org/> e O'Brien (1996).

College não é uma organização de movimento social, mas sim uma organização comunitária que trabalha os domínios da educação, da sustentabilidade ecológica, das relações de género (o direito das mulheres) e de poder, ao nível das comunidades locais. Isto não a isenta, todavia, de associar o seu referencial ideológico a alguns dos novos movimentos sociais ou mesmo de participar na mobilização política e cívica das comunidades com que atua. Neste ponto, ela exemplifica claramente um ator em movimento, na medida em que propulsiona uma dinâmica de inovação social comunitária e não resume a sua ação à militância política.

Seja no caso do movimento por uma economia social e solidária, seja no caso dos movimentos pacifistas, feministas ou ecologistas, é possível identificar, no plano empírico, diferentes níveis de intervenção que privilegiam a conquista de mudanças em diferentes escalas, sendo as diferentes formas de intervenção sobre o social o produto da ação de coletivos que assumem formas organizativas tendencialmente mais ajustadas à exequibilidade das suas propostas. A existência de um problema de *escala* na interseção da análise da inovação social com os movimentos sociais é, nesta medida, um problema aparente, que emerge de dois problemas efetivos – um primeiro, que deriva da persistente tendência dos estudos sobre inovação social penderem para um processo de teorização arreigado a uma terminologia economicista na leitura deste fenómeno, descurando a heurística das perspetivas (estruturalista, acionalista, construtivistas...) da sociologia e outras ciências sociais; e, um segundo, de se perspetivar, na linha de um decorrente viés epistemológico, a predominância da ação individual na geração da inovação social. Os princípios de análise económica – de *racionalidade* dos agentes, de *custo-benefício* e *custo-efetividade*, de aproveitamento de oportunidade, bem como as dinâmicas entre a *oferta* e a *procura*, de *escalabilidade* e de *ciclo de produto* – usados na análise da inovação social (Mulgan, 2007b), oferecendo, decerto, potencialidades a uma análise transdisciplinar do fenómeno, não podem assumir a sua exclusividade analítica. Uma tal exclusividade tolda uma perspetiva holística sobre a inovação social, impedindo a compreensão das diversas dimensões do fenómeno e da sua interdependência mútua. No caso, por exemplo, dos movimentos ecologistas/ambientalistas é possível compreender a integração, num sistema de crenças e valores comum (numa identidade), diversos tipos de organizações que trabalham a introdução de mudanças a diversas escalas: (i) organizações de trabalho político – que introduzem inovações ao nível dos aparelhos e mecanismos de regulação central e assumem, inclusivamente, uma escala de integração supranacional; (ii) das organizações

dos movimentos – grupos ativistas que trabalham ao nível da esfera pública na defesa de uma causa comum e na manutenção de uma identidade coletiva a que se referenciam outras formas organizativas da sociedade civil que trabalham essa mesma causa; e, ainda, (iii) das organizações ou grupos comunitários que concretizam, ao nível local, soluções alternativas para os problemas vividos do ponto de vista da sustentabilidade ecológica⁴.

Importa, ainda, não alhear o fenómeno da inovação social da sua historicidade. Como Moulaert (2007) refere, a inovação social não implica necessariamente a introdução do novo, mas antes a assunção de “boas práticas”, isto é, práticas que servem melhor interesses que são atuais, mesmo que impliquem retomar arranjos institucionais ou normativos que existiram no passado. O carácter normativo da inovação social, presente na proposta de mudança que esta pressupõe e, portanto, nos pressupostos ideológicos e valorativos que a norteiam, implica que as transformações propostas reportem ao estado atual de coisas, mas não isenta as propostas de se ancorarem em “velhos” padrões, valores ou ideologias, ou mesmo de pressupor o retorno de formas de organização social já experienciadas. Nas suas palavras, “a inovação social, enquanto mudanças ao nível das instituições, pode também, por conseguinte, significar o retorno a ‘velhas’ formas institucionais, formas que podem até ser consideradas como reformistas” (Moulaert, 2007: 81). Neste sentido, o *novo* constrói-se como referência a um *aqui e agora*, mas essa construção não é desvinculável da história e da memória coletivas. Quando as inovações visam satisfazer necessidades humanas, aumentar o acesso a direitos ou incrementar a capacidade sociopolítica, elas podem, com efeito, fazê-lo de acordo com propostas que visam recuperar situações que foram perdidas. Ao nível comunitário, as empresas cooperativas de autogestão são exemplo disso, como são também as pressões para condições estruturais que garantem o acesso e exercício de direitos sociais. Os movimentos, mais uma vez, têm aqui um papel mediador, tanto ao nível das escalas em que a ação social visa surtir efeitos, quer ao nível da *reconstrução* da memória coletiva que está na base de propostas mais “reformistas”. É neste sentido que Moulaert (2007: 70) adianta que, ao contrário do que acontecia no século XIX com

⁴ Atendendo ao caso português é possível identificar: ao nível do trabalho político, o partido Os Verdes, por exemplo; ao nível do trabalho na esfera pública, de formação de opinião pública e *networking* para a defesa do ambiente (do nível local ao transnacional), a Quercus; e, a nível local, um conjunto extenso de exemplos de organizações e comunidades que levam a cabo projetos de experimentação social na resolução de problemas de sustentabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, etc. (e.g., Cooperativa Terra Chã, Eco-Aldeia Tamera, etc.).

as iniciativas de entreajuda comunitária, de tipo mutualista e cooperativista, a atual institucionalização da economia social e solidária não constitui uma inovação social que preencha um vazio; na realidade ela *reemerge* como resposta de substituição ao desmantelamento de direitos previamente adquiridos (do Estado Social).

Ora, estas respostas, ainda que ressurgentes ao nível comunitário, comportam uma dinâmica de participação cívica *bottom-up*. Isto significa que elas contêm em si um pressuposto de afetação de outras escalas da vida social, visando alterações a nível meso no plano das organizações e das instituições, mas também macro, pressionando a uma modificação das estruturas socioeconómicas mais vastas. Uma tal articulação de planos de ação obriga, portanto, a uma integração dos planos de observação e de análise, impedindo-nos de cair num argumento de *localismo* (Moulaert, 2007: 82), seja este:

- *existencial*, presente na ideia de que as ações e iniciativas locais poderão ser suficientes à satisfação das necessidades humanas e sociais; ou
- *sociopolítico*, presente na ideia de que a descentralização da governação e a sua devolução ao nível do local e do comunitário é uma estratégia intrinsecamente *ótima*, dispensando o papel e a importância da governação *interescalar*.

A inovação social é, portanto, um fenómeno com enquadramento contextual e temporal (*path-dependency*), que compromete diferentes tipos de ação e de atores coletivos e que visa surtir efeitos em diferentes escalas das estruturas, dinâmicas, práticas e instituições sociais. Compreende, portanto, interdependências complexas entre estas, e tem uma relação manifesta com um referencial normativo partilhado por atores coletivos com atuação a diversas escalas da organização social, que podem, mediante certas circunstâncias, integrar ou autoidentificar-se com um ou vários movimentos sociais.

Notas finais

Para finalizar, importa deixar claro que não se advoga que a inovação constitua um movimento social nem que estes sejam, necessariamente, socialmente inovadores. Pretende-se, sim, demonstrar que, dado o carácter normativo da inovação social – a sua relação explícita com a promoção da inclusão social e o relativo pressuposto de *empowerment* (capacidade sociopolítica) dos atores sociais –, ela pressupõe processos de mudança social que não podem ser analisados exclusivamente através do local, do

ahistórico (uma perspetiva estritamente sincrónica) ou do económico. Os movimentos sociais, bem como a literatura que sobre os mesmos está disponível (e os respetivos desenvolvimentos teóricos e epistemológicos) oferecem, nesta medida, potencialidades heurísticas incontornáveis à análise da inovação social, especialmente porque, do ponto de vista empírico, se reconhece que estes têm um papel ativo – que não é apenas o exercido no campo político – na produção da própria inovação social e podem, com efeito, constituir sistemas de ação socialmente inovadores.

O texto pretende, neste sentido, frisar a natureza coletiva dos fenómenos de inovação social, natureza essa assente nos processos de construção social inerentes à transformação das instituições sociais, aqui compreendidas no seu sentido sociológico (desde leis e regulações aos *habitus* e disposições institucionalizadas). A compreensão de como estas transformações se processam, todavia, não pode ser restrita à observação das características do “empreendedor” social, nem vincular-se exclusivamente a uma análise de tipo economicista como as que são frequentemente usadas para a análise da inovação social. A partir do momento em que assumimos uma tal noção de inovação social somos impelidos a socorrer-nos de outros conhecimentos disponíveis à compreensão do fenómeno. Neste caso, privilegiámos um encontro entre a inovação social e os movimentos, procurando dar conta de algumas potencialidades analíticas de um entendimento sobre o papel dos coletivos na produção da inovação social.

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre (2006), “Dimensões e espaços da inovação social”, *Finisterra*, *XLI*, 81, pp. 121-141.
- BROUARD, François; LARIVET, Sophie (2010), “Essay of clarifications and definitions of the related concepts of social enterprise, social entrepreneur and social entrepreneurship”, in Alain Fayolle e Harry Matlay, *Handbook of research on social entrepreneurship*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Ltd., pp. 29-56.
- DEES, Gregory (2001), *O significado de empreendedorismo social*, [consult. a 10.01.2010]. Disponível em: <<http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>>.
- DEES, Gregory; ANDERSON, Beth Battle (2006), “Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought”, *Research on Social Entrepreneurship*, *ARNOVA* occasional paper series, 1 (3), pp. 39-66.

- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (2006), *Social movements: an introduction*, Oxford, Blackwell Publishing.
- GOHN, Maria da Glória (2002), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo, Edições Loyola.
- (2003), “Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas”, in Maria da Glória Gohn (org.), *Movimentos sociais no século XXI – antigos e novos atores sociais*, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 13-32.
- HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael (2010), *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*, Dortmund, IMO – International Monitoring, [consult. a 15.01.2013]. Disponível em:
<http://www.internationalmonitoring.com/research/trend_studies/social_innovation.html>.
- LAVILLE, Jean-Louis (2009), “A economia solidária: um movimento internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp. 7-47.
- LIMA, Marinus Pires; NUNES, Cristina (2004), *Movimentos colectivos na era da globalização*, comunicação apresentada em Coimbra, a 18 Setembro de 2004, no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, [consult. a 10.12.2012]. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel13/marinus_pires_de_lima.pdf>.
- MARTINELLI, Flavia; MOULAERT, Frank; SWYNGEDOUW, Etik; AILENEI, Oana (2003), *Social innovation, governance and community building – Singocom - scientific periodic report month 18*, Brussels, Directorate-General for Research Citizen and Governance in a Knowledge-based society, [consult. a 10.01.2013]. Disponível em:
<http://users.skynet.be/frank.moulaert/singocom/singocom_report.pdf>.
- MELLUCI, Alberto (1995), “The Process of collective identity”, in Hank Johnston and Bert Klandermands (eds.), *Social Movements and Culture*, Minneapolis, Minnesota University Press, pp. 41-63.
- MOULAERT, Frank; MARTINELLI, Flavia; SWYNGEDOUW, Erik; GONZALEZ, Sara (2005), “Towards Alternative Model(s) of Local Innovation”, *Urban Studies*, 42 (11), pp. 1669-1990.
- MOULAERT, Frank (coord.) (2007), *Social Innovations, Governance and Community Building. SINGOCOM Final Report*, Brussels, Directorate-General for Research Citizen and Governance in a Knowledge-based society, [consult. a 06.01.2013]. Disponível em:
<<http://cordis.europa.eu/documents/documentlibrary/100123951EN6.pdf>>.
- MULGAN, Geoff (2006), “The process of social innovation”, *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, I (2), pp.145-162.
- (2007a), *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford, Said Business School and The Young Foundation, [consult. a 01.01.2013]. Disponível em:

- <<http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Social-Innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated-March-2007.pdf>>.
- MULGAN, Geoff (org.) (2007b), *In and out of the sync – The challenge of growing social innovation*, London, NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts.
- MUMFORD, Michael (2002), “Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin”, *Creativity Research Journal*, 14 (2), pp. 253-266.
- MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff (2010), *The Open Book of Social Innovation*, London, NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts, [consult. a 08.01.2013]. Disponível em:
<www.nesta.org.uk/library/documents/Social_Innovator_020310.pdf>.
- NILSSON, Warren O. (2003), *Social Innovation: an exploration of the literature*, Paper prepared for the McGill-Dupont Social Innovation Initiative, [consult. a 19.02.2013]. Disponível em: <<http://sig.uwaterloo.ca/sites/default/files/documents/SocialInnovation.pdf>>.
- O'BRIEN, Catherine (1996), “Barefoot College... or knowledge demystified”, *UNESCO and UNICEF: Education for all – Making it work*, 11, [consult. a 15.01.2013]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001117/111766eb.pdf>>.
- READ, Anthony (2000), “Determinants of successful organizational innovation: A review of current research”, *Journal of Management Practice*, 3 (1), pp. 95-119.
- SHARRA, Roméo; NYSENS, Marthe (2009), *Social innovation: an interdisciplinary and critical review of the concept*, [consult. a 15.01.2013]. Disponível em: <<http://www.ces.ulg.ac.be/uploads/Workshop%203-4%20March/Sharra%20and%20Nyssens%202010.pdf>>.
- SIX – Social Innovation eXchange (2010), *Study on social innovation*, Paper presented by Social Innovation eXchange and The Young Foundation for the Bureau of European Policy Advisors, [consult. em Dez. 2012]. Disponível em: <<http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Study-on-Social-Innovation-for-the-Bureau-of-European-Policy-Advisors-March-2010.pdf>>.
- SWEDBERG, Richard (2009), “Schumpeter’s full model of entrepreneurship: economic, non-economic and social entrepreneurship”, in Rafael Ziegler (ed.), *An introduction to social entrepreneurship: voices, preconditions, contexts*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 77-252.
- TOURAINÉ, Alain (1998), *Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WIEVIORKA, Michel (2003), “Os movimentos ‘anti-mundialização’”, in José Rebelo (coord.), *Novas formas de mobilização popular*, Porto, Campo das Letras, pp. 17-38.

Ana Alves da Silva (autor de correspondência). Doutoranda em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo – no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. *E-mail*: anasilva@ces.uc.pt.

Joana Almeida. Doutoranda em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo - no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). *E-mail*: joana.g.almeida1708@gmail.com.

Artigo recebido a 24 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 13 de janeiro de 2015.

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Universidad Autónoma de Chile –
Instituto de Estudios Sociales y Humanísticos, Facultad de Ciencias Sociales y Humanidades e
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo analisa as representações sociais sobre a escola pública partilhadas pelos agentes educativos de dois prestigiados colégios de Lisboa. Os discursos de diretores, professores, alunos e pais (recolhidos mediante entrevistas individuais e de grupo) permitem concluir que o ensino oficial é alvo de olhares estereotipados de pendor desvalorizante, em contraposição com o ensino privado. Ausência de enquadramento organizacional, de identidade institucional, de cultura de rigor e de sentido de “segunda família”, aliada à indisciplina, caracterizam, na sua opinião, a escola pública de hoje.

Palavras chave: escola pública; colégios privados; representações sociais.

Abstract

The public school through the eyes of school elites: social representations of the educational agents from two private schools

This paper aims to analyze the social representations about public school shared by the educational agents belonging to two prestigious private schools located in Lisbon. Based on discourses of principals, teachers, students and parents – collected through individual interviews and focus groups – we conclude that they share a negative and devalued perception about public schools. Lack of organizational framework, of institutional identity, of rigor’s cultures and of sense of “second family”, as well as the disciplinary problems, characterize, in their opinion, the current public school.

Keywords: public school; private school; social representations.

Résumé

L'école publique vue par les élites scolaires: représentations sociales des agents éducatifs de deux écoles privées

Cet article a pour but de faire connaître les représentations sociales de l'école publique partagées par les agents éducatifs de deux des plus prestigieuses écoles privées de Lisbonne. En partant des discours de directeurs, professeurs, élèves et parents - recueillis à l'aide d'entretiens individuels et en groupe - on se rend compte que l'école publique est objet d'un regard dévalorisant. Manque d'encadrement organisationnel, d'identité institutionnelle et de sens de "deuxième famille", auquel s'ajoutent des problèmes disciplinaires, caractérisent, selon ces agents éducatifs, l'école publique.

Mots-clés: école publique; écoles privées; représentations sociales.

Resumen

La escuela pública en la mirada de las elites escolares: representaciones sociales de los agentes educativos de dos colegios particulares

En este artículo se analizan las representaciones sociales sobre la escuela pública de los agentes educativos de dos prestigiosos colegios particulares de Lisboa. Tomando como punto de partida los discursos de directores, profesores, alumnos y padres - recopilados a través de entrevistas individuales y grupales - se concluye que el sistema público es objeto de una percepción negativa. La ausencia de encuadre organizacional, de identidad institucional, de cultura de rigor y de sentido de "segunda familia", sumado a los problemas disciplinares, caracterizan, en su opinión, la escuela pública.

Palabras clave: escuela pública; colegios particulares; representaciones sociales.

Notas introdutórias e breve caracterização metodológica

O tema da escola pública *versus* escola privada permanece atual, controverso e merecedor de atenção e debate sociológico. Neste artigo propomo-nos dar a conhecer o modo como alunos, pais, professores e diretores de duas prestigiadas escolas privadas percecionam a escola pública. Ao contrapô-la às suas próprias vivências escolares, eles permitem-nos também conhecer o seu olhar sobre os respetivos colégios privados.

Os dados que sustentam esta análise resultam de uma pesquisa de doutoramento sobre o sucesso educativo realizada em dois reputados colégios de Lisboa – um laico e outro religioso – há mais de cinquenta anos ligados à educação das classes dominantes do país. Para este estudo, acionámos um conjunto de técnicas de investigação sociológica: entrevistas aos principais representantes dos órgãos e associações colegiais; 18 entrevistas a pais e ex-alunos; 5 grupos de discussão compostos quer por estudantes,

quer por professores; inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa de 475 jovens entre o 9.º e o 12.º ano; observação direta em diferentes espaços-tempos dos colégios (quotidianos e extra-quotidianos, como as cerimónias e outros eventos colegiais).

Os colégios onde desenvolvemos o trabalho de campo, pese embora as suas especificidades – nomeadamente no que diz respeito à formação religiosa –, partilham a meta da “formação integral do homem”, preconizando nos respetivos Projetos Educativos uma educação que integra, a par da dimensão académica, o pilar social, cívico e cultural. Esta formação de banda larga dá resposta aos desígnios socializadores das classes dominantes que se consideram destinadas a grandes missões (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007) e que constituem o público dos colégios estudados, como os dados do inquérito comprovam. Com efeito, eles são frequentados por jovens provenientes de famílias com elevados capitais económicos e culturais, cujos progenitores são, na sua maioria, profissionais nas áreas da Engenharia, da Medicina e da Economia e Gestão de Empresas. Os lugares de classe de origem dos alunos, identificados através de uma combinatória entre a dimensão profissional e a cultural e tendo por base a tipologia proposta por Costa, Machado e Almeida (1990), distribuem-se, na quase totalidade, pela Burguesia (52,7%), repartida entre a Burguesia Dirigente e Profissional (BDP) – 31,9% – e a Burguesia Empresarial e Proprietária (BEP) – 20,8% – e pela Pequena Burguesia Intelectual e Científica (PBIC) – 41,4%. A forte capitalização cultural dos pais é visível no facto de 38,1% das mães ter completado uma licenciatura, 23,8% um mestrado, 12,1% um doutoramento e 9,8% um pós-doutoramento, percentagens que, entre os pais, atingem, respetivamente, 33,2%, 23,1%, 17,9% e 10,6%.

1. Olhares desencantados sobre a escola pública

Depois de caracterizado o objeto da nossa investigação, propomo-nos analisar as representações da escola pública partilhadas pelos agentes educativos destas duas escolas privadas, tomando como material de reflexão os enunciados discursivos que, de forma mais ou menos espontânea – e tendo sempre como ponto de referência os respetivos colégios –, nos foram desvelando a sua visão do sistema público de ensino.

A questão do público e do privado em educação tem estado no centro de um aceso debate cujos contornos ideológicos em muito têm contribuído para a polarização

de posições a favor ou contra a escola pública (Viseu, 2014). Um dos aspetos que sobressai da análise das entrevistas prende-se, justamente, com o facto de os entrevistados, antes de emitirem qualquer juízo de valor sobre o ensino público, fazerem questão de sublinhar que ele não é uma realidade homogénea, como se pretendessem demarcar-se da visão maniqueísta da escola pública que encontra algum eco no seio dos grupos mais “militantes” na defesa da escola privada e da liberdade de escolha. No olhar dos entrevistados, a oferta pública de educação caracteriza-se por uma clara polarização, também documentada por Van Zanten junto dos pais pertencentes às frações superiores das classes médias, “(...) que não estabelecem uma gradação, mas uma dicotomia (...)” (2009: 182) entre os estabelecimentos do setor público. Assim, haverá escolas públicas boas e escolas públicas más, como nos dizem os pais, entre os quais não falta quem se deixe embalar pela “doce memória do passado” (Almeida e Vieira, 2006: 76) e reproduza a “litania em honra da escola do passado” (2006: 73), recordando com saudade o tempo em que “as escolas públicas eram todas boas escolas” (pai, colégio religioso, BDP, 47 anos). A dicotomização qualitativa entre a oferta do setor público prende-se com o “perfil” do público que as frequenta, explicará um dos pais, confirmando o mecanismo de associação entre a qualidade da escola e o “efeito público” de que fala Van Zanten (2009): “Há escolas públicas que são excelentes (...) há outras que aquilo pronto... é as pessoas, mais uma vez é as pessoas que fazem a diferença. As pessoas, neste caso, que é os alunos e os pais dos alunos” (PBIC, colégio religioso, 43 anos).

Entre os alunos há também quem admita a existência de escolas públicas “que funcionam de forma bastante eficiente” (aluno, colégio religioso, PBIC, 16 anos). A perceção é corroborada pela diretora do colégio laico que reconhece haver “(...) excelentes escolas públicas”, observando que a qualidade do funcionamento destes estabelecimentos “também depende da liderança”, cuja importância para a eficácia e melhoria da escola é documentada por vários investigadores (Bolívar, 2003; Hargreaves e Fink, 2007). O problema da opção pela escola pública está no facto de o acesso a um bom estabelecimento de ensino estar dependente do “fator sorte”, como lembrará a mesma diretora, numa alusão às restrições legislativas que impedem os pais de escolher a escola pública considerada de melhor qualidade, permitindo-lhes apenas – e só desde 2013 (Despacho n.º 5048-B/2013) – a hierarquização, condicionada a vagas, de cinco estabelecimentos preferenciais (Batista, 2015).

No entanto, à medida que as entrevistas vão decorrendo e os discursos vão fluindo vai-se tornando perceptível que se há escolas públicas boas e escolas públicas más, das primeiras parece “não rezar a história”, já que as referências dos entrevistados ao ensino público envolvem, na sua quase totalidade, juízos de valor negativo dos quais resulta uma imagem global de tonalidade desvalorizante, como detalharemos nos capítulos seguintes.

A percepção mais transversal à generalidade dos depoimentos sobre a escola do Estado prende-se com a ausência de condições de escolarização que permitam assegurar aos alunos um ensino de qualidade – uma prioridade durante muito tempo confinada ao reduto das elites, que sempre a procuraram como estratégia de distinção em seletivos colégios privados (Vieira, 2003; Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007; Mension-Rigau, 2007; Quaresma, 2014) e que, a partir dos anos 1980, vai entrar na ordem do dia da agenda educativa. Com efeito, a partir dessa década, o tema da qualidade do ensino tornou-se incontornável nos discursos sobre a educação, dos mais científicos aos mais profanos. A permeabilização do campo escolar à retórica de matriz neoliberal (Ball, 2002) e à “nova cultura de performatividade competitiva” (2002: 8) que a caracteriza veio “(...) inscrever no quadro das preocupações educativas os princípios da qualidade, da excelência e do mérito” (Torres, 2014: 27). O desenvolvimento da globalização económica e do pós-fordismo veio acentuar “a procura por parte dos meios económicos de uma maior eficácia e eficiência dos sistemas públicos de educação, mas também uma maior atenção às necessidades em competências da economia” (Maroy, 2007: 88) que vão dar o mote para a implementação de políticas de *accountability* escolar. As pressões no sentido de um ensino de maior qualidade vão partir também de uma “nova classe média nova” (Cortesão *et al.*, 2007: 16) que perde a hegemonia no sistema educativo e se vê confrontada, por efeito conjugado da massificação escolar e da “instabilidade e vulnerabilidade da oferta de emprego qualificado” (Nogueira, 2010: 218), com a ameaça da mobilidade social descendente dos filhos. É, pois, na qualidade do ensino e nas melhores escolas que esta classe vai encontrar a estratégia de preservação social (Reary, Crozier e James, 2011).

A omnipresença da escola no quotidiano das famílias e a sua importância para as classes médias em processo de forte expansão (Nogueira, 2010) vão trazer o tema da educação e da sua qualidade para o debate público, onde vai ganhar força a “velha ideia da decadência da escola pública” (Almeida e Vieira, 2006: 72) já refutada em França por Establet e Baudelot (1989) e denunciada nos EUA como “uma crise manufacturada”

(Berliner e Biddle, 1995). Nas páginas dos jornais nacionais de referência, “reflexivos profissionais” (Melo, 2009: 426) e “reflexivos militantes” (2009: 426) traçam um retrato sombrio do “estado da educação” e da escola pública, alegadamente contaminada pela permissividade dos professores (Bonifácio, 2004), pelo laxismo da avaliação e quebra das expectativas nos alunos (Reis, 2001), por uma cultura avessa ao “(...) trabalho, esforço, persistência e concentração” (Crato, 2006: 118) e por um nivelamento dos alunos pelo patamar mais baixo do saber e da exigência (Mónica, 2005). A publicação dos *rankings* e a presença dos estabelecimentos de ensino privado nos primeiros lugares da classificação vem ajudar a sedimentar essa imagem de crise da escola pública e a alimentar a polarização qualitativa público/privado, que os discursos dos entrevistados documentam. De facto, vai-se tornando também visível pelas intervenções da generalidade dos entrevistados que a imagem de pendor desvalorizante da escola pública tem como contraponto a representação valorizante dos respetivos colégios. Ora, nem o ensino privado constitui uma realidade homogénea, como a literatura comprova (Van Zanten, 2009; Ben-Ayed, 2000; Estêvão, 2001) e como alguns dos próprios entrevistados reconhecem, nem estes dois colégios, até pelo perfil sócio-cultural do seu público e pela sua longa tradição no campo do ensino podem ser tomados como representativos da qualidade do ensino privado, como aliás também é reconhecido por alguns entrevistados. Acresce que a identificação do ensino privado a características favoráveis ao sucesso escolar e a “(...) associação unívoca entre privatização e melhores resultados de aprendizagem” (Tedesco, 2008: 133) está longe de reunir consensualidade entre a literatura científica, dividida entre os estudos que identificam maior eficácia ao ensino privado (Coleman *et al.*, 1982; Lee *et al.* 1998) e os que a relativizam (Elder e Jepsen, 2011; Dronkers e Avram, 2010).

2. Entre o *deficit* de enquadramento organizacional e ausência de personalidade institucional da escola pública

Entre os entrevistados que mostram menos constrangimentos a dar a sua opinião sobre a escola pública estão os alunos. Isso não obstante a sua perceção deste setor de ensino não se alicerçar, como nos dizem, num conhecimento *por dentro* da realidade, uma vez que uma expressiva percentagem deles (69,5%) tem trajetórias escolares de fidelidade (Langouet e Léger, 2000) aos respetivos colégios, grande parte das quais (48,2%) iniciadas logo no ensino pré-primário. Ela é construída na base dos relatos que

lhes chegam de alunos que as frequentam e com quem eles trocam impressões sobre as respetivas experiências escolares durante as atividades extra-curriculares ou as explicações fora dos colégios. Dos relatos que vão ouvindo, os alunos entrevistados retêm a imagem de uma escola com *deficit* de organização, em convergência com a perceção recolhida por Van Zanten (2009). A título de exemplo, os alunos evocam os inícios conturbados do ano letivo, com alunos ainda sem professores “em outubro, em novembro e em dezembro” (aluna, colégio religioso, BEP, 17 anos), as greves e as situações reiteradas de absentismo docente – classificado de “hemorrágico” pelo diretor do colégio religioso – que eles comparam com a boa organização do ano escolar, a assiduidade dos professores e a celeridade da resolução destes problemas nos respetivos colégios.

Dos professores que lecionam no ensino público, têm uma imagem de pouca dedicação e de pouco empenho no apoio às dificuldades de aprendizagem dos alunos, que põem em contraste com a entrega e disponibilidade dos seus próprios professores e com o acompanhamento individualizado e de proximidade que eles lhes dedicam. Dependentes da satisfação dos seus “clientes” e da excelência das performances académicas para sobreviver no mercado educativo, os colégios privados não têm lugar para professores com a “alma de funcionário” (Rouillard, 2013: 499) que caracterizará os colegas do público. Como nos dirá o Presidente da Associação de Estudantes do colégio laico: “(...) eu acho que há – isto a nível pessoal, eu nunca frequentei uma escola pública, estou a falar daquilo que ouço, não é? – há uma sensação de desorganização, de que os alunos têm que estudar por si, têm que trabalhar por si e acho que há uma falta de exigência muito grande. Aqui não, aqui os alunos são acompanhados pelos professores: têm uma dúvida, perguntam”.

A ideia de um menor enquadramento organizacional do ensino público face ao privado é, aliás, partilhada por pais e professores. Uma das mães descreve a realidade da escola pública como um “caos, em termos organizacionais” (colégio laico, PBIC, 32 anos). Remetendo para a maior complexidade da estrutura organizacional e administrativa das escolas públicas (Estêvão, 2001) e numa provável alusão ao modelo de gestão colegial herdado da Revolução de Abril (Afonso, 2010), essa mãe fala de uma dispersão do poder e da autoridade que não existirá no ensino privado onde, como dirá o diretor do colégio religioso, há “um dono com perenidade” que é, nas palavras da diretora do colégio laico, “o rosto da escola” e dá a cara pelo bom funcionamento da organização. Mostrando-se consciente de que o contexto organizacional enforma a

relação família-escola (Silva, 2003), a mesma mãe entende que a diluição do poder e de autoridade que existe na escola pública dificultará o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, obstaculizando o eficaz exercício da parentocracia – uma dimensão particularmente valorizada pelas famílias destes dois colégios, como o nosso estudo documenta e, de um modo geral, pelas famílias que escolhem o ensino privado, mais atentas à escolaridade dos filhos até pelo esforço financeiro envolvido (Langouet e Leger, 2000). Ao contrário do que acontecerá nas escolas públicas, nos colégios privados “(...) há um fio condutor, há uma hierarquia que nos ajuda a nós, pais, a estruturarmo-nos. E, portanto, se eu percebo que há algo que não está a funcionar eu sei qual é a hierarquia, eu sei qual é o fio condutor e, portanto, não sinto, nem nunca senti, em nenhum momento, que as coisas estavam desorganizadas, não é?, que as coisas estavam a falhar” (mãe, colégio laico, PBIC, 47 anos). Com um tipo de autoridade menos “pessoalizado e direto” (Estêvão, 1998: 305) do que as congéneres privadas, as escolas públicas tão pouco estarão em condições de aplacar os “medos securitários” dos pais (Van Zanten, 2009: 46), oferecendo-lhes o “espaço escolar protegido” (Ben-Ayed, 2000: 69) que encontram nos colégios privados, onde durante os intervalos os filhos “não saem dos portões da escola” (mãe, colégio laico, PBIC, 32 anos) e onde a sua assiduidade está sob supervisão permanente. Como dirá a diretora do colégio laico, “se um aluno – mesmo dos mais velhos – falta a uma aula, no momento seguinte o pai está a saber que ele está a faltar”.

Por outro lado, como dirão alguns entrevistados, faltará à escola pública a “personalidade” vincada (Draelants, 2006) que caracteriza as escolas privadas, fazendo com que cada uma delas se distinga das outras por algo que lhe é específico: “Na escola pública é tudo muito igual, tudo muito normativizado. A impressão digital da escola pública é mais diluída”, dirá um dos professores do colégio religioso. A oferta diversificada de “produtos” disponibilizada pelo mercado educativo privado vai permitir aos pais “consumidores” de escola que querem o melhor para os filhos a escolha do estabelecimento de ensino cujo Projeto Educativo esteja mais adaptado ao perfil do seu educando ou vá mais de encontro ao ideal de educação da família, nomeadamente no plano ideológico. Trazendo para o debate a questão da “neutralidade da escola pública” (Cotovio, 2004: 362) *versus* “educação para os valores” (2004: 351) da escola privada, o presidente da Associação de Alunos do colégio religioso dirá:

“(...) olhando para as escolas públicas, no seu todo, não sei se têm uma filosofia. Se calhar, têm uma filosofia estatal, mas não uma coisa tão definida, tão... Porque é que existe escola pública? Porque tem que existir, porque tem que responder às necessidades coletivas de – isto é economia – tem que responder às necessidades coletivas, porque há uma necessidade de os alunos serem educados. E aqui o objetivo é outro: há necessidade de os alunos serem educados de uma forma... Aqui, eu diria que os privados têm uma intenção clara, de educarem ‘desta forma’. Os públicos têm a intenção de educar, porque tem que ser, diria eu.”

3. A escola pública e a ausência de cultura de rigor e de excelência

Em rota de colisão com as conclusões dos estudos sobre a excelência e as práticas de distinção escolar nas escolas públicas (Palhares, 2014; Torres, 2014), os entrevistados falam da ausência de cultura de rigor, de trabalho e de exigência que caracterizará estes estabelecimentos de ensino onde, pelo efeito das baixas expectativas de alunos e de pais, não haverá professores que “(...) querem puxar pelos alunos (...)” (aluna, colégio religioso, BEP, 17 anos), como acontece nos respetivos colégios. Para exemplificar o alegado facilitismo que reinará nas escolas públicas, os alunos evocam o baixo nível de dificuldade e a extensão dos testes de avaliação – a que eles dizem ter acesso através dos colegas de explicações – e comparam-nos com o grau de dificuldade daqueles a que eles são sujeitos nos respetivos colégios, sobretudo nas disciplinas nucleares para o acesso aos cursos superiores mais competitivos: “Eu vejo, às vezes - que tenho amigos meus nas escolas públicas - e às vezes vejo os testes e a comparar com os meus de Química ou de Biologia, que são gigantescos...!” (aluna, colégio laico, PBIC, 17 anos). Ainda a propósito dos testes, falam também da “forma de eles [os professores] os corrigirem” (aluna, colégio religioso, BDP, 15 anos), numa alusão ao que interpretam como uma generalizada condescendência avaliativa por parte do corpo docente dos estabelecimentos de ensino públicos.

A ideia de laxismo é reforçada pelo argumento da inflação das classificações de que beneficiarão os alunos das escolas públicas e que eles consideram ser também uma imagem de marca deste setor de ensino. Dando voz aos “sentimentos de injustiça escolar” (Resende e Gouveia, 2013: 98) dos colegas sobre a diversidade de critérios avaliativos, uma das entrevistadas fala-nos do caso de um colega recém-chegado ao colégio, que “[na escola pública] tinha média de 19 e agora está com média de 14” (aluna, colégio religioso, PBIC, 17 anos). A sociologia da avaliação escolar dá hoje

conta de que a avaliação contém uma parte irreduzível de subjetividade (Merle, 2007). Como este investigador lembra, a mesma prova pode ser avaliada de forma diferente por diferentes professores que refletem nas suas avaliações constrangimentos de ordem interna (dinâmica da turma), externa (tipo de escola elitista ou popular) ou pessoal (características dos alunos e dos próprios professores). Alguns professores elevarão os seus padrões de exigência e serão menos benevolentes nas classificações, como acontecerá em contextos (de estabelecimento e de turma) de melhor nível escolar (Duru-Bellat, 2002) e haverá outros que reduzirão os seus níveis de exigência e nivelarão “por baixo” a avaliação, nomeadamente em contextos de menor receptividade ao projeto escolar onde os professores serão levados a ajustar os seus critérios de exigência e/ou a usar a classificação como “instrumento de motivação” (Barrère, 2002: 153). A inflação das classificações internas em certas escolas está documentada num estudo recente (Neves, Pereira e Nata, 2012) onde são identificados casos de alunos com idênticas classificações nos exames nacionais e que apresentam discrepâncias que atingem os 4 valores nas classificações internas, de escola para escola. Mas esse mesmo estudo não confirma a perceção dos alunos destes colégios de que é no ensino público que prevalece a inflação das classificações. A conclusão é a de que, pelo contrário, a prática inflacionista é mais frequente nas escolas privadas do que nas públicas, sujeitas a uma menor pressão das lógicas concorrenciais para atrair “clientes” do que aquelas.

Esta alegada discrepância de classificações entre o público e o privado é, aliás, vivida de forma algo ambivalente pelos alunos destes dois colégios. Socializados num caldo familiar e escolar galvanizador da excelência (Quaresma, 2014), eles internalizaram o valor da exigência e reconhecem nela e no crivo apertado das avaliações docentes uma mais-valia para quem quer ter uma preparação académica de topo e enfrentar os exames nacionais com o sucesso necessário para aceder aos mais prestigiados cursos e às mais reputadas universidades, como é o caso deles. A exigência, para os alunos capazes de “(...) vencer as médias que querem, até é melhor, porque sentem-se mais bem preparados”, diz-nos uma aluna (colégio religioso, BDP, 15 anos). É com uma indisfarçável ponta de orgulho que uma outra colega nos diz que “Um 16 deste colégio não é um 16 de outro...” (aluna, colégio religioso, PBIC, 17 anos). Corresponderá antes a “um 18”, como logo se apressa a dizer um outro colega (BDP, 17 anos).

No entanto, porque sabem que as classificações são determinantes para a média de acesso ao ensino superior, não podem deixar de se sentir injustiçados perante a

hipótese de poderem vir a ser ultrapassados por colegas do público que beneficiaram de menor rigor avaliativo por parte dos seus professores. Com efeito, como o estudo de Neves, Pereira e Nata (2012) documenta, um mero valor a mais na nota de candidatura de acesso aos cursos mais cobiçados traduz-se num "salto" de 80 a 90% na lista de ordenação dos candidatos e de cerca de 35% no caso dos cursos menos procurados. Não estão sozinhos nesta preocupação com as médias de acesso à faculdade e com a inflação das classificações internas. Como nos explica um dos pais, "o grau de exigência, aqui no colégio, é relativamente elevado – e eu acho bem que seja assim – [e] eles tendem a ser penalizados, este tipo de alunos, em termos de notas, comparativamente às escolas públicas" (colégio religioso, BDP, 47 anos). Daí que alguns professores se queixem de sofrer "uma grande pressão" (professora, colégio religioso, 40 anos) para subir as suas classificações por parte de muitos pais, que os consideram "(...) demasiadamente rigorosos tendo em conta aquilo que se passa no exterior" (*idem*). A maior monitorização dos resultados escolares por parte das famílias da classe média e alta (Santomé, 2000), para quem a escola é uma importante "instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais" (Nogueira, 2006: 161), poderá explicar esta ansiedade com as classificações, que nas boas escolas (e nas boas turmas) gera nos professores uma tensão equivalente à provocada pela indisciplina nas escolas (e turmas) difíceis (Barrère, 2002). Essa ansiedade vai agudizar-se, segundo os professores, no Secundário. Essa é, afinal, a etapa do percurso escolar "em que [a média final para o acesso ao Ensino Superior] já está a contar e, muitas vezes, os pais acham que os seus filhos deveriam ter classificações superiores e há um desacordo, claro" (professora, colégio religioso, 40 anos).

4. Desordem e indisciplina na escola pública

Para os entrevistados, a (in)disciplina é outra das características que fazem a diferença entre a escola privada e a pública, percecionada como um espaço de menor disciplinarização comportamental. O acesso da escola privada a mecanismos para garantir – ou, pelo menos, para facilitar – o controlo disciplinar necessário à eficácia do processo de ensino-aprendizagem (Amado, 2000) potenciará o diferencial de qualidade entre os climas disciplinares dos dois setores. A este propósito, Coleman *et al.* (1982) assinalam os menores constrangimentos legais para aplicar medidas disciplinares, a

maior recetividade dos pais à sua aplicação e a expulsão dos alunos indisciplinados, também identificada por Rouillard (2013).

Por outro lado, o diferencial de qualidade disciplinar será também potenciado pela diferencialidade de *inputs* recebidos por cada um dos setores de ensino. Como assinalam diferentes investigações, as escolas privadas caracterizam-se, de um modo geral, por um recrutamento socialmente mais elitista do que as da rede pública (Langouet e Léger, 2000; Tedesco, 2008), abertas à diversidade social e cultural pela democratização do ensino. Assim sendo, elas estão menos expostas do que as públicas a fatores externos e internos à escola que potencializam comportamentos disrutivos: população escolar proveniente de grupos sociais vulnerabilizados por fatores que aumentam “(...) a capacidade dos jovens para desenvolverem uma espécie de agressividade contra tudo o que se pareça com uma instituição (...)” (Rochex, 2003: 17), como é o caso do desemprego, da precariedade ou da desestruturação familiar; ausência de sentido do trabalho pedagógico para alunos – e até para professores – (Barroso, 2003); distanciamento da cultura escolar, agravado pelo reforço da autoimagem desvalorizante gerado por retenções sucessivas, pelas apreciações docentes negativas ou pelo encaminhamento para más turmas ou para vias escolares “estigmatizadas” (Van Zanten, 2000).

As conclusões dos estudos de Coleman *et al.* (1982) e das investigações de Langouet e Léger (2000) e de Ballion (1980) sobre os motivos que levam as famílias a optar pelo setor particular dão conta, de facto, de que o clima disciplinar constitui a principal razão para que os pais escolham escolas privadas. Embora os pais entrevistados não identifiquem a disciplina escolar como primeiro critério para a matrícula dos filhos nos respetivos colégios, consideram-na uma variável “fundamental” (pai, colégio religioso, BDP, 45 anos) para que os professores possam ensinar e os filhos possam aprender: “eles vão para as aulas e se aquilo for uma bagunça, nem os professores conseguem dar a aula nem os miúdos conseguem captar o que o professor está a transmitir-lhes, porque é impossível” (mãe, colégio laico, PBE, 45 anos).

A “colagem” da indisciplina à escola pública, muito por efeito da amplificação do fenómeno pelos media, veio contribuir para aumentar a descredibilização do setor público da educação. Em Portugal, as escolas estatais passaram a ser perçecionadas pela opinião pública como espaços em “estado de desordem” (Barroso, 2003: 65). A amálgama demagógica entre os meros atos de desvio às regras da sala de aula – que constituem a maior parte dos atos de indisciplina – e a violência (Rochex, 2003)

contribuiu, de forma indevida e alarmista, para dar dos estabelecimentos de ensino públicos uma “(...) imagem de fortaleza cercada, de uma escola agredida e de uma decadência dos costumes educativos” (Debarbieux, 2000: 399). Os alunos destes colégios dão voz a esta perceção quando identificam o universo das escolas públicas com a ocorrência de incidentes de tal modo graves que requerem o recurso frequente a “grandes medidas disciplinares e Conselhos e aquelas confusões todas” (aluno, escola religiosa, BDP, 17 anos) e que exigem que “as escolas tenham de ter lá sempre polícia” (aluna, colégio religioso, BEP, 15 anos). Ao mesmo tempo, e em linha com o discurso mediático/político (Sebastião, 2003), os jovens entrevistados estabelecem um nexo de causa e efeito entre os atos de indisciplina, incivilidade e violência escolar e os alunos das classes populares, descritos como gente “assim lá dos subúrbios (...) habituada a não ter respeito por ninguém” (aluna do colégio laico, PBIC, 17 anos) – “os outros diferentes de si” (Van Zanten, 2009: 244) de cuja contaminação estão protegidos pelo “entre-soi protetor” (Van Zanten, 2009: 62) assegurado pelos respetivos colégios.

É no mediatizado incidente do telemóvel ocorrido numa escola do Porto que encontram o exemplo para descrever o clima de total indisciplina que caracterizará as escolas estatais, na sua perspetiva. O episódio suscita entre os alunos uma veemente onda de repúdio que se faz acompanhar de enérgicas condenações ao “escândalo [que é] a história de se filmar, roubar um telemóvel à professora, ou filmar-se a aula” (aluno, colégio religioso, BDP, 17 anos). Em suma, um tipo de ocorrência que, nas palavras do mesmo jovem, “num colégio nunca passaria pela cabeça”. Nos colégios privados, como vai admitindo um dos alunos, “(...) não é que não aconteça, mas raramente acontece assim alguma coisa de muito grave” (colégio religioso, PBIC, 16 anos). A hipótese de haver nos respetivos colégios alunos capazes de se envolverem em “lutas com professores” (aluna, colégio religioso, BEP, 17 anos) surge-lhes como tão implausível que é acolhida com gargalhadas. Admitem que possam ocorrer, quando muito, pequenos incidentes, do tipo “aquelas brigazinhas, mas nunca são tão grandes como vemos, às vezes, nas escolas públicas” (aluna, colégio laico, PBIC, 17 anos).

A perceção dos respetivos colégios como espaços caracterizados por um ambiente disciplinar sereno e profícuo para ensinar e para aprender é confirmada pelos professores, que referenciam a existência de “poucos” (professor, colégio religioso, 36 anos) problemas de indisciplina, de pouca gravidade e, segundo se depreende, facilmente controláveis, porque, como nos explica uma das docentes, “(...) temos a sorte, se calhar, de em vez de termos uma turma de 30 a remar para o sentido contrário,

se calhar temos 26 ou 27 a remar no sentido certo” (colégio religioso, 40 anos). A indisciplina dos alunos resume-se, grosso modo, ao que Dubet e Martuccelli identificam como “o modo natural de expressão dos adolescentes” (1996: 157): “conversa, às vezes” (professora, colégio laico, 52 anos) ou um “falar para o lado e assim” (professor, colégio laico, 33 anos). Como sintetiza um pai-professor do colégio religioso, “Isto aqui não temos nada, zero. Basta um professor abrir os olhos e acalma logo, não é? Isto nem se podem chamar problemas” (PBIC, 39 anos).

Mais uma vez, e agora no âmbito dos mecanismos de prevenção da indisciplina, o setor público é representado como o espelho invertido dos respetivos colégios: enquanto “lá” é o “deixar andar”, “aqui” “somos mais controlados”, diz-nos uma aluna do estabelecimento laico (PBIC, 17 anos), remetendo para a existência, nos colégios privados, de “(...) uma maior atenção por parte dos seus responsáveis à foucaultiana «microfísica do poder» e seu controlo (...)” (Estêvão, 2001: 333). A impossibilidade de a escola pública afastar os alunos irredutíveis à disciplina escolar também marca a diferença com a escola particular. Como lembra um dos pais e antigo aluno do colégio religioso, num discurso inflamado contra as “orientações criminosas do Ministério da Educação” e esquecendo que o ensino estatal se rege pelos princípios da universalidade e da inclusão, na escola pública “os alunos já sabem que não podem ser expulsos por mau comportamento, por faltas ou mesmo por más notas...”.

Mas como dá conta a generalidade dos entrevistados, a manutenção da disciplina assenta também em fatores de ordem organizacional em que a escola pública investirá menos do que a privada: uma “cultura forte” no sentido de um *corpus* de valores, de crenças e de metas “através dos quais os [seus] membros estabeleçam e mantenham o sentido de comunidade” (Beare *et al.*, 1989: 177), uma “liturgia de envolvimento” (Estêvão, 2001) que agrega toda a comunidade educativa em torno dos valores colegiais e também uma “preocupação por fazer com que os alunos sejam a pessoa para além do aluno” (professora, colégio laico, 52 anos). Pais e professores partilham a perceção de que os alunos terão um “tratamento mais impessoal” (Diretora do 3.º Ciclo, colégio laico) no ensino público do que no privado, onde “(...) olham para os alunos não como números, não é o trezentos e quarenta e dois, é o Miguel Pedro (...) que tem por detrás uma família, que tem por detrás expectativas” (Diretor do Ensino Secundário, colégio religioso). O coordenador do 3.º ciclo do colégio laico reforça a ideia: “Eu penso que o privado acompanha muito mais os alunos, tem um conhecimento muito mais personalizado de cada um e pode dar um acompanhamento... fazer um trabalho mais

proveitoso do que, propriamente, o público.” A ausência, na escola pública, de um “ethos familiarista” (Estêvão, 2001), de uma rede de afetos e de um sentimento de pertença ao estabelecimento contrastará, como evidenciam os agentes educativos, com o sentido de pertença que os une ao seu colégio e que o transforma numa “segunda casa”.

5. O “deficit” socializador da escola pública

O maior *handicap* das escolas públicas não estará, no entanto, nem na fraca preparação académica dos alunos nem no clima indisciplinado, segundo os entrevistados. Para eles, e em consonância com o ideal de educação holística perseguido pelas classes burguesas (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007), a maior lacuna da escola pública estará na alegada incapacidade de providenciar aos alunos uma formação integral, também admitida como o grande repto da escola atual por autores como Tedesco (2008). No seu estudo sobre o ensino público e privado, Rouillard (2013) constatou, de facto, que enquanto os professores do ensino público reivindicam como principal missão a instrução, considerando a educação uma tarefa da família, os professores do privado se veem como “educadores”.

Os entrevistados apontam à escola pública a ausência de projetos educativos estruturados em valores, o desinvestimento em iniciativas extra-curriculares que fomentem a sua exercitação pelos alunos e lhes proporcionem uma educação plena. Como pergunta um dos pais: “Qual é o apoio nas escolas públicas que [os alunos] têm, do ponto de vista da responsabilidade social, da formação humana, das atividades culturais, tudo...?” (pai, colégio religioso, BDP, 45 anos). É na formação holística que residirá a supremacia do setor privado, segundo os pais e professores entrevistados, para quem os resultados estritamente académicos – sendo embora importantes – não podem ser a única nem a principal preocupação formativa e para quem a excelência académica está longe de ser considerada a principal mais valia do ensino privado sobre o público ou a sua marca diferenciadora. Nas palavras dos entrevistados não encontramos, aliás, sinais dessa “(...) presença quase obsessiva da valorização do que se designa de ‘excelência académica’ nos discursos que circulam na comunicação social, como vozes dominantes, sobre educação” (Cortesão *et al.*, 2007: 14) – um facto algo inesperado quando estamos perante colégios que, como estes, ocupam de ano para ano os lugares cimeiros dos *rankings* nacionais e são mediaticamente (re)conhecidos pela excelência dos resultados obtidos nos exames nacionais. Como dirão, importa que a escola forme

“bons alunos”, mas importa também que ela forme “homens” na sua aceção plena, isto é, cidadãos reflexivos, responsáveis pelos seus atos, com poder de decisão e espírito crítico, com sentido de fraternidade, justiça e respeito pelo outro, criativos e recetivos à cultura nas suas múltiplas expressões.

Notas conclusivas

Esta reflexão vem documentar a naturalização, por parte das comunidades educativas destes dois colégios privados, da imagem desqualificante da escola pública, que tem por contraponto qualificante a imagem do colégio privado frequentado.

Apesar de os alunos revelarem desconhecer, por dentro, a realidade do ensino oficial, não deixam de associá-lo, de forma estereotipada e em uníssono com os restantes entrevistados, à ausência de enquadramento organizacional, à falta de dedicação do corpo docente e à inexistência de uma cultura de rigor e de excelência académica, que dizem ser visível na falta de exigência das provas de avaliação e na inflação das classificações. Ao olhar dos entrevistados, o ensino público estará também mergulhado num clima de permissividade, de indisciplina e até de violência, claramente contrastante com o ambiente escolar de rigor, de disciplina e de tranquilidade dos respetivos colégios. Finalmente, e para completar este retrato desvalorizante e homogeneizante do ensino público, lembram que ele carece, sobretudo, daquelas características que dizem ser parte integrante do “*ethos*” das escolas privadas que frequentam, conferindo-lhes uma “personalidade vincada” (Draelants, 2006) e fazendo delas escolas de sucesso: um projeto de educação em valores e de formação holística capaz de abarcar a multidimensionalidade do ser humano, um sentido de escola como segunda casa, um investimento em cerimoniais de envolvimento agregadores da comunidade educativa e, enfim, uma atenção à pessoa que mora em cada aluno, objeto de um acompanhamento personalizado. Chaves do sucesso educativo que faltam, na sua perspetiva, à generalidade das escolas públicas.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo (2010), “Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia”, *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 26, pp. 13-30.
- ALMEIDA, Ana; VIEIRA, Maria Manuel (2006), *A escola em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- AMADO, João (2000), *A construção da disciplina na escola: suportes teórico-práticos*, Porto, Asa Editores.
- BALL, Stephen (2002), “Reformar escolas, reformar professores e os terrores da nova performatividade”, *Revista Portuguesa d'Educação*, 15 (2), pp. 3-23.
- BALLION, Robert (1980), “L'enseignement privé, une 'école sur mesure'”, *Revue Française de Sociologie*, 21, pp. 203-231.
- BARRÈRE, Anne (2002), *Les enseignants au travail: routines incertaines*, Paris, L'Harmattan.
- BARROSO, João (2003), “Ordem disciplinar e organização pedagógica”, in José Correia e Manuel Matos (orgs.), *Violência e violências da e na escola*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 63-71.
- BATISTA, Susana (2015), “As escolas entre as lógicas competitiva e colaborativa. Modos de regulação globais num contexto local português”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, pp. 113-135.
- BEARE, Hedley *et al.* (1989), *Creating an excellent school: some new management techniques*, London, Routledge.
- BEN-AYED, Choukri (2000), “L'enseignement privé en France”, in Agnès van Zanten, *L'école l'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 63-71.
- BERLINER, D. C.; BIDDLE, B. J. (1995), *The manufactured crisis: Myths, fraud, and the attack on America's public schools*, Reading, MA, Addison-Wesley Publishing Company.
- BOLÍVAR, António (2003), *Como melhorar as escolas: estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*, Porto, Asa Editores.
- COLEMAN, James *et al.* (1982), *High school achievement: public, catholic, and private schools compared*, New York, Basic Books, Inc. Publishers.
- CORTESÃO, Luíza *et al.* (2007), *Na girândola de significados: polissemia de excelências em escolas portuguesas do século XXI*, Porto, Legis Editora.
- COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira de (1990), “Estudantes e amigos – trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, vol. XXV (105-106), pp. 193-221.
- COTOVIO, Jorge (2004), *O ensino privado*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

- CRATO, Nuno (2006), *O «eduquês» em discurso direto*, Lisboa, Gradiva.
- DEBARBIEUX, Eric (2000), “La violence à l’école”, in Agnès Van Zanten (org.), *L’école l’état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 399-406.
- DRAELANTS, Hugues (2006), “Identités organisationnelles et établissements scolaires: Pertinences et conditions d’un transfert conceptuel”, *Communication & Organisation*, 30, pp. 188-213.
- DRONKERS, Jaap; AVRAM, Silvia (2010), A Cross-national analysis of the relations between school choice and effectiveness. Differences between private-independent and public schools, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <<http://mpr.aub.uni-muenchen.de/23886>>.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo (1996), *À l’école: sociologie de l’expérience scolaire*, Paris, Éditions du Seuil.
- DURU-BELLAT, Marie (2002), *Les inégalités sociales à l’école. Genèse et mythes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ELDER, Todd; JEPSEN, Christopher (2011), “Are catholic primary schools more effective the public primary schools?”, [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em: <<http://www.njea.org/njea-media/pdf/CatholicvsPublicSchools.pdf>>.
- ESTABLET, Roger; BAUDELOT, Christian (1989), *Le niveau monte. Réfutation d’une vieille idée concernant la prétendue décadence de nos écoles*, Paris, Seuil.
- ESTÊVÃO, Carlos V. (1998), “A construção da autonomia e a autonomia da gestão nas escolas privadas”, *Revista Portuguesa de Educação*, vol. II, pp. 23-36.
- (2001), *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização*, Braga, Universidade do Minho.
- HARGREAVES, Andy; FINK, Dean (2007), *Liderança sustentável*, Porto, Porto Editora.
- LANGOUET, Gabriel; LÉGER, Alain (2000), “Le choix des familles. École publique ou école privée?”, [Consult. a 30.07.2008]. Disponível em: <<http://alain-leger.mageos.com/textes/FAB97.pdf>>.
- LEE, Valérie *et al.* (1998), “Setor differences in High School Course Taking: A private school or Catholic school effect?”, *Sociology of Education*, vol. 71, pp. 314-335.
- MAROY, Christian (2007), “Les modes de régulation de l’École. Une comparaison européenne”, *Revue internationale d’éducation Sèvres*, 46, pp. 87-98.
- MELO, Maria Benedita (2009), *Os professores do Ensino Secundário e os rankings escolares*, Gaia, Fundação Manuel Leão.
- MENSION-RIGAU, Eric (2007), *Aristocrates et grands bourgeois*, Perrin, Éditions Plon.
- MERLE, Pierre (2007), *Les notes: secrets de fabrication*, Paris, PUF.
- NEVES, Tiago; PEREIRA, Maria João; NATA, Gil (2012), “One-Dimensional School Rankings: A Non-Neutral Device that Conceals and Naturalises Inequalities”, *International Journal on School Disaffection*, 9, pp. 7-22.

- NOGUEIRA, Maria Alice (2006), “Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação”, *Educação & Realidade*, 31, pp. 155-169.
- (2010), “Classes médias e escola: novas perspectivas de análise”, *Currículo sem Fronteiras*, 10, pp. 213-231.
- PALHARES, José (2014), “Excelência académica na escola pública: quotidianos escolares e não escolares de jovens enquanto alunos”, in Leonor Lima Torres e José Augusto Palhares (org.), *Entre mais e melhor escola em democracia*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 5-26.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique (2007), *Sociologie de la bourgeoisie*, Paris, La Découverte.
- QUARESMA, Maria Luísa (2014), *Entre o herdado, o vivido e o projetado: estudo de caso sobre o sucesso educativo em dois colégios privados frequentados pelas classes dominantes*, Porto, Edições Afrontamento.
- REARY, D.; CROZIER, G.; JAMES, D. (2011), *White MiddleClass Identities and Urban Schooling*, London, Palgrave Macmillan.
- RESENDE, José; GOUVEIA, Luís (2013), “As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares”, *Fórum Sociológico*, 23, pp. 97-106.
- ROCHEX, Jean (2003), “Pistas para uma desconstrução do tema ‘a violência na escola’”, in José Correia; Manuel Matos (orgs.), *Violência e violências da e na Escola*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 13-21.
- ROUILLARD, Rozenn (2013), *Collèges publics, collèges privés: ethnographie comparative de configurations contextuelles et de leurs effets scolaires*, [Consult. a 01.03.2015]. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00903987/document>>.
- SANTOMÉ, Jurjo (2000), “O professorado na época do neoliberalismo: Aspetos sociopolíticos do seu trabalho”, in José Pacheco (org.), *Políticas educativas*, Porto, Porto Editora, pp. 69-90.
- SEBASTIÃO, João (2003), “Cidades e cidadanias: que papel para a escola?”, in José Correia e Manuel Matos (orgs.), *Violência e violências da e na Escola*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 49-53.
- SILVA, Pedro (2003), *Escola-família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder*, Porto, Edições Afrontamento.
- TEDESCO, Juan Carlos (2008), *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*, Gaia, Fundação Manuel Leão.
- TORRES, Leonor (2014), “A ritualização da distinção académica o efeito cultura da escola”, in Leonor Lima Torres e José Augusto Palhares (org.), *Entre mais e melhor escola em democracia*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 27-47.

VAN ZANTEN, Agnès (2000), “Le quartier ou l'école? Déviance et sociabilité adolescente dans un collège de banlieue”, *Déviance et société*, 24 (4), pp. 377-401.

– (2009), *Choisir son école: stratégies familiales et médiations locales*, Paris, PUF.

VIEIRA, Maria Manuel (2003), *Educar herdeiros. Práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

VISEU, Sofia (2014), “Revisitando o debate sobre o público e o privado em educação: da dicotomia à complexidade das políticas públicas”, *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22 (85), pp. 899-916.

Artigos de jornal

BONIFÁCIO, Fátima (2004), “O retorno da desigualdade”, *Público*, 16/12, pp. 7.

MÓNICA, Maria Filomena (2005), “A covardia dos intelectuais”, *Público*, 09/04, pp. 15.

REIS, Carlos (2001), “Uma mudança quente”, *Público*, 12/05, pp. 7.

Maria Luísa Quaresma. Docente da Universidad Autónoma de Chile (Santiago, Chile). Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Av. Pedro de Valdivia, 641, Providencia, Santiago, Chile. *E-mail:* quaresma.ml@gmail.com / marialuisa.rocha@uautonoma.cl.

Artigo recebido a 10 de março de 2015. Publicação aprovada a 10 de maio de 2015.

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro

Instituto Universitário de Lisboa

Ana Sofia da Silva Leandro

Assistente Social, SONAE

Resumo

Neste trabalho propomo-nos analisar três vertentes da dinâmica da saúde, bem-estar/mal-estar e termalismo nas sociedades hodiernas. A primeira incide sobre a importância da saúde na vida quotidiana e a pluralidade terapêutica em curso, inclusive o termalismo. A segunda preocupa-se em inscrever as novas buscas de bem-estar e saúde no espírito do tempo e nos seus mecanismos individuais, sociais e culturais. Enfim, a terceira procura apreender a (re)valorização do termalismo num contexto de novas nosografias da doença, buscas de bem-estar e terapias mais adequadas a situações desta natureza.

Palavras-chave: bem-estar; saúde; termalismo.

Abstract

From health and well-being/badly-being to termalism

In this work we analyse three dimensions of the dynamic between health, well-being/badly-being and termalism in contemporary societies. The first dimension aims to explore the importance of health in everyday life and plural therapy, included the termalism. The second aspect refers to the relentless pursuit of well-being in health in time feeling and their individual, social and cultural mechanisms. Finally, the third seeks to capture the (re)valorization of termalism in context of news sick nosologie, healthcare and pursuits of well-being and adequate therapies in situations.

Keywords: well-being; health; termalism.

Résumé

De la santé et le bien-être/mal-être à termalism

Dans ce travail nous étudions trois aspects de l'inextricable dynamique de la santé, bien-être/mal-être et thermalisme dans les sociétés ultramodernes. Le premier vise à étudier l'importance de la santé dans notre vie quotidienne et la pluralité thérapeutique à l'oeuvre, y compris le thermalisme. Le deuxième essaie d'inscrire la recherche acharnée de bien-être et de santé et dans les respectifs mécanismes, sociaux et culturels. Enfin, le troisième cherche à saisir la (re)valorisation du thermalisme dans un contexte de nouvelles nosologies de la maladie, quête de bien-être et thérapies plus adéquates à ces situations.

Mots-clés: bien-être; santé; thermalisme.

Resumen

De la salud y el bienestar/mal-estar a lo termalismo

En este trabajo nos propomos analizar três vertentes de la dinámica de la salud, el bienestar/malestar y el termalismo en las sociedades actuales. La primera incide en la importancia de la salud en la vida cotidiana y la pluralidad terapéutica vigente, incluyendo el termalismo. La segunda se preocupa por inscribir las nuevas búsquedas de bienestar y salud en el espíritu de los tiempos y en sus mecanismos individuales, sociales y culturales. Finalmente, la última procura captar la revalorización del termalismo en un contexto de nuevas nosografías de la enfermedad, búsqueda de bienestar y terapias más adecuadas a las situaciones de esta naturaleza.

Palabras clave: bienestar; salud; termalismo.

Quando tudo parecer cinzento vai à procura da cor.

Cherry Hartman (1987)

Introdução

As questões relacionadas com a saúde, o bem-estar e a emergência de novas terapias, sendo dinâmicas, têm vindo a ocupar um lugar preponderante na esfera pública em geral. O bom funcionamento dos nossos órgãos e a sensação de bem-estar são considerados garantias essenciais da vida humana e social. Nem sempre foi assim. No passado, honra, piedade, honestidade, respeito e lealdade levavam a melhor e estava-se disposto a arriscar a vida em sua defesa. Já a doença era essencialmente considerada um castigo divino (Herzlich e Pierret, 1991) ou objeto de prova e sublimação em função da vida do além (Leandro e Baumann, 2015). Porém, a preocupação com a saúde não era,

de modo algum, descurada. Muito precocemente, os indivíduos, as famílias e as sociedades, através de saberes de experiência, saberes empíricos, incluindo o recurso às águas termais e outros que, de forma erudita, se foram desenvolvendo, preocuparam-se em encontrar meios para combater a doença, melhorar a saúde e prolongar a vida com mais bem-estar.

A nível global, ainda que, nos últimos anos, as condições económicas e sociais – essencialmente em virtude das crises que nos têm vindo a assolar e do aprofundamento do fosso das gritantes desigualdades sociais – se tenham vindo a modificar e para muitos a deteriorar, nem por isso a busca de bem-estar holístico e de sensações fortes e marcantes deixa de se afigurar relevante. Os próprios media, pelo menos nas sociedades ocidentais, apresentam preocupações e programas congruentes com a auto-preocupação de bem-estar, a procura da felicidade, da realização pessoal e corporal, da exploração máxima das suas capacidades, uma acrescida sensibilidade perante os riscos e maior procura em tudo o que se refere a serviços e cuidados de saúde. Estas facetas, em virtude das suas inter-confluências, têm vindo a tornar-se num enredo de debates acerca da criação e transformação de múltiplos dispositivos de prevenção, manutenção e reparação, visando assegurar o bem-estar e a saúde de modo prolongado.

Entre nós, estas configurações sociais de saúde, variáveis segundo os tempos, as conjuturas e os grupos sociais, constituem um equilíbrio movediço atravessado por várias tensões, o que lhe confere um pluralismo médico e terapêutico que baralha as fronteiras entre o convencional mais tradicional e a abertura a novos possíveis. Estão, neste caso, o desenvolvimento de novas e a reconfiguração de velhas terapias; em suma, a dinâmica entre o curar, cuidar e prevenir, o medicamento e o produto estimulante, porventura menos agressivo, mas capaz de investir em novas formas de promoção da saúde e bem-estar, inclusive em ambientes calmos e aprazíveis, como acontece normalmente com os espaços termais.

Neste trabalho, porque se trata de uma problemática muito vasta, numa perspectiva de índole essencialmente reflexiva, tendo presente as dinâmicas sociais em curso, propomo-nos analisar apenas três dimensões cruciais desta interconexão que integra a saúde, o bem-estar e o termalismo. A primeira, numa perspectiva dinâmica, procura analisar a importância outorgada à saúde enquanto valor primordial da harmonia corporal no seu todo vivencial e social e a pluralidade de concepções e recursos de que tem vindo a ser alvo. A segunda, de forma articulada entre a saúde e o contexto social, preocupa-se em inscrever a busca incessante de bem-estar e combate ao

mal-estar/mal-ser no espírito do tempo e nos respetivos contextos sociais. Finalmente, a terceira visa apreender a revalorização do termalismo em contextos de emergência de novas buscas de saúde e bem-estar, em situação plural, de cuidados terapêuticos e oferta de serviços de bem-estar.

1. Olhar sociológico sobre a saúde

Uma breve referência ao impacto que a saúde tem alcançado nas sociedades hodiernas, mormente desde a segunda metade do século XX, leva-nos a dizer que se tem tornado num construto social, económico, político, cultural e metafísico. A saúde e a sua envolvência fazem parte das exigências políticas e sociais mais prementes. A biologia, as descobertas da genética e as tecnologias médicas abrem perspetivas prodigiosas, sem deixar, contudo, de suscitar questões complexas. Muito regularmente discute-se o impacto da saúde ao nível do bem-estar humano, social e económico, do aumento da esperança média de vida, dos prodígios das descobertas científicas e das novas tecnologias, das formas de organização do trabalho, do género, das práticas alimentares, do financiamento das despesas de saúde, da emergência de novos riscos sanitários, dos efeitos que podem advir das várias crises económicas e sociais que têm vindo a assolar as sociedades, mas também da bioética, das desigualdades sociais (Fassin, 1996; Antunes, 2014), das catástrofes naturais, dos escândalos sanitários, dos apelos e investimentos na prevenção da doença, na promoção da saúde e aí por adiante.

Em síntese, se a saúde advém extremamente medicalizada e medicamentada, tirando aos sujeitos a capacidade de se socorrerem dos seus recursos em função da auto-gestão da saúde, também se multiplicam os ângulos de saúde apostos a vários domínios da existência anteriormente sob a alçada de outros domínios, ainda que muitas terapias tradicionais continuem a co-existir. Canguillem (1966), desenvolvendo uma reflexão filosófica e epistemológica, releva o facto de ser a classe médica a única a dar a sua própria visão de saúde, ao passo que o que pode fazer norma de saúde para um ser vivo é, acima de tudo, a procura que faz da sua própria vivência. Muito frequentemente, o que se afigura doente aos olhos do médico pode não o ser para o indivíduo. Esta análise crítica releva o facto de as normas médicas também conterem artefactos de vária ordem, construídos no decorrer da própria história da medicina, ao definir nesta ou naquela época o que pode ser a saúde e a doença, menosprezando os próprios saberes e posições dos atores (Leandro, 2014), o que também não é alheio ao fenómeno do termalismo.

Atualmente a noção de saúde ultrapassa muito a simples conceção de “boa saúde”, como a que desejamos para nós e para os que nos são próximos ou mesmo o conteúdo da definição de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1946: “A saúde é o mais completo bem-estar e social e não só a ausência de doença”. Esta visão holística da saúde não é um projeto absolutamente novo, na história da humanidade. O paradigma da totalidade do sanitário no Ocidente remonta ao pensamento de Platão. Na cidade ideal da sua “*Republica*”, a figura do médico que deverá cuidar do seu doente está omnipresente na influência que os legisladores desta cidade ideal devem exercer sobre o bem comum: a indisciplina e o vício são associados a uma doença que importa irradiar de uma sociedade que se afigura patológica. Por conseguinte, bem governar releva de uma tarefa político-sanitária perfeccionista que deverá englobar todos os aspectos da vida humana e social, em favor do bem de todos, sem excepção. Esta totalização platociana da ideia de saúde extensiva a todos os domínios da vida, está igualmente contida na referida noção da saúde da OMS, que vindo de 1946, ainda não foi modificada, pesem embora várias análises críticas a seu respeito. Entre outras, para lá do seu aspecto utópico e a confusão que pode suscitar entre saúde e bem-estar, tem-se revelado muito estática.

Frise-se, ainda, que apesar da generosidade desta definição, também comporta em germe uma extensão ilimitada do bio-poder teorizado por Michel Foucault (1975) que, medicamente, pretende ser extensivo a todos os aspectos do bem-estar humano, físico, psíquico e social. Basta reparar que, atualmente, a medicina não se ocupa apenas do tratamento dos males do corpo na sua globalidade, mas igualmente dos comportamentos humanos, sociais e até de justiça, assumindo significados que ultrapassam o indivíduo e a sua envolvência. Alarga-se, de igual modo, ao contexto do trabalho, da habitação, da alimentação, da educação das crianças e do contexto envolvente em geral. Aliás, certas formas de desvios e de criminalidade, que eram até há bem pouco tempo inscritas no fórum da criminalidade e da justiça ou quando muito da inadaptação social, são hoje objecto de intervenção médica. Outro tanto se diga de certos comportamentos ditos “associais” para os quais a medicina, com a sua panóplia de especialistas, e a indústria farmacêutica têm o comprimido para os normalizar. Ao pretender medicamente ocupar-se de todos os aspectos da vida humana e social, a noção da OMS contém, em germe, uma extensão possível da medicalização completa da vida e dos respectivos comportamentos humanos e sociais, muito à semelhança do ideal de Platão. Perfilha-se, assim, a preservação da saúde como um todo, estabelecendo um

paralelo completo entre saúde, bem-estar e justiça, sendo esta última concebida como a saúde da sociedade.

É neste contexto que a saúde, longe de se inscrever no binómio saúde/doença, como se de uma noção vazia de saúde se tratasse perante a ausência de doença ou podendo limitar-se estritamente ao campo da medicina, se vem transformando num valor crucial para os indivíduos e num paradigma social, isto é, uma chave de leitura da realidade social e um princípio de acção em seu favor. É ainda sinónimo de desenvolvimento e edificação da felicidade tão enaltecida nas sociedades hodiernas. Se, no passado, esta ainda poderia ser transferida para a eternidade da vida do além, hoje quer-se terrena e material “*hic et nunc*”. Ora a saúde, sendo fator prospetivo de vida longa e feliz, idealmente sem ocaso, participa desta dimensão e integra uma conceção de fundo que não olha a saúde como estado, mas antes como um capital do qual depende a capacidade para trabalhar, resistir à doença, ao cansaço, ao desalento e a outras agruras da vida que importa saber gerir, mas também de bem-estar e bem-ser.

Diga-se que, se com o agudizar da crise económica e social em que vivemos mergulhados, as grandes questões sociais incidem no aumento do desemprego e da pobreza, paralelamente destaca-se o paradigma sanitário e os efeitos que situações desta natureza podem desencadear em prol da deterioração da saúde individual e coletiva. Deste modo, a questão das consequências das mutações deliberadas ou imprevistas sobre a saúde dos humanos impõe-se. O investimento na despistagem de problemas comportamentais em todas as idades da vida que possam lesar a saúde e, ao invés, o apelo à prevenção da doença e à promoção da saúde é significativo a este respeito. Denota-se, pois, um predomínio do sanitário nos discursos sociais da atualidade, inclusivamente em aspetos que antes não seriam contidos nesta vertente. A saúde tem vindo a ser concebida como algo de positivo, qualquer coisa de bom ou de mau, associada a um bem-estar ideal primordial. Quando este ideal se torna num programa sanitário dos governos em favor das populações, a saúde é perspetivada como algo de objetivo, exigindo condições de bem-estar¹ erigido em edifício de felicidade. Mas a saúde também se quer libertadora, fazendo parte de um discurso hedonista através do qual o indivíduo reivindica a capacidade de escolher o que muito bem lhe aprouver,

¹ A noção de bem-estar tem vindo a ser utilizada como uma medida interpessoal de julgamento moral, ao nível da qual as necessidades básicas, isto é, as necessidades humanas cujo espectro se tem vindo a alargar, estão satisfeitas (Griffin, 1986).

resistindo às injunções de promoção da saúde como muito bem o entender (Crawford, 1984).

Em contrapartida, também têm vindo a aumentar as doenças do mal-estar/mal-ser íntimo sob a designação de stresse agudo, ansiedade, depressão ou outras doenças mentais que alguns autores atribuem às mutações da individualidade contemporânea, ou seja, aos novos dilemas, riscos hodiernos, modos de vida e respetivas culturas (Ehrenberg, 1998). Marcel Drulhe (1996) avança com a noção de “sociopatias” para designar as doenças que têm vindo a surgir em virtude das profundas transformações epidemiológicas, médicas, sanitárias, culturais e sociais, fazendo com que a intervenção das medicinas se alargue do somático ao social em todas as dimensões. Se, em grande parte, muitas destas doenças estão sobre a alçada da psiquiatria ou de especialidades similares e dos seus receituários, também tem vindo a ganhar grande impacto o recurso a outras medicinas e formas de tratamento menos convencionais, como para certas situações acontece com o termalismo, que tem retomado novo vigor nestas matérias.

Denota-se, assim, que os indivíduos têm cada vez mais acesso a um pluralismo terapêutico onde abundam também as medicinas da esperança. Mediante o aumento dos males íntimos em forma depressiva e a busca da felicidade por receita², responde a alquimia do desespero; à medicalização do mal-estar opõe-se a depressão enquanto autêntica doença do século como já a definiu a OMS. À publicidade, fazendo a apologia de um medicamento milagroso, como foi por exemplo o Prozac, opõe-se a contrapublicidade de uma “droga” sem toxidade nem risco de dependência, podendo integrar

² Numa época em que as descobertas científicas e tecnológicas permitem dominar muitos dos fenómenos naturais e a máquina substitui progressivamente a força muscular e animal, os indivíduos dão-se conta das suas incapacidades para dominarem as suas próprias relações e emoções ou pelo menos para as regular harmoniosamente. A experiência das contradições entre desejos e aspirações pessoais e as exigências sociais contribuem para criar e ressentir uma distância, quiçá uma dissonância, entre o que se vive individualmente e as exigências ou dilemas sociais. Daí que os indivíduos hodiernos vivam muito frequentemente nesta tensão entre exigências antagónicas associadas às múltiplas contradições da própria sociedade. Ter de gerir estas tensões, desencadear desgaste mental não é alheio ao aumento das doenças degenerativas em idades ainda precoces e a vários tipos de sociopatias. Ora, a medicina tem muito a ver com este longo processo de socialização enquanto testemunha e co-participante: através dos seus conhecimentos e da sua intervenção, coloca à disposição dos indivíduos os meios para aliviar ou tratar estas tensões destruidoras e auto-destruidoras. Outro tanto se diga ao nível da construção de um “individualismo assistido” (Ehrenberg, 1998), ou seja, a exploração do seu próprio espaço de afirmação e evasão que, no limite, poderá ser encontrado em paliativos, mas igualmente no recurso a tranquilizantes objeto de receita médica (Drulhe, 1996). Pode-se evocar, ainda, o investimento que, desde os anos 1970, se tem vindo a fazer em atividades físicas e desportivas, umas mais arriscadas do que outras, contendo uma parte de busca de intensidade de ser para reencontrar uma vida plena de existência ameaçada por excesso de regulamentação e no caso em análise de medicação.

mudança dos modos de vida e recurso a terapias menos agressivas. Se a medicalização da vida se tem vindo a tornar num fenómeno de sociedade, também não deixa de suscitar questões de vária índole, devido sobretudo aos seus efeitos secundários, destacando-se, entre outros, as toxidades, as mudanças nos sistemas imunitários e as doenças iatrogénicas, isto é, patologias desencadeadas por receituários ou tratamentos médicos menos adequados à situação dos pacientes.

Grosso modo, no seio dos cuidados de saúde, o recurso a novas terapias tende a evidenciar uma procura que se inscreve, tanto na busca de cura, quiçá em desespero de causa, como numa nova filosofia de recursos de saúde fora da medicina convencional, buscando também aqui um novo universo de sentido e de afirmação. Nos anos 1970, emerge uma crítica da instituição médica, cujo livro de Ivan Illich “*Nemésis médica*” (1975) cristaliza os aspectos mais proeminentes. A expansão do domínio da saúde conduz a uma medicalização da existência desde o nascimento até à morte e mais recentemente à emergência de uma política de redução dos riscos que todos os dias espreitam daqui e dali. Só que esses excessos têm preços elevados para a saúde. Anteriormente fonte de segurança, a ciência e a tecnologia também apresentam elementos de dúvida. Daí que o aumento do recurso a tratamentos menos convencionais também tenha a ver com a vontade de se precaver, reduzir ou colmatar efeitos secundários daqui decorrentes. Este tipo de cuidados permite idênticamente exprimir o que o corpo médico tende a silenciar ou pelo menos a ter menos em consideração: o homem ou a mulher doentes, sejam quais forem os males que os assolam, as transformações operadas no corpo e os novos significados que têm vindo a adquirir as suas condições sociais, os vários desaires e agruras da vida, a importância das relações humanas e os efeitos provocados por certos tratamentos e medicamentos, quiçá a saturação do próprio organismo e não apenas a doença.

De qualquer modo, as perceções de saúde são essencialmente tributárias do contexto que as envolve, sendo a sua natureza um “reflexo” de uma multidão de elementos heterogéneos que concorrem para a definir. Isto não quer dizer que nos situemos numa espécie de relativismo precoce, que faz com que a saúde, teoricamente, não seja nada, porque é difícil defini-la. Ao contrário, afirmamos que a saúde, sejam quais forem as noções e conceitos a seu respeito, é sempre a saúde com os vários significados e prerrogativas que integra. Também não deixa de ser o que é pelo facto de não existir consenso acerca da sua definição ou porque não se consegue identificar com uma essência anti-histórica que a definiria, não sendo mais do que o reflexo de uma

determinação histórica movediça. Importante corolário desta perspectiva é, em nossa opinião, o seguinte: a saúde inscrevendo-se no biológico, no social, no cultural, no normativo e no simbólico, é tributária da intervenção dos atores que somos e da faculdade de infletir as modificações contextuais, conseguindo reajustar em permanência as perceções a seu respeito, a sua construção social e o que somos e desejamos ser. Aliás, importa frisar que o apelo às determinações contextuais não é, de modo algum, um fatalismo e que os humanos conseguem fazer algo daquilo que a sociedade quis fazer deles, tendo presente os seus possíveis (Sartre, 1961; Leandro, 1995).

Segundo Lazorthes (1991: 352), perspectiva que também adoptamos, “A saúde pode ser definida como a capacidade de manter um ‘estado de equilíbrio’ fisiológico e biológico do nosso organismo sempre ameaçado, de se adaptar continuamente às variações exteriores, de resistir às agressões microbianas, tóxicas, traumáticas e de se curar após ter estado doente”. Partindo, ainda, da definição de Bichat (1800) – “A vida é o conjunto de funções que resistem à morte” – podemos dizer que a saúde é feita do conjunto de forças que intervêm nas inter-relações biológicas, mentais, emocionais e interativas em geral perante o mundo exterior, permitindo resistir à doença. Como afirma Sournia (1984), apesar das pressões exercidas pela sociedade sobre o cidadão com saúde ou doente, a noção de saúde permanecerá sempre um viver pessoal e social provisório.

Não obstante, a saúde é sempre um dos grandes dilemas da nossa vida quotidiana, tanto na esfera privada como na esfera pública. Procura de realização pessoal, redescoberta máxima das nossas possibilidades, sensibilidade acrescida aos riscos que a ameaçam, exigências de proteção e de bem-estar, eis todo um arsenal de elementos que agudizam o debate acerca dos seus dispositivos de prevenção, manutenção, promoção ou reparação. Nesta ótica, queremos trazer para este debate a articulação entre estas vertentes e a reemergência do termalismo numa época e num contexto de pluralismo terapêutico em que abundam as designadas “medicinas doces” ou de conforto.

2. Bem-estar/mal-estar nas sociedades hodiernas

Em 1979 é publicado, em França, o livro de Jean Fourastié intitulado “Os trinta gloriosos”, onde analisa as grandes mudanças e conquistas alcançadas entre 1945-1975

quanto à melhoria das condições de existência nas sociedades da Europa central. Nunca como neste período se tinham atingido níveis de vida tão elevados, graças ao grande impulso da economia e do pleno emprego, permitindo aumentar os salários, fomentar a mobilidade social, o acesso generalizado ao consumo, o alargamento das idades de escolarização, o recheio dos cofres da segurança social e a expansão das medidas de solidariedade social. Tudo parecia concorrer para pensar que se vivia, enfim, em condições de pleno bem-estar económico, social e cultural e de realização das ideologias prometaicas do progresso, embora entre nós a situação fosse distinta. Só que as crises petrolíferas de 1973/1974 e seguintes trouxeram um duro revés a este surto de desenvolvimento e bem-estar que tem vindo a ser objeto de muitas oscilações e retrocessos.

É também desde finais dos anos 1960 que se vai denotando o declínio dos interditos ancestrais e, ao invés, se desenvolve a ideia segundo a qual cada um é autogestor da sua própria vida. Os costumes e os valores tradicionais modificam-se sobre muitos e variados aspetos, as relações de género passam a pautar-se mais pela igualdade, as liberdades alargam-se, a autonomia e a individualização intensificam-se e as aspirações a melhores níveis de bem-estar são muito elevadas.

Neste novo contexto, onde mais nada parece prevalecer por si mesmo, o indivíduo orienta-se cada vez menos pela tradição, os seus valores e regras institucionais. Pode, assim, enveredar-se por um exercício arriscado ao ter de se inventar a si mesmo, escolher a sua herança, as suas pertenças e a sua moral. O homem/mulher soberano/a igual a si mesmo(a), que em devir já havia sido anunciado por Nietzsche, vai-se tornando uma realidade de massa para a qual as descobertas científicas e tecnológicas muito têm contribuído. Ao indivíduo hodierno afigura-se-lhe não haver nada nem ninguém superior que lhe possa indicar o que deve ser, dado pretender ser o seu próprio senhor(a). Vai-se implantando um pluralismo moral e instaura-se a liberdade de construir ou escolher as suas próprias regras. O auto-desenvolvimento torna-se coletivamente um problema pessoal que a sociedade deve favorecer, forjando um tipo de sujeito menos disciplinado e mais livre. Esta nova liberdade, sendo também um constrangimento e uma injunção à realização pessoal e à felicidade, tem um preço: ao mesmo tempo que se alarga o espaço dos possíveis cresce o território dos riscos e dos conflitos que já não são assumidos pelos suportes tradicionais. Importante paradoxo que – conjuntamente com o aumento dos riscos de toda a ordem – parece fazer com que a melhoria das condições de existência torne cada

um vulnerável. Daqui pode advir uma depressão típica da modernidade que Ehrenberg (1998), designa de “cansaço de ser eu”, podendo fazer desencadear sensações de mal-estar, mal-ser e confusão.

Este conjunto de fatores, associado a vários outros, tendo sobretudo a ver com muitas formas de rutura, inclusive ao nível dos laços familiares e sociais, a situações inesperadas, a grandes transformações operadas no âmbito do trabalho e do exercício das próprias profissões, sobretudo ao nível do desemprego, das relações humanas, da pobreza e da exclusão social, tem dado azo ao aumento de níveis de stresse demasiadamente intensos³, podendo fazer desencadear vários tipos de doenças psicossomáticas. São, ainda, fatores stressantes as incertezas quanto às reorganizações laborais, a introdução de novas tecnologias, o desemprego, um futuro profissional incerto, as frustrações de vária ordem, as relações humanas, podendo mesmo dizer-se que, no decorrer dos últimos tempos, o homem/mulher – muito frequentemente também em virtude do carreirismo e da concorrência desleal – são um stressor para o outro(a) colega ou concidadão (Castel, 2003). O stresse é, assim, mediatizado por processos cognitivos, económicos, profissionais, sociais e emocionais, dependendo muito da maneira de o enfrentar, o que os ingleses designam de “*coping*”.

Nestas circunstâncias surge toda uma panóplia de estilos terapêuticos portadores de novas promessas em prol da reconquista do bem estar/bem-ser através de terapias da auto-realização e plena sensação de felicidade, augurando viver plenamente saudável. Relevem-se as novas formas de espiritualidade, meditação e contemplação, a redescoberta dos efeitos benéficos da natureza e dos seus elementos nutritivos naturais e paisagens capazes de transportarem para outros universos e formas de conceber a vida e as suas circunstâncias, dimensões que também se encontram nos espaços termais agora mais reconfigurados para o efeito. Abundam igualmente as terapias de grupo em locais

³ Contrariamente ao que correntemente se pensa, o stresse não é uma doença, mas uma formidável reação do nosso organismo quanto à libertação de substâncias químicas, sendo a adrenalina a mais conhecida, podendo dar azo a vários tipos de emoções para nos adaptarmos aos constrangimentos do meio envolvente. Légeron (2004) considera que vários decénios de pesquisa permitem compreender que o stresse é uma das funções do nosso organismo, tal como a respiração, a digestão ou a função imunitária. Como qualquer destas funções, a adaptação é não só útil como necessária à nossa sobrevivência, algo que é partilhado entre todos os mamíferos, ainda que nos humanos tenha características particulares. Os mecanismos biológicos e psicológicos do stresse têm como objetivo principal melhorar o nosso estado físico e mental para enfrentar uma situação difícil e ajudar-nos, deste modo, a uma melhor adaptação. Por conseguinte, o stresse é fundamentalmente útil desde que os mecanismos biológicos e psicológicos sejam ativados com bom discernimento e limites aceitáveis. Pelo contrário, se aumenta em níveis exagerados, o mau stresse ou “*distress*” como se designa em língua inglesa, a doença depressiva tende a surgir. Será, pois, absurdo falar de um mundo sem stresse (Légeron, 2004).

aprazíveis onde os indivíduos procuram encontrar novos meios para cuidar dos males que os assolam. Nestes, como em casos semelhantes, as técnicas de cuidados e de cura assentam exatamente num princípio oposto à noção de sujeito conflitual: procuram multiplicar as capacidades de bem-estar das pessoas como contraponto às dificuldades do viver, procurando usufruir de uma vida plena de forma mais autêntica. Edificam a logística do indivíduo emancipado, dado o seu objetivo não consistir em tornar praticáveis ao menor custo psíquico os interditos, mas exaurir todo o sofrimento e fomentar novas energias para prosseguir.

Ao nível das depressões, podemos dizer que, muito frequentemente, revestem hoje um estilo de desilusão e desespero que seriam estranhos às gerações anteriores, uma vez que lhes foi prometido muito menos e abertas muito menos perspectivas. Daí que as aspirações e os projetos almejados por umas e por outras sejam distintos e que haja, hoje, mais e variadas formas de depressões e angústias. Em termos de sintomas e de terapia, os cenários também são bem diferentes. Num passado recente, normalmente as pessoas sabiam identificar a causa, o mal, a culpa e/ou o espaço da dor, só que hoje sentem-se muitas vezes vazias perante a panóplia de elementos, inclusive ao nível emocional, que podem estar associados às suas patologias. Por vezes, sentem dificuldade em dizer “sofro disto ou daquilo, dói-me aqui ou ali” mediante a amplitude dos males que sentem assolá-las, que até podem ter muito mais a ver com outras agruras da vida do que com a doença propriamente dita, ou seja, uma alteração orgânica considerada na sua evolução como uma identidade definida (Ehrenberg, 1998).

Trata-se antes da noção de doença indicada por Leriche (1937), ao afirmar que a doença é o que incomoda os humanos no exercício normal da sua vida e, sobretudo, o que os faz sofrer, seja qual for a sua forma, dimensão e etiologia. Perante cenários desta índole são também os próprios profissionais de saúde, inclusive no âmbito dos psis, que se afiguram mais ou menos desarmados. Assim se procuram novas alternativas e se tende a alargar o recurso a muitas e variadas terapias que nem sempre se inscrevem cabalmente na medicina convencional, ou pelo menos da mesma maneira como acontece no âmbito do termalismo, afigurando-se, antes, como respostas possíveis mais abrangentes do que o comprido do conforto que cura ou pelo menos cuida e trata deste mal, mas não de outros que podem estar na origem e persistência do espectro de várias situações patológicas nas sociedades hodiernas.

Se, ao nível farmacêutico, a resposta poderá ser encontrada nos medicamentos anti-depressivos confortáveis, cada vez mais performantes e alguns possivelmente até

menos tóxicos, será que permitem, de facto, alcançar a cura, tendo até presente o seu prolongamento no tempo e as possíveis dependências a que podem dar azo? Refira-se que a saúde após a cura não é a saúde anterior, podendo necessitar de vários tipos de injunções no decorrer do tempo (Canguillem, 1978). Não há cura e restabelecimento da saúdes em trabalho do próprio doente, uma elaboração, um discurso, uma temporalidade, uma memória, uma ficção precisamente da pessoa que está implicada neste processo e que tem um Eu, não deixando de envolver os seus próximos. Mesmo assim, a cura não traz automaticamente o bem-estar, uma vez que curar implica ser capaz de sofrer e tolerar o sofrimento, saber fazer passagens e abrir-se a outros possíveis modos de vida, o que nem sempre se inscreve nos códigos da felicidade e do prazer que hoje se almejam. E que dizer logo que os fatores que deram azo a estas patologias se mantêm em continuidade, apesar de todos os tipos de “prozac”? Não poderão também fazer com que o indivíduo não saia deste imbróglio absolutamente curado mas possa, sim, continuar algo moribundo, embora possa ter mudado o que é a sua forma de estar na vida e na sua identidade? Tenha-se presente que as sociedades hodiernas, procurando escamotear a morte biológica, têm vindo a segregar muitas outras formas de morte social (Thomas, 1991), que nem sempre são fáceis de suplantar com os medicamentos e de uma vez por todas.

Ademais, a depressão é hoje definida pela psiquiatria como uma doença recidiva com tendência crónica. Sendo assim, trata-se de uma forma de vida com a qual importa saber (con)viver, fazendo a economia de tudo o que a possa lesar. Tenha-se identicamente presente que o mal-estar resultante dos novos constrangimentos económicos, profissionais, sociais e culturais, bem como a precariedade do emprego e da vida privada, das sensações de vazio e de ausência de suportes, tendem a espreitar de vários lados e os modos de se revelarem tendem a ampliar-se. Não admira que se revelem novas formas de ansiedade, depressão e mal-estar/mal-ser que permitem falar de uma forma de depressão de guerra económica, social, cultural, sentimental e existencial. Não se sabe muito bem onde começam, se prolongam e terminam estes males, sendo que muitos se afiguram dificilmente curáveis, podendo exigir antes intervenções periódicas mais consistentes. Ora, o recurso aos cuidados de saúde termais, não apenas em função do tratamento de certas doenças de cariz mais biológico, mas também da busca de lazer, capacidade de descontração, atividades culturais ou semelhantes, tem-se vindo a manifestar de grande alcance a este propósito. Por outro

lado, muito mais isentos de produtos farmacológicos, também se inscrevem em tendências recentes.

3. Termalismo na ótica de cuidados de saúde e bem-estar

O recurso aos cuidados termais, enquanto prática de saúde e bem-estar, vem de tempos de antanho. Na Pré-História, o homem ao verificar que os animais melhoravam ou curavam as suas feridas, bebendo ou molhando-se nestas águas, procedeu à sua transferência para os cuidados aos humanos. Enquanto povo, terão sido os gregos os primeiros a descobrir e fazer uso das propriedades das águas termais. As primeiras termas, nascentes na Grécia Antiga (2 400 anos A.C.), os aquários eram designados de Asclepsios, nome do respetivo deus da medicina. Os crentes nos deuses acreditavam na cura através das águas que eram associadas à sua divindade e potencialidades curativas. Por sua vez, Hipócrates, considerado o pai da medicina, não acreditava que a fé curasse, mas sim a água com as suas propriedades, a luz, as condições climáticas, a dieta, o descanso e o relaxamento. Se a doença era o desequilíbrio do corpo, estes elementos articulados entre si contribuíam para o seu (re)equilíbrio. Para si, a hidroterapia era mais um meio de cura a par de outros. Outros povos, com destaque para os romanos, judeus, turcos e indianos seguiam esta via.

Falar hoje de termas e termalismo, para além de outras dimensões, traz à memória as qualidades das águas naturais termais e respetivos cuidados de saúde. A água em geral é imprescindível para a vida do planeta. Grosso modo, são-lhe concedidas três significados simbólicos dominantes: fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência. Massa indiferenciada e livre, a água representa uma infinidade de possíveis. Incorporando e trazendo vida, além da pureza corporal e espiritual, a água confere força, ânimo, alegria, visão, plenitude, saúde e bem-estar, ainda que a poluição tenda a destruí-la. Sendo a saúde concebida como sinónimo de bem-estar, felicidade e vida longa sem maleitas, a água simboliza a vida em toda a sua pujança e o facto de as águas termais serem meteóricas e brotarem da terra quentes e sulfurosas, também contribui para estas interpretações. Emergir nas águas, refazer-se num imenso reservatório com grandes potenciais ou receber jactos das mesnas sobre o corpo e aí ir buscar novas energias é inerente aos banhos termais.

Etimologicamente, o vocábulo “termas” deriva do grego antigo “thermos”, que quer dizer “quente”, ou “thermon”, significando calor. Significado idêntico tem o etimo

latina *termae* (1213), ou seja, “banhos quentes”. Já o termo grego antigo “*therma*” refere-se ao estabelecimento de banhos públicos da Antiguidade. O vocábulo termalismo (1845), derivando de “*thermal*”, adjetivo de “*termas*” (1625), é definido como a ciência de utilização e exploração das águas minerais e, por extensão, refere-se ao desenvolvimento, organização, exploração e envolvimento das estações termais. Mais comumente, falar de termalismo faz pensar no uso da água mineral natural, outros meios complementares para fins de prevenção terapêutica, reabilitação e bem-estar; em suma, saúde, cura e recreação. De qualquer modo, intrincam-se aqui dados fundamentais relativos às águas termais, isto é, águas naturais resultantes das chuvas que, infiltrando-se por rochas variadas das quais recebem as suas peculiaridades, vêm depois a brotar quentes da terra⁴, carregadas de princípios mineralisantes, hidrominerais e terapêuticos a quem se atribuem vários curas e significados. Delas se fazem usos diversificados mais correlacionados com a saúde, o bem-estar e a cosmética.

Historicamente o termalismo tem passado por diversas oscilações, acompanhando as preocupações com a saúde e a doença, as suas interpretações, as tendências da medicina e da sociedade, as políticas de saúde, os hábitos, as modas e as perspectivas do mercado. Na Antiguidade foram sobretudo os romanos que mais procederam à sua divulgação. Na era imperial, não se limitaram a explorar as tradicionais nascentes dissipadas na natureza para fins terapêuticos. Graças a técnicas de aquecimento da água, também as desenvolveram nas cidades que iam construindo para aí desfrutarem de espaços de relaxamento e bem-estar. Em Roma ficaram célebres as *termas* de Caracalla e as de Diocleciano. No nosso território a sua exploração antecede a fundação da nacionalidade (Cantista, 2008-2010).

A este respeito, não estamos perante um processo linear. Na Europa, durante toda a Idade Média, apesar da vertente espiritual e sagrada que, aos olhos dos crentes, envolve as águas termais, muito em virtude dos mistérios acerca das suas peculiaridades intrínsecas, houve que contar com a oposição da Igreja na sua vertente de desvalorização do corpo (Le Breton, 1990). Porém, mais tarde foi o próprio clero a promover a organização de peregrinações aos locais termais e alguns deles foram mesmo equipados de infraestruturas para a assistência espiritual e religiosa aos aquistas.

⁴White (1957) designou por águas termais as águas cuja temperatura exceda a temperatura média do ar em 5° C, opção retomada por Schollelller (1962), embora este último considere 4° C. Na Europa (CEE, 1988) foi adoptada a solução de considerar *termas* as águas que brotam com temperatura superior a 20° C., retomando a sistematização do Simpósio de Águas Minerais de Praga de 1968 (Malkovsky e Kacura, 1969, in Cantista, 2008-2010).

Nestas circunstâncias são sobretudo os árabes, muito avançados em medicina, que mais continuaram a investir no desenvolvimento termal e nas suas prerrogativas, numa dupla vertente de saúde e recreação.

No século XVIII, a aristocracia europeia, com destaque para a francesa, redescobre as termas. A própria corte “vai a banhos” e desfruta de outras atividades de lazer. Durante um certo tempo instala-se numa instância termal para aí usufruir das suas prerrogativas. Segundo as crónicas, a corte de D. João V vai durante doze anos para as termas das Caldas da Rainha, cujas infraestruturas foram preparadas para o efeito. Nasce, então, a “época termal”, la “*saison*”, “*the season*”. Mas é no século XIX e início do XX que as águas medicinais se popularizam, com as idas às estâncias hidrominerais para usufruir das águas com propriedades medicinais (Le Breton, 1990). É também nesse período que surgem alguns dos modernos tratamentos hidroterápicos. Todavia, a partir dos anos 1970, com uma nova nosografia das doenças e a implantação da época farmacopeia, levando à medicação da vida e das sociedades, a moda da praia vem ocupar a componente lúdica das termas. Sob o ponto de vista médico, envereda-se por um intenso processo de medicina da doença limitada aos muros do hospital, dos centros de saúde ou dos consultórios médicos, em detrimento de outras medicinas e terapias.

Neste contexto, o termalismo entra em regressão, ficando nos anos 1980 mais confinado a uma vertente social. Com a participação do Estado, através da Segurança Social, são sobretudo algumas franjas da população idosa ou atingida por doenças crónicas suscetíveis de serem tratadas por este meio que advêm a principal clientela do termalismo. São-lhes, assim, oferecidos cuidados médicos e de outros profissionais de saúde, serviços de hotelaria para muitos deles, atividades lúdicas e de natureza ao ar livre, entretenimento, percursos pedestres, etc. Só que pouco depois, entre nós sobretudo desde finais dos anos 1980, com o aumento vertiginoso dos *deficits* da saúde, as respetivas políticas modificam-se profundamente em favor da desospitalização, implementando fortemente o ambulatório (Monteiro, 2006). O papel do hospital, enquanto instância de internamento e de cuidados mais distendidos no tempo, na maioria dos casos é transferido para o domicílio, sendo de novo a família chamada a ocupar-se dos seus doentes e os indivíduos a investirem mais na prevenção e promoção da saúde. Em certos casos, o recurso aos cuidados termais também se inscreve em períodos de convalescência e recuperações desta índole, designadamente no que às doenças reumatológicas e ortopédicas diz respeito.

Em contrapartida, pouco depois, com novas janelas de oportunidades de mercado em torno da crescente preocupação com o corpo, a estética, a vontade de encontrar novas terapias para os males que ameaçam as sociedades hodiernas materializados na expressão de “doenças da civilização”, como acima as analisamos, sem que a medicina convencional se revele totalmente capaz de responder a todas as ansiedades e expectativas acerca deste fenómeno e até uma certa saturação do excesso de medicação, surge uma nova dinâmica termal com produtos mais associados ao lazer e ao bem-estar. Ocupam aqui particular destaque atividades de *spa*, banho turco, sauna, solários, massagens, relaxamento e outros programas similares. O termo *spa*⁵, sendo hoje o mais corrente para designar técnicas de relaxamento, não sendo novo, entre nós popularizou-se no final do século XX, passando a significar um espaço onde se fazem tratamentos pela água, vapor ou infusões, normalmente complementados com massagens e tratamentos médicos não invasivos, que também podem ter lugar fora das estâncias termais. Só que inseridos no conjunto de atividades oferecidas nestes espaços auferem igualmente do prestígio das respetivas águas termais e da sua envolvência. Refira-se que, em geral, as estâncias termais se inscrevem em locais aprazíveis da natureza e têm vindo a ser dotadas de vários tipos de infraestruturas compatíveis.

Detendo-nos sobre o perfil dos aquistas, podemos dizer que também tem mudado bastante. Em geral, o termalista clássico, com rendimentos médios, cultura popular, idade mais ou menos acima dos 40 anos, ia mais às termas para tratar uma maleita de cariz respiratório, dermatológico, reumático, musculo-esquelético, alguma forma de cronicidade ... ou prevenir os efeitos patológicos e sofrendores ao longo do ano que se seguia. Já o termalista hodierno, sendo mais jovem, elitista, escolarizado e mais aberto às inovações culturais e vogas sanitárias e estéticas em curso, procura o termalismo com o objetivo de melhorar a saúde na sua ampla dimensão, com destaque para a saúde de bem-estar, incluindo relaxamento, alívio do stresse, quiçá da depressão, recuperação e reservatório de energias; em suma, um conjunto de serviços e cuidados que lhe tragam harmonia corporal integral, condições para prevenir possíveis patologias, inclusive de cariz mental e social (Domerg, 1992; Sicot, 2014).

⁵ De origem belga, o termo *spa* guarda o nome da cidade que o viu nascer: Spa, conhecida na Roma Antiga como *Aqua e Spadanae*. Na Inglaterra, a primeira estação de águas em Yorkshire data de 1576. Em 1596, o Doutor Tiana de Bright chamou a este lugar “*the English Spam*”, introduzindo o uso da palavra em sentido genérico, sendo hoje mundialmente utilizada como tal. Normalmente estas ofertas estão incluídas nos programas de turismo de saúde tão em voga e em muitas ofertas hoteleiras ou similares (Peris-Ortiz e Alvarez-Garcia, 2014).

Pensar esta intensa busca de bem-estar e a sua articulação com o termalismo, leva-nos a determo-nos um pouco mais sobre as suas dimensões teórico-empíricas. Desde tempos ancestrais, que a aspiração ao bem-estar e à sua melhoria se inscreve na condição humana. Pelo facto de todos sermos humanos trata-se de uma aspiração justa e comum. Só que estamos perante uma noção extremamente subjetiva: o que é o bem-estar para uns pode não o ser para outros. É muito diferente não poder aceder à água potável ou viver numa sociedade moderna como a nossa. E mesmo assim, quem é pobre ou excluído, não podendo usufruir da realização das necessidades básicas, ter um emprego, não passar fome, vestir-se convenientemente, ter uma habitação, ir à escola, usufruir de boa saúde serão elementos importantes de bem-estar. Esquece-se, porém, que as necessidades básicas, para além de poderem comportar uma dimensão moral, dada a sua carga normativa e de justiça social, incluem não só o que é necessário para sobreviver, mas igualmente a faculdade de poder usufruir de boa saúde para evitar o sofrimento e a doença e viver corretamente. Ora, a saúde, pelo menos uma boa dose de saúde, permitindo um mínimo de funcionamento de todas as faculdades, é inerente aos elementos mínimos da condição humana e do respetivo bem-estar. A perspetiva fundamental que emana daqui é que toda a vida conta e não mais uma do que outra, o que a estratificação social e a realidade económica e social continuam a contrariar. Os indivíduos e famílias de condição social modesta não usufruem, de modo algum, de condições iguais às de outros grupos dotados de capital social e cultural mais elevado (Bourdieu, 1979), sendo-lhe assim vedadas capacidades de bem-estar que apenas estão ao alcance de outros bafejados pela pertença social.

Para Sen (1985), a vida pode colocar em equação uma série de “*functionings*” (modos de ser e fazer) em correlação, como o alimentar-se corretamente, beneficiar de boa saúde, ser feliz ou vivenciar o prazer; em suma, sobreviver ou poder fazer outras opções. É o conjunto de capacidades (“*capabilities*”) de que cada um dispõe que lhe confere informações sobre a faculdade de uma pessoa realizar o seu bem-estar desta ou daquela maneira. Se todos têm direito a uma vida confortável, nem todos usufruem das mesmas capacidades para a conseguir. Importa, por isso, identificar os elementos suscetíveis de aumentar o bem-estar e as respetivas capacidades. Interfere aqui a questão da liberdade real das pessoas tendo em conta as suas condições objetivas de existência. Refira-se que as expectativas “naturais” das pessoas, num dado contexto social, podem exercer um efeito normativo, como acontece hoje com os “dispositivos disciplinares” (Foucault, 1963) impostos aos indivíduos e às populações quanto à

prevenção, à educação para a saúde ou aos cuidados a doentes. Também as esperanças tendem a ajustar-se às possibilidades, como acontece normalmente com a frequência do termalismo por estas ou aquelas clientelas. Nesta ótica, Feinberg (1973) distingue o que é exigido para viver uma vida minimamente decente, relativamente a normas realistas num espaço e num determinado tempo, numa dada sociedade, o que se junta a estas exigências e os (im)possíveis contidos na sociedade. Com efeito, quem não tem que se preocupar com essas premícias, decerto que aspira a outros elementos e níveis de bem-estar que poderão ultrapassar em muito a materialidade da vida, diz-nos Griffin (1986).

Esta perspetiva afigura-se importante para a problemática que aqui nos ocupa, na medida em que incidir sobre as capacidades permite apreciar as aptidões funcionais e racionais no âmbito da saúde, podendo ou não recorrer às ofertas do termalismo. Se se tem vindo a alargar a nosografia das doenças também se expande o campo das (im)possibilidades abrangidas pelas políticas de saúde, os mecanismos profissionais, económicos, sociais, culturais e de mercado. A saúde, porque engloba a vida na sua integralidade e porque por ela se está disposto a pagar preços sem preço, nunca como nas últimas décadas se afigurou um produto tão vendável e rentável, mobilizando muitos enredos em torno de si, o que também não escapa às novas malhas do termalismo. Frise-se que, sobretudo para quem tem condições para o efeito, vivemos numa época em que a busca de saúde, bem-estar e emoções fortes parecem insaciáveis e inversamente (Leandro, 2014).

Ora, em matéria de termalismo na perspetiva em que o temos vindo a analisar, o que nos damos conta é que, inscrito no espírito do tempo, nas novas procuras de saúde e bem-estar, pesem embora as suas potencialidades curativas, preventivas e bem-estar, revela-se mais uma capacidade/possibilidade bastante seletiva tendo em conta os diferentes estratos sociais que lhe podem aceder. Tal como em tempos idos, metaforicamente tem vindo a reemergir uma “nova nobreza” social com capacidades para investir e desfrutar de mais ofertas de bem-estar, graças à interconexão entre este dom da natureza que é água termal, o que económica e sanitariamente se faz com ela e toda uma panóplia de investimentos em prol de um processo de “normalização” heterónima da existência ou as condições de chegada de sujeitos autónomos e racionais na determinação das suas condutas de saúde e a procura de elementos de bem-estar para a conservar ou melhorar. O diagnóstico da patologia, do mal-estar e, ao invés, do sentir-se bem e estar em forma adveio fulcral e o termalismo afigura-se mais uma potencialidade nesse sentido.

Conclusão

Este exercício de reflexão sobre a interconexão saúde, bem-estar/mal-estar e termalismo, tendo em conta dimensões históricas, sanitárias, políticas, sociais, culturais, económicas, aspirações humanas e manifestação de novos meandros que atravessam estas problemáticas, procurou relevar as transformações de que estas vertentes da vida têm vindo a ser alvo e o seu impacto social e sanitário. As novas aspirações que têm vindo a ser forjadas acerca da integralidade do corpo, da saúde, do bem-estar humano e social, a emergência de um novo quadro de doenças normalmente inscritas na designação de “doenças mentais” ou de “doenças da civilização”, fazem com que se olhe para elas de maneira distinta de há tempos pouco recuados, inclusive no âmbito do termalismo. Poder-se-á, no entanto, retorquir que o recurso ao termalismo enquanto forma de terapia, busca de bem-estar e lazer, vem de tempos de antanho e que muitas pessoas ao longo dos tempos aqui encontraram remédios para as suas maleitas. Só que a nosografia das doenças, as respetivas concepções, as políticas de saúde, a pluralidade das terapias, as ofertas do mercado de saúde e bem-estar, as representações acerca do corpo da saúde e do bem-estar adquirem nas sociedades hodiernas outros contornos e significados a que o termalismo tem sabido ajustar-se. É neste contexto que as respetivas ofertas, a par de outras inseridas em modalidades menos diretivas da gestão da saúde como tem vindo a ser reconhecido pelo conjunto de observadores do campo da saúde (Fassin, 2001), fazem apelo a públicos mais selecionados e com mais capacidades de opção por esta ou outras modalidades de cuidados.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo (2014), “Desigualdades sociais, desigualdades de saúde”, in Maria Engrácia Leandro e Ricardo Monteiro (orgs), *Saúde no prisma da sociologia. Olhares plurais*. Viseu, Psicosoma, pp. 128-146.
- BICHAT, Xavier (org.) (1800), *Histoire de la médecine*, Paris, Brosson.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Reproduction*, Paris, Éd. de Minuit.
- CANGUILLEM, George (1978), “Une pédagogie de la guérison est-elle possible?”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 17, pp. 18-27.
- CANTISTA, António (2008-2010), *Anales de hidrologia médica*, 3, pp. 79-107.
- CASTEL, Robert (2003), *L'insécurité sociale*, Paris, Seuil.

- CRAWFORD, Richard (1984), “A Cultural Account of ‘Health’: Control, Release and the Social Body”, in J. B. Mckinlay, *Issues in the Political Economy of Health*, London, Tavistock, pp. 60-103.
- DOMERGUE, Claude (1992), *Points de repères sur le Nouvel Age*, Paris, Ed. l’Emmanuel.
- DRULHE, Marcel (1996), *Santé et société. Le façonnement sociétal de la santé*, Paris, PUF.
- EHRENBERG, Alain (1998), *La fatigue d’êtresoi*, Paris, Odile Jacob.
- FASSIN, Didier (1996), *L’espace politique de santé*, Paris, PUF.
- FASSIN, Didier (dir.) (2001), *Critique de la santé publique. Une approche anthropologique*, Paris, Balland.
- FEINBERG, Jack (1973), *Social Philosophy*, Englewoold Cliffs, Prentice-Hall.
- FOUCAUT, Michel (1975), *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard.
- FOURASTIÉ, Jean (1979), *Les trente glorieuses*, Paris, Fayard.
- GRIFFIN, Jack (1986), *Well-Being. Its Meaning, Measurement and Moral Importance*, Oxford, Clarendon Press.
- HARTMAN, Cherry (1987), *Be good to yourself therapy*, Indiana, Abbey Press.
- HERZELICH, Clauduine; PIERRET, Janine (1991), *Maladies d’hier, maladies d’aujourd’hui*, Paris, Payot.
- ILLICH, Ivan (1975), *Némésis médicale*, Paris, Ed. Du Seuil.
- LAZORTHES, Guy (1991), *L’Homme, la médecine, le médecin*, Paris, Mason.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, L’Harmattan.
- (2014), “Saberes de saúde. Teorias e usos sociais”, in Maria Engrácia Leandro e Baltazar Ricardo Monteiro (orgs), *Saúde no prisma da sociologia. Olhares plurais*, Viseu, Psicossoma, pp. 67-112.
- LEANDRO, Maria Engrácia; BAUMANN, Michèle (2015), “Interconfluências: família, género e saúde nas malhas das mudanças”, in Maria Engrácia Leandro, Fernanda Nogueira e José Machado (orgs), *Saúde e seus dilemas. Teorias e práticas familiares de saúde*, Famalicão, Húmus, pp. 21-52.
- LE BRETON, David (1990), *Anthropologie du corps*, Paris, PUF.
- LERICHE, René (1937), *Chirurgie de la douleur*, Paris, Masson.
- MONTEIRO, Baltazar (2006), *O fenómeno da desospitalização*, Tese de doutoramento em Sociologia das Organizações, Braga, Universidade do Minho.
- PERIS-ORTIZ, Marta; ALVAREZ-GARCIA, José (eds.) (2014), *Health and Wellness Tourism. Emergency of New Market Segment*, Spain, Ststronger.
- SARTRE, Jean-Paul (1961), *La méthode*, Paris, Gallimard.
- SEN, Amartya (1985), *Commodities and Capabilities*, Amesterdam, North-Holland.

SICOT, François (2014), “Sociologia da saúde mental”, in Maria Engrácia Leandro e Baltazar Ricardo Monteiro (orgs.), *Saúde no prisma da sociologia. Olhares plurais*, Viseu, Psicosoma, pp. 184-207.

THOMAS, Louis-Vincent (1991), *La mort en question. Traces de mort, morts des traces*, Paris, L’Harmatan.

Maria Engrácia Leandro (autor de correspondência). Professora Catedrática e investigadora do CIES/Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Rua Dr. Mário de Castro, 24, 2500-194 Caldas da Rainha, Portugal. *E-mail*: maria.eng.leandro@gmail.com.

Ana Sofia da Silva Leandro. Assistente social – SONAE.
E-mail: analeandro@portugalmail.pt

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2015. Publicação aprovada a 30 de junho de 2015.

Governação, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

Refletindo problemas que vêm suscitando de forma mais ampla o questionamento e a reinvenção das democracias representativas, a governação e gestão urbanas enfrentam uma série de dilemas, a que a manipulação do saber técnico não pode dar resposta, e que têm estado na origem de movimentos crescentes em torno de modelos democráticos mais participados. O artigo discute os modelos de governação contemporânea das cidades e problematiza as suas dimensões essenciais, nomeadamente as relações de poder, o reforço da participação social, cívica e política, o desenvolvimento urbano e a distribuição dos recursos.

Palavras-chave: Governação; democracia; participação; desenvolvimento urbano.

Abstract

Governance, participation and local development

Reflecting problems that have been raising more broadly the questioning and reinvention of representative democracies, urban governance management is facing a number of dilemmas to which the manipulation of technical knowledge cannot respond, and have given rise to growing movements around more participated democratic models. The article discusses the models of contemporary governance of cities and problematizes its essential dimensions, including power relations, the strengthening of social, civic and political participation, urban development and distribution of resources.

Keywords: Governance; democracy; participation; urban development.

Résumé

Gouvernance, participation et développement local

Reflétant les problèmes qui ont suscité plus largement remise en question et la réinvention de la démocratie représentative, la gouvernance et le visage de la gestion urbaine, un certain nombre de dilemmes que la manipulation de connaissances techniques ne peuvent pas répondre, et ont donné lieu à des mouvements croissants autour de modèles démocratiques et plus participés. L'article questionne les modèles de gouvernance des villes contemporaines et problématise ses dimensions essentielles, les relations de pouvoir, le renforcement de la participation sociale, civique et politique, le développement urbain et la distribution des ressources.

Mots-clés: Gouvernance; démocratie; participation; développement urbain.

Resumen

Gobernación, participación y desarrollo local

Como reflejo de los problemas que han planteado más ampliamente un cuestionamiento y la reinención de la democracia representativa, la gobernación y la gestión urbana enfrentan una serie de dilemas a que la manipulación de los conocimientos técnicos no puede responder, y han dado lugar a crecientes movimientos alrededor de modelos democráticos más participados. El artículo analiza los modelos de gobernación de las ciudades contemporáneas y problematiza sus dimensiones esenciales, incluyendo las relaciones de poder, el fortalecimiento de la participación social, cívica y política, el desarrollo urbano y la distribución de los recursos.

Palabras clave: Gobernación; democracia; participación; desarrollo urbano.

Introdução¹

O modelo de governação e a forma como é conduzida são aspetos particularmente críticos para a implementação de políticas públicas e constituem uma importante problemática dos estudos urbanos. A governação urbana, que pressupõe o planeamento, a regulação e a gestão de várias dimensões urbanas, nomeadamente ambientais, sociais, culturais e económicas, enfrenta uma série de dilemas em torno do grau e da qualidade de democraticidade que promove. Particularmente em contextos de maior proximidade, como são os das pequenas e médias cidades², o texto discute as

¹ Uma parcela do presente texto foi publicada em: Ferreira, Isabel; Ferreira, Claudino (2015), “Os desafios da governação urbana: a participação dos cidadãos na gestão dos territórios”, in Hermes Costa, Gisela Maria Bester e Gloriete Marques Alves Hilário (org.), *Ensaios de direito e de sociologia a partir do Brasil e de Portugal: movimentos, direitos e instituições*, Brasil, Instituto Memória.

² Os adjetivos pequenas e médias sugerem uma posição de base e intermediária na hierarquia do sistema urbano, respetivamente. A escassa investigação sobre estes contextos urbanos torna particularmente difícil o próprio uso dos conceitos de “pequenas cidades” e “cidades médias”, particularmente este

possibilidades de maior transparência e imputação de responsabilidade às decisões públicas, ponderando as condições que podem permitir uma democracia mais participada e aberta através de mecanismos deliberativos e participativos, maior prontidão na reação das estruturas governativas aos problemas das pessoas, das suas necessidades e expectativas e maior justiça distributiva.

A discussão centra-se na ideia de uma cidade mais justa que, para lá das condições materiais e imateriais que servem de recursos ao desenvolvimento urbano, requer uma governação que integre ativamente os cidadãos na condução dos seus destinos e da sua gestão. A cidadania é hoje reconhecida como um pressuposto das liberdades individuais e dos direitos democráticos, como demonstram os discursos políticos e técnicos nas suas mais diversas manifestações de intenções. Contudo, persiste um enorme hiato entre os discursos e a prática. As cidades que encetam iniciativas e projetos para promover formas de cidadania e de envolvimento público ativo não têm conseguido integrar, de forma efetiva, os cidadãos na sua gestão. É, em larga medida, neste hiato que reside o fundamento essencial para a perpetuação das injustiças e desigualdades urbanas e para o menor desenvolvimento das cidades, particularmente tendo como referência as potencialidades do desenvolvimento local. Apesar das esperanças depositadas no aumento da autonomia local como fator fundamental de desenvolvimento, o atual modelo de governação mantém-se fortemente hierarquizado e predominam práticas decorrentes do modelo representativo que revelam enormes limitações no que diz respeito à efetiva participação e envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão relativas à vida pública.

Através de uma reflexão teórica e analítica, com base na literatura especializada que coloca a participação ativa dos cidadãos no centro das teorias de planeamento das cidades e dos modelos políticos democráticos, o texto questiona os efeitos da governação urbana na transformação da democracia, o potencial de emancipação social através da cidadania e a forma como estes conceitos se materializam na gestão da cidade e na vida dos cidadãos.

último, para o contexto português. Do ponto de vista quantitativo, a diversidade mundial de dimensões das cidades pressupõe que grande parte das aglomerações classificadas como cidades médias possua entre 50 e 500 mil habitantes. Do ponto de vista funcional, as cidades médias podem caracterizar-se como capitais regionais ou sub-regionais. Neste alinhamento, significa que em Portugal são pequenas e médias cidades todas as cidades, exceto as cidades de Lisboa e Porto que se constituem como grandes cidades ou capitais metropolitanas.

Partindo de uma análise global sobre a forma como se estrutura atualmente a governação urbana, a discussão desenvolve-se através das principais dimensões da governação, nomeadamente nas relações de poder, na cidadania, no desenvolvimento das cidades e na distribuição dos recursos.

1. Governação urbana

O desenvolvimento de modelos de governação mais democráticos e participados encontra um contexto mais favorável no nível local. Este é o nível que se vem afirmando como a escala privilegiada de renovação da ação pública, enquadrada no processo de descentralização, em processos que se difundem pela Europa e pela América do Norte, ainda que um pouco incipientes em Portugal. O desenvolvimento local tem sido o domínio específico de várias organizações internacionais num processo que vem decorrendo desde os anos 80 (Henriques, 2006). É o nível onde as políticas melhor podem promover a sustentabilidade social e responder a desafios de integração que são globais ou comuns a grande parte das aglomerações urbanas mundiais, esperando-se mesmo que as comunidades de sucesso sejam as que são capazes de reinventar a cidadania local (Polèse e Stren, 2000).

Apesar de pouco extensa, a literatura especializada sugere um quadro interrogativo em torno dos contextos de proximidade, que justifica um questionamento sobre se estes favorecem ou não maior transparência e imputação de responsabilidades, maior prontidão na reação da classe dirigente aos problemas das pessoas e das suas necessidades de identificação territorial e se podem ou não promover uma democracia mais participada e aberta à sociedade civil (Francisco, 2007a).

Em Portugal, as formas de organização autárquica das comunidades locais remontam pelo menos à época medieval, mas só no âmbito da Constituição da República Portuguesa de 1976, as autarquias locais passaram a ser dotadas de órgãos eleitos e a governar e gerir sem a intervenção direta do Estado Central.

As transferências de competências para os municípios têm vindo a aumentar, mas o Estado Central mantém grande parte da gestão e distribuição de recursos, pelo que se mantém também uma atuação negociada entre poder central e poder local para além do enquadramento formal, jurídico e financeiro que os delimita formalmente³,

³ De resto, esta atuação é reproduzida na relação dos municípios com as freguesias, cujos orçamentos dependem grandemente das Câmaras Municipais. Acresce ainda o efeito desta dependência financeira na

propiciando a continuidade de formas tradicionais de clientelismo, como a proliferação do papel dos notáveis, da personalização do poder, das fidelidades pessoais e do uso pessoal dos recursos (Ruivo, 1991).

As práticas revelam que, em todos os níveis da espiral do poder local, domina uma cultura de decisões hermética que se reproduz em cada nível da hierarquia.

A agenda política dos executivos ocupa o topo da espiral, sendo as decisões tomadas junto do topo da hierarquia partidária. Internamente, os executivos mantêm o mesmo padrão e alimentam uma proximidade aos corpos dirigentes, sustentada no modelo de nomeações por comissões de serviço de três anos, que assentam na confiança política. Os dirigentes são absorvidos por crescentes processos burocráticos e escasseia a disponibilidade e autonomia para a focagem nas questões urbanas e nos problemas dos cidadãos.

A cultura hierárquica chega ao fim da linha através de processos que alimentam o esvaziamento das competências dos corpos técnicos, ciclicamente preteridos ou preferidos, ao ritmo das mudanças políticas em cada ciclo eleitoral e do recurso a serviços externos.

O papel dos técnicos pode estar, formal e juridicamente, circunscrito à fundamentação de decisões já tomadas, contendo a sua capacidade de intervenção num nível que favorece a monopolização do conhecimento e da informação pelos decisores, tendo como consequência a fragilidade, para o serviço público, das competências técnicas disponíveis.

Este quadro de atuação interna dos municípios não permite uma estabilidade organizacional suficiente para que, do lado dos quadros técnicos, se possa passar do nível da gestão administrativa interna para o desenvolvimento de uma cultura de autonomia técnica e cidadania organizacional e, do lado dos executivos municipais, se possa passar de um nível de governação assente em práticas de decisão herméticas, que não cumpre critérios de transparência e prestação de contas (*accountability*⁴), para um nível de governação que integre a participação ativa e a deliberação dos cidadãos.

Relativamente à comunicação entre cidadãos, eleitos e corpos técnicos das câmaras municipais, ela concretiza-se predominantemente através, por um lado, dos

prática dominante de condicionamento ou negociação dos votos, em sede de Assembleias Municipais, dos representantes das Juntas de Freguesia, pelo partido no poder.

⁴ Conjunto de mecanismos usados para assegurar e avaliar a responsabilidade e prestação de contas” (Jalali e Silva, 2009: 285).

meios de comunicação social locais que acompanham os momentos e eventos públicos dos executivos⁵ e, por outro lado, pelas interações diretas com a administração local e pelos meios de divulgação e discussão, legalmente previstos, de resoluções.

A massa crítica existente na maior parte das cidades por via da comunicação social não permite mais do que explorar diferendos políticos que animam as dinâmicas partidárias locais, nem tem sido capaz de construir uma matriz consistente de informação que permita dar a conhecer intenções, ações e efeitos das políticas urbanas: “(...) a comunicação de massa, sendo formada artificialmente, tende a apoiar e servir estratégias de dissimulação e a gerar passividade.” (Fernandes, 2003: 10).

No contexto das interações diretas dos cidadãos com a administração local, esta tende a reproduzir os modos de atuação vertical supra referidos, alimentando, por um lado, a impermeabilidade do processo de tomada de decisão e, por outro lado, favorecendo a permeabilidade informal, dando expressão ao Estado Labiríntico (Ruivo, 1991: 199):

“Trata-se da intervenção de outros sistemas de ordem, este subreptícios (...). Trata-se das redes de amizade, das redes políticas, dos contactos, da cumplicidade a nível administrativo, dos conhecimentos estabelecidos, a determinados níveis, nomeadamente familiar, os quais, no nosso país (e em muitos outros), estamos em crer, atingem um peso incalculável na resolução de problemas a vários níveis da vida social (...).”

No âmbito dos meios de divulgação e discussão legalmente previstos, nomeadamente através das reuniões públicas, discussões públicas, Assembleias Municipais, editais ou publicações em Diário da República, a informação veiculada por estes meios é muito limitada, não permitindo uma descodificação de intenções e opções, adivinhando-se grandes dificuldades para interpretar e descortinar as dinâmicas e intenções destas sessões pelos cidadãos. Mesmo para os próprios atores políticos, o acompanhamento das políticas e das decisões estratégicas e de gestão através daqueles meios é uma tarefa intrincada, pois a ordem de trabalhos proposta pelos executivos é comunicada num prazo que não permite, na maior parte dos casos, a análise refletida

⁵ O papel da comunicação social para os assuntos do Poder Local é, por si, um tema extenso e complexo e, por isso, extemporâneo ao presente texto, ainda que de grande relevância, em particular para a escala das pequenas e médias cidades, sobre a qual escasseia investigação detalhada. Fazem-se, ainda assim, algumas referências, breves e apenas contextualizantes, ao longo do texto.

sobre os assuntos e num formato de proposta praticamente fechada, que torna invisíveis os fundamentos e desenvolvimentos dos processos.

Existem alguns mecanismos que permitem a participação direta dos cidadãos nas deliberações municipais, como os referendos locais assentes em assembleias deliberativas ou o direito de petição. Contudo, na maior parte dos casos, as informações fornecidas numa fase adiantada dos processos e com elevados níveis de compromissos que as deliberações apenas vão formalizar, tornam qualquer iniciativa extemporânea.

Assim, a transparência das políticas urbanas depende grandemente da vontade e do grau de comunicação dos executivos. Os políticos da oposição, muitas vezes com experiência de governação e detentores das chaves de interpretação que facilitam a leitura das intenções e efeitos das decisões dos executivos, estão, por sua vez, muito condicionados pelas suas próprias agendas políticas e partidárias, sendo muito difícil perceber quando estão a informar e alertar os cidadãos ou apenas a travar combates políticos pela necessidade de visibilidade política e partidária na comunicação social.

Na base das interações da triangulação entre corpos técnicos, decisores políticos e cidadãos, existe uma cultura organizacional hierárquica que não promove, em cada um daqueles elementos, individualmente, institucionalmente ou em parcerias, uma governação centrada nos direitos individuais de participação na gestão das dimensões urbanas fundamentais (sociais, ambientais ou económicas). De facto, as práticas representativas do modelo de governação local cerceiam as possibilidades de controlo social e de participação cívica nas políticas públicas e comprometem o acompanhamento real das decisões políticas pelos cidadãos.

As decisões políticas que determinam os investimentos públicos nas áreas de competências dos municípios desenvolvem-se em processos de discussão e tomada de decisão muito fechados e hierarquizados, liderados pela figura, mais ou menos carismática, do seu presidente. Os processos formais de participação pública decorrem de imposições legais no âmbito da aprovação de instrumentos de gestão territorial, classificação de património ou adjudicação de serviços, limitando-se a processos de consulta pública em fases muito adiantadas, ou até mesmo concluídas dos processos de decisão, sendo muito escassos os casos de envolvimento ativo por iniciativa das Câmaras Municipais e mais raros ainda por iniciativa de cidadãos. Acresce que, nos municípios portugueses, só excepcionalmente se encontram estruturas representativas dos interesses locais destinadas a acompanhar a atividade dos serviços responsáveis pelo

ordenamento e desenvolvimento do território municipal⁶. Noutros países dotados de sistemas de gestão territorial mais consolidados, os conselhos municipais constituídos por cidadãos e representantes da sociedade civil são bastante comuns e diversificados⁷.

Embora os termos *governança* e *cidadania* proliferem na retórica técnica e política municipal, e salvo algumas exceções que procuram ativamente incluir os cidadãos na discussão das problemáticas e nas tomadas de decisão (veja-se os casos de Palmela e Cascais)⁸, a democratização do poder local está, ainda hoje, confinada essencialmente ao processo eleitoral.

Contudo, os novos modelos de governação urbana parecem ter um enorme potencial para a representação de todos os interesses, e não apenas dos dominantes, passando por novas formas coletivas de associativismo e de relações interinstitucionais, e entre instituições e cidadãos, e por uma nova prática de responsabilização de atores.

Segundo Daniel Francisco, a ideia de governança (ou *governância*, como a designa) surge nos anos 1980, dando corpo a modos de organização “mais horizontais, cooperantes e consensuais (sobretudo entre o público e o privado), onde a noção de «rede» é fundamental”, substituindo práticas hierárquicas de governo e o monopólio dos atores governamentais nos processos de decisão pública (Francisco, 2007a: 6).

A par destas tendências de governação, a governação urbana traduz uma nova forma de governar e um novo posicionamento dos atores dos setores público e privado que são envolvidos através de parcerias e outras redes (Andersen e Kempen, 2001: 7).

No contexto da governação local, a integração dos cidadãos requer mecanismos políticos democratizados, baseados numa descentralização administrativa e na

⁶ Existem ainda assim alguns exemplos como os conselhos locais/municipais de Palmela, Viseu, Mirandela, Oliveira de Azeméis, Almada ou Maia.

⁷ É o caso do Canadá, onde é muito frequente a existência, em grande número, de conselhos municipais diversos com uma atividade contínua e dinâmica. São exemplos os conselhos municipais das cidades de Otava, Gatineau, Kingston ou Carleton Place.

⁸ Em Palmela realizou-se o Fórum Concelho de Palmela em 2000, um fórum temático aberto a todos os cidadãos; existem várias parcerias e Conselhos Locais e Municipais; existe um Gabinete de Participação. Estão em curso projetos como: as Semanas das Freguesias, com reuniões públicas descentralizadas; o Projeto “Eu participo”, centrado na participação pública de crianças e jovens no qual se acolhem propostas de melhoria do funcionamento das escolas; o OP Presta Contas. Em Cascais está em curso, pelo segundo ano, a implementação de um orçamento participativo que assenta na atribuição de verbas (2,1 milhões de euros em 2011) para projetos apresentados pelos cidadãos (em 2011 foram apresentados 286 projetos, dos quais foram a referendo 30 e ganharam 12). A dinâmica deste projeto levou à atribuição de uma menção honrosa pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa. Existem vários projetos que se estruturam em torno da participação pública, como a Agenda 21 (para a qual existe um gabinete técnico de funções permanentes) ou o Concurso “Fazer Cascais”, aberto aos cidadãos para projetos de requalificação do espaço público no Município.

participação ativa dos cidadãos na gestão municipal. Os governos municipais precisam de rever o modelo de gestão do seu próprio poder, afirmar os interesses da sua comunidade acima das diferenças partidárias ou ideológicas e defender os seus interesses específicos junto dos governos nacionais que, representando as redes de cidades, podem atuar como atores coletivos dinâmicos na economia global (Borja e Castells, 1997).

As relações de poder na cidade balizam a forma como se exerce a cidadania, ora não a promovendo, ora condicionando-a em processos de decisão muito pouco transparentes e parcamente fundamentados publicamente. Esta impermeabilidade da governação urbana ou permeabilidade selecionada e dirigida é um fator que condiciona a leitura sobre as políticas públicas e seus efeitos no aprofundamento das desigualdades. Interessa por isso, no alinhamento deste texto, discutir um pouco mais a estruturação das relações de poder e a sua relação com a governação urbana.

2. Governação e relações de poder na cidade

A discussão sobre as manifestações de poder expressa-se de forma particular nos sistemas de governação urbana que se caracterizam por relações extremamente complexas, que envolvem instituições e atores, padrões de interdependência diversos e extensos e ainda na fragmentação e falta de consensos (Stoker, 1995).

O poder da estrutura institucional, dentro dos municípios e entre municípios é muito fraco, revelando a “falta de uma institucionalização jurídica e política dos territórios”. Pelo contrário, “o poder de decisão depende excessivamente das virtudes e do carisma do autarca, travando sistematicamente o desenvolvimento de dinâmicas locais institucionais” (Ruivo, 2008: 64).

O quadro político em que se desenvolve a ideia de governação em Portugal é assim confinado por “práticas e representações de longa data, que determinam as suas possibilidades” (Francisco, 2007a: 12). Para além da própria cultura municipal, fechada e fortemente hierarquizada, a governação local centra-se no poder personalizado do Presidente da Câmara, que assenta em “relações individualizadas na sua rede de informantes”, assim como na “concentração e autocentração do poder” (Francisco, 2007a: 15) e em “redes informais, pessoais e partidárias que lhes permite de forma mais expedita navegar por entre os vários níveis de democracia, de forma a obter os recursos que necessitam para os seus projetos locais” (Baptista, 2008: 142). Esta dinâmica tem

como consequência “a distanciação das elites autárquicas face à estrutura social e aos chamados ‘parceiros sociais’” (Francisco, 2007a: 15). Neste cenário de acentuada tradição de favoritismo e elitismo, que cultiva o alargamento da sua rede de relações e, consequentemente, a sua perpetuação, o modelo de governança é de difícil implementação e a participação e democratização dos processos políticos são fortemente penalizados.

Acresce que a estrutura representativa da democracia, assente na eleição com base em listas partidárias fechadas (cujas constituições é frequentemente envolta em polémicas de pagamento de quotas e de manipulação de estratos vulneráveis, como a de cidadãos na terceira idade ou de cidadãos que vivem socialmente isolados, em espaços rurais e em condições socioeconómicas frágeis), promove mandatos incondicionados e cerceia, durante a sua vigência, a possibilidade de controlo dos eleitos, alimentando, por esta via, a perpetuação de mandatos pelos mesmos presidentes. A vida política da comunidade é amplamente dominada pela vida partidária que transfere para as autarquias “as preocupações e os afrontamentos partidários” (Fernandes, 1992: 32).

O poder local, tido como uma das maiores realizações da Revolução de Abril de 1974 (Fernandes, 1992), exerce-se ainda de forma muito pouco transparente e permeável à vontade dos cidadãos, sendo difícil descortinar os interesses que representam. Apesar de próximo das populações, a desconfiança mina a relação dos cidadãos com os seus representantes. Os modernos modelos de governação materializam-se, muitas vezes, em estratégias e processos que mais não fazem do que legitimar as decisões tomadas pelo poder, substituindo-se muitas vezes a governação, por esta via, à democracia.

3. Governação, cidadania e democracia

O regime não democrático que Portugal viveu durante o Estado Novo acentuou os sentimentos de distância do poder e de afastamento da política (Cabral, Silva e Saraiva, 2008). A par do que tem acontecido na generalidade dos países desenvolvidos, os níveis de participação eleitoral em Portugal, nas últimas três décadas, têm vindo a diminuir consistentemente, revelando uma diminuição acentuada dos níveis de participação política convencional que enquadra a chamada “crise de representação” (Silva, Aboim e Saraiva, 2008).

A passagem tardia, no contexto europeu, para um regime democrático ajuda, por um lado, a compreender a “percepção de que as promessas de modernidade e da democracia ainda não foram completamente cumpridas” (Baptista, 2008: 140) e, por outro, a enquadrar os baixos níveis de participação pública. De facto, a participação não é um ato automático da democracia e a socialização da participação política é um processo lento, pelo que “processos políticos mais transparentes são um ponto de partida óbvio para incentivar uma maior participação” (Jalali e Silva, 2009: 305), sem esquecer que o exercício da cidadania política exige um conjunto de recursos socioculturais e económicos que não estão ao alcance de todos (Cabral, Silva e Saraiva, 2008). Estes aspetos favorecem um crescente desligamento entre cidadãos e responsáveis pelas tomadas de decisão e refletem-se no atual modelo de governação (Santos, 2003: 27):

“O modelo hegemónico de democracia (democracia liberal, representativa), apesar de globalmente triunfante, não garante mais do que uma democracia de baixa intensidade, assente na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e numa inclusão política abstracta feita de exclusão social.”

Em Portugal, as práticas de cidadania, que se traduzem nas práticas de mobilização cívica, de associativismo e na participação em partidos políticos e sindicatos, bem como em organizações voluntárias de solidariedade, aumentam de forma evidente com a dimensão dos aglomerados: “Viver numa cidade, seja pequena, média ou grande, afecta a forma como os direitos e deveres de cidadania são exercidos” (Silva, Aboim e Saraiva, 2008: 247). Isto acontece porque a distância ao poder político é menor no sentido geográfico do termo – a proximidade espacial constitui um facilitador do contacto entre cidadãos e instituições e porque, em contexto urbano, as oportunidades de interação e discussão política são maiores: a densidade populacional, o contacto mais frequente com o outro e o anonimato relativo da vida urbana permitem encontros ocasionais e inesperadas afinidades eletivas (Silva, Aboim e Saraiva, 2008: 247).

A governação das cidades exige novas formas de conceção e realização das decisões públicas, que passam pela consulta e associação a habitantes, usuários, atores e

os mais variados peritos. Ascher (2010) define esta “governância das metápoles”⁹ como um sistema de dispositivos e de modos de ação associados às instituições representantes da sociedade civil, para elaborar e realizar as políticas e as decisões públicas que implicam novos procedimentos deliberativos e consultivos de fortalecimento da democracia representativa. Para o autor é à escala das metápoles que se devem tomar decisões urbanas estruturantes e estratégicas, sendo necessária uma relação mais direta com os cidadãos e novas formas democráticas de representação. O debate democrático sobre a metápole é, portanto, fundamental para desenvolver uma solidariedade reflexiva, que faça com que os cidadãos tomem consciência de que os seus destinos estão ligados (Ascher, 2010).

A problemática do papel e do estatuto dos cidadãos na governação urbana enquadra-se na discussão mais ampla sobre a reformulação dos modelos políticos e de governação vigentes. Os regimes democráticos representativos, na sua conceção hegemónica e liberal do pós-guerra, estão em declínio ou transformação (Santos, 2003).

Neste quadro vem-se também adensando o debate em torno de caminhos alternativos, que se materializa quer em novos conceitos de democracia (“participativa”, “contrademocracia”, “deliberativa”, “e-democracia”), quer em novos instrumentos de participação (orçamentos participativos, assembleias de cidadãos, legislação direta). Aumenta o interesse nas formas de democracia que aprofundam a participação ativa dos cidadãos nas tomadas de decisão, no planeamento e na regulação da vida urbana (Saint-Martin, 2005; Ascher, 2010; Santos, 2003; Guerra, 2006; Booher, 2008; Healey, 2008; Borja, 2003; Smith, 2009).

Existem alguns projetos, planeados e implementados em rede, como é o caso do Programa das Redes Sociais, apoiado em Conselhos Locais de Ação Social e Comissões Locais Inter-Freguesias. Estas redes têm como propósito central estimular os atores locais a trabalhar em parceria e a articular as intervenções na dimensão do combate à pobreza e à exclusão social. Mas, se por um lado, o Programa representa uma possibilidade de ensaio do modelo de governança e proporciona “um avanço significativo no domínio da apropriação e conseqüente implementação de metodologias de trabalho e de pesquisa de cunho participativo, mobilizando vários atores sociais” (Alves, 2012: 17), por outro, mantém-se a liderança dominante pelos municípios. Esta

⁹ Metápole: “vastos territórios (...) formando um espaço urbanizado extenso, descontínuo, heterogéneo, polinuclear, que integra num mesmo conjunto cidade densa e neo-rural, pequena cidade, vila e subúrbio.” (Ascher, 2010: 105).

municipalização da Rede Social pode representar um risco para a politização social, uma vez que grande parte das parcerias locais “têm como entidades promotoras as câmaras municipais e como principais responsáveis os autarcas” (Alves, 2012: 16).

Os modernos processos de governação tornam menos nítidas as linhas de responsabilidade política, podendo ter efeitos perversos para a democracia. O aumento do número de agentes e as redes de governação que a governança pressupõe podem ser usados para complexificar a governação perante os cidadãos, aumentando as oportunidades para evitar responsabilidades, colocando em risco a *accountability* – uma definição central da própria democracia (Jalali e Silva, 2009). Na medida em que refletem o peso das elites locais, as redes criam ruturas entre Estado e sociedade, a ponto de comportarem riscos para a cidadania e a democracia, promovendo mais facilmente a criação de comunidades de intervenção do que a intervenção autónoma por cidadãos. Se, por um lado, as redes representam oportunidades de cooperação, convergência e integração de objetivos públicos e privados, ainda que moldáveis a diversos interesses, por outro, as zonas de fricção, confronto e tensão implicam disputas que diluem a responsabilidade e dificultam a sua legibilidade (Francisco, 2007b).

Em Portugal, a ausência de *accountability* é frequentemente atribuída a um envolvimento insuficiente dos cidadãos na política. Contudo, Jalali e Silva (2009) não concordam com esta interpretação: se cidadãos distantes obrigam a menos *accountability* por parte dos governantes, também menos *accountability* conduz a um afastamento dos cidadãos, “na medida em que a sua voz não é tida em conta nos processos políticos” (Jalali e Silva, 2009: 305), pelo que é necessário que a mudança seja feita essencialmente pelo lado da oferta. Por parte dos governantes, a motivação para esta mudança não é muito elevada, pois menor participação reduz a exigência de *accountability* e, conseqüentemente, aumenta a sua liberdade de ação. Acresce ainda que os momentos de participação pública, consagrados na legislação, são muitas vezes “episódios de defesa de interesses próprios, e não da colectividade, contestação desinformada ou pura e simples manipulação política, por parte dos adversários locais que não compreendem a benevolência dos planos e políticas que estão a ser propostos” (Baptista, 2008: 144). Muitas atuações em rede ou em parcerias são conduzidas de forma parcial pelos dirigentes técnicos e políticos que mais facilmente se associam às elites administrativas, económicas e profissionais do que às populações (Francisco, 2007a).

A passagem mais tardia para o regime democrático em Portugal, quando comparado com outros países da Europa, inibe a constituição de modelos de governação urbana menos centralizados, menos centrados nos executivos municipais e nas suas redes de relações pessoais e partidárias persistentemente perpetuadas que, com os funcionários das autarquias, alimentam relações de clientelismo (Francisco, 2007b). Nesta dinâmica de governação, simultaneamente próxima da realidade quotidiana dos cidadãos decorrente da proximidade física e distante pelos níveis de recato em que se produz a gestão urbana, são vários os entraves à integração de práticas de cidadania. Interessa refletir, como faremos em seguida, sobre os efeitos desta governação na distribuição da riqueza e dos recursos urbanos disponíveis.

4. Governação urbana e distribuição da riqueza

O descontentamento com as políticas centrais, assente numa crescente consciencialização de que as políticas dominantes, para lá das diferenças partidárias, não combatem efetiva e eficazmente as causas das desigualdades, é acompanhado de um igual descontentamento com as políticas locais que, também para lá das diferenças partidárias e dos múltiplos documentos estratégicos, não conseguem manter políticas consistentes de desenvolvimento nas áreas que estão sob a sua competência, comprometendo a qualidade de vida urbana. Na verdade, enormes parcelas das liberdades e das necessidades individuais dos cidadãos estão fortemente comprometidas pelas opções políticas da governação urbana.

Todas as políticas, incluindo as locais, sofrem de enormes défices de transparência e *accountability*, revelando-se, na face da crise social, as formas furtivas de construção e condução das políticas em todos os níveis de governação, europeias, nacionais e locais. E a crise económica significa, para a governação urbana, tão só que, às antigas e persistentes desigualdades, se vêm juntar carências que comprometem fatores básicos das liberdades individuais, como o acesso à habitação, à saúde, à cultura e à educação.

Os estudos sobre desigualdade (nos quais Portugal revela acentuadas desigualdades) revelam também que a saúde e a felicidade das pessoas são mais distintamente afetadas pelas diferenças de rendimento dentro da própria sociedade do que pelas diferenças de rendimento existentes entre sociedades ricas (Wilkinson e Pickett, 2010). Esta desigualdade materializa-se espacialmente dentro das cidades: entre

uma das zonas mais ricas de Londres, Westminster, e uma outra zona que dista, num percurso de bicicleta, cerca de 25 minutos, a diferença na esperança média de vida entre o mais rico e o mais pobre dos habitantes é de 17 anos (Marmot, 2010).

A governação urbana precisa de redirecionar o seu foco, quase sempre muito centrado na competitividade e no sucesso económico da cidade, colocando-o no centro dos fatores críticos que orientam a tomada de decisão para a igualdade e os seus efeitos na distribuição da riqueza, na liberdade e nos direitos democráticos. Como afirma Sen (2003: 133):

“O problema da desigualdade é, de facto, ampliado se deslocarmos a atenção da desigualdade de rendimentos para a desigualdade na distribuição das liberdades concretas e das potencialidades. Isto pode dever-se principalmente à possibilidade de alguma «acumulação» de, por um lado, desigualdade de rendimento com, por outro lado, vantagem desigual na conversão de rendimentos em potencialidades.”

A escala de desigualdade fornece uma poderosa alavanca política que afeta o bem-estar das populações. Quando as opções passam pela redução das despesas sociais, desinvestindo no combate à desigualdade, abre-se caminho a uma maior incidência de problemas sociais, como no caso particular dos apoios à educação pré-escolar, cujo investimento pode evitar a necessidade das crianças de ingressarem no ensino especial e, na idade adulta, aumentar as probabilidades de auferirem de rendimentos sem dependerem de assistência social ou incorrerem na criminalidade (Wilkinson e Pickett, 2010).

A par das políticas económicas e sociais, também as políticas urbanas constituem um meio específico que pode gerar desigualdade. O espaço urbano, enquanto espaço que se foi afirmando por demarcação da cidade aos seus opostos, como espaço natural, rural ou campo, alimenta a sensação de controlo sobre a existência, tornando-se no “centro de decisão, de riqueza, de poderio e de conhecimento” (Fernandes, 2003: 8). Acresce um certo fascínio de “estratégias de *city branding* e de promoção agressiva de lugares” (Fortuna, 2009: 93), no quadro de competição global entre cidades que tem vindo a promover políticas de enobrecimento. No entanto, a estas conceções homogeneizadoras opõe-se a cultura urbana que cresceu para além dos limites das cidades e a paisagem urbana é ela mesma muito diversa e inclui espaços decadentes, marginalizados, em ruína ou vazios (Fortuna, 2009). Mantém-se um “hiato entre cidade projetada e cidade vivida” (Peixoto, 2009: 50) e o poder político reforça a

diferenciação dos espaços “que promove ou consente as relações de inclusão/exclusão” (Fernandes, 2003: 14).

Perante um urbanismo voltado para consumidores externos, para atrair investidores cujos projetos fragmentam a cidade e a sociedade, perante os fenómenos de enobrecimento urbano, é necessário uma mobilização social e as consequentes respostas políticas para tornar possível a reapropriação da cidade pelos cidadãos. Trata-se dos direitos de cidadania que se materializam em direitos à cidade, ao lugar, a permanecer onde se elegeu viver, ao espaço público, a um ambiente que transmita segurança, à mobilidade, à centralidade, à identidade sociocultural específica, à participação deliberante e ao controlo social da gestão urbana (Borja, 2010), em suma, aos direitos de usufruir dos serviços e equipamentos das cidades, mas também à condição de cidadania política e cultural (Fortuna, 2009).

A convicção generalizada de que o setor cultural e criativo assume uma importância crescente para a criação de emprego e de riqueza e para a promoção da qualidade de vida das populações das cidades, tem sustentando avultados investimentos no acolhimento de grandes eventos culturais, como as capitais europeias da cultura ou as exposições mundiais. Contudo, é prudente acautelar aspetos críticos como a distribuição justa dos benefícios dos eventos, a criação de emprego que melhore as competências e o acesso a futuro emprego e a salvaguarda dos interesses e direitos da comunidade sobre os espaços públicos. Concretamente em relação à cultura, é necessário evitar que se torne num *slogan*, mais do que num objetivo a empreender, “pervertendo-se com isso quer o desenvolvimento cultural dos territórios e das comunidades, quer o desenvolvimento mais amplo de que estes carecem, seja por via da cultura ou por outra via qualquer” (Ferreira, 2010: 13).

Modelos de governação mais participados são fundamentais pois, quando a discussão aberta é promovida, logo se gera oposição a políticas que favorecem apenas alguns, ainda que o interesse da maioria seja apenas ligeiramente atingido (Sen, 2003). A participação dos cidadãos é também fundamental para apoiar escolhas políticas e de gestão mais ajustadas às necessidades humanas e aos vários interesses presentes na cidade.

Conclusão

As formas de controlo jurídico, institucional e social da governação urbana são suscetíveis de ajustamentos e adaptações na sua aplicação prática (Ruivo, 1991) e grande parte das decisões que influenciam o investimento e o desenvolvimento das cidades são opções estratégicas cujos efeitos nas (des)igualdades urbanas estão fora da esfera da legalidade e da normatividade. As margens de discricionariedade na tomada de decisão são muito amplas e estão formal e culturalmente confinadas à esfera política, não dispondo os restantes intervenientes de capacidade de intervenção.

O sistema político e partidário da moderna democracia, embora funcional, cria condições que favorecem o estrangulamento do exercício da cidadania, a diluição dos valores ideológicos, a personalização do poder político e a perpetuação de redes de poder. Acumulam-se evidências de desilusão pública com as instituições democráticas, de declínio de confiança nos políticos (Saint-Martin, 2005), de necessidade de transformação do papel do Estado (Mozzicafreddo, 2000) e de desligamento entre cidadãos e responsáveis pelas tomadas de decisão (Smith, 2009; Cabral, Silva e Saraiva, 2008).

A opacidade da governação urbana e as desigualdades que gera sugerem que o papel dos cidadãos pode ser fundamental para o questionamento dos processos de tomada de decisão, particularmente em contextos de proximidade como os das pequenas e médias cidades. Atendendo ao potencial de intervenção nas políticas públicas ao nível local, o reforço de fiscalização e intervenção por outros intervenientes, atores locais e cidadãos, parece um caminho difícil de trilhar, dada a debilidade de códigos de conduta para a participação, mas fundamental para forçar os limites institucionalizados da esfera de decisão e aumentar os níveis de democraticidade da governação urbana.

A temática da participação ativa dos cidadãos surge hoje no centro das teorias de planeamento das cidades e dos modelos políticos democráticos (Santos, 2003). Contudo, a literatura especializada vem mostrando vários tipos de dificuldades, que limitam o alcance dessas práticas. Apesar dos termos participação, envolvimento ou implicação aparecerem repetidamente na retórica política e técnica, a prática revela escassas iniciativas, que são muitas vezes fragilizadas pela reduzida mobilização e associação cívica, pela débil capacidade institucional de operacionalizar metodologias de participação ou, no caso específico português, por uma cultura política fortemente centralizadora (Guerra, 2006). Para além disso, levantam-se interrogações acerca do

grau em que os participantes nos processos participativos são capazes de atuar de acordo com interesses gerais e não particulares, da partilha desigual das responsabilidades de decisão, dos riscos de manipulação e hegemonização dos processos pelos grupos mais poderosos económica, social e simbolicamente (Booher, 2008; Guerra, 2006; Martins, 2000).

Este conjunto de interrogações aponta para a necessidade de desenvolver pesquisa empírica que avalie de que modo a questão da participação dos cidadãos vem sendo integrada nos modelos de governação e nas políticas de desenvolvimento urbano, sondando simultaneamente as suas implicações no que diz respeito à articulação entre modelos de governação e interesses, expectativas e condições de vida das populações. Esta necessidade é particularmente premente em Portugal, onde é ainda muito escassa a produção de conhecimento sistemático sobre estas questões, evidenciando a necessidade de desenvolver a reflexão teórica e analítica em torno dos modelos de governação nas pequenas e médias cidades.

Referências bibliográficas

- ALVES, João Emílio (2012), “Sobre a territorialização das políticas sociais. O exemplo do Programa Rede Social: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local”, *Repositório Comum*, [Consult. a 09.11.2012]. Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2121>>.
- ANDERSEN, Hans Thor; KEMPEN, Ronald Van (2001), *Governing european cities. Social fragmentation, social exclusion and urban governance*, England, Ashgate Publishing Company.
- ASCHER, François (2010), *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BAPTISTA, Idalina (2008), “O Programa POLIS e o país ‘desordenado’: percepções sobre governança e planeamento urbano em Portugal”, in Manuel Villaverde Cabral, Filipe Carreira Silva e Tiago Saraiva (orgs.), *Cidade & Cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 131-175.
- BOOHER, David (2008), “Civic Engagement and the Quality of Urban Places”, *Planning Theory and Practice*, 9 (3), pp. 383-394.

- BORJA, Jordi (2003), *La ciudad conquistada*, Madrid, Alianza Editorial.
- (2010), *La ciudad entre la desposesión y la reconquista*, Catalunya, Universitat Oberta.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (1997), *Local & Global. Management of Cities in the Information Age*, London, UNCHS – Habitat e Earthscan Publications Ltd.
- CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Filipe Carreira; SARAIVA, Tiago (2008), *Cidade & Cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERNANDES, António Teixeira (1992), “Poder Local e Democracia”, Separata da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, vol. 2., [Consult. a 27.05.2015]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6651.pdf>>.
- (2003), “Dinâmicas urbanas e poder político”, Separata da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 13, [Consult. a 27.05.2015]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8401.pdf>>.
- FERREIRA, Claudino (2010), “Cultura e regeneração urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades”, *Tomo*, 16, pp. 29-56.
- FORTUNA, Carlos (2009), “Cidade e urbanidade”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite, (orgs.), *Plural de Cidade: Novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, Série Cidades e Arquitetura, pp. 83-97.
- FRANCISCO, Daniel (2007a), “Por que é tão difícil associar território e ‘projecto’ em Portugal?”, *Travessias*, 6/7, pp. 259-277.
- (2007b), “Territórios chamados desejo: da largueza dos conceitos à contenção das experiências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77, pp. 165-199.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Participação e acção colectiva. Interesses, conflitos e consensos*, Estoril, Principia Editora.
- HEALEY, Patsy (2008), “Civic Engagement, Spatial Planning and Democracy as Way of Life”, *Planning Theory and Practice*, 9 (3), pp. 379-382.
- HENRIQUES, José Manuel (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, [Consult. a 23.05.2015]. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese+de+Doutoramento_José+Manuel+Henriques.pdf>.
- JALALI, Carlos; SILVA, Patrícia (2009), “A culpa morre sempre solteira? Accountability, qualidade da democracia e governação em Portugal”, in Manuel Villaverde Cabral, Marina Costa Lobo e Rui Feijó (orgs.), *Portugal uma democracia em construção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 285-308.

- MARMOT, Michael (2010), “Do nascimento à morte o que mais conta é a classe social”, *Público online*, [Consult. a 04.03.2010]. Disponível em: <<http://www.publico.pt/Mundo/do-nascimento-a-morte-o-que-mais-conta-e-a-classe-social-1536315>>.
- MARTINS, Marcos (2000), “Uma ‘catarsis’ no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania como valor ético-político”, *Revista de Ética*, 2 (2), pp. 106-118.
- MOZZICAFREDDO, Juan (2000), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, 2.^a ed., Oeiras, Celta Editora.
- PEIXOTO, Paulo (2009), “Requalificação urbana”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite, (orgs.), *Plural de Cidade: Novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, Série Cidades e Arquitetura, pp. 41-51.
- POLÈSE, Mario; STREN, Richard (orgs.) (2000), *The Social Sustainability of Cities: Diversity and the Management of Change*, Toronto, University of Toronto Press, [Consult. a 25.10.2011]. Disponível em:
<http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=KQOi063YxiAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=city+community+and+governance+in+canada&ots=87EqrjzUAH&sig=mQYdfYq9IPeoW9bPE1_iu5H5Tv4#v=onepage&q&f=false>.
- RUIVO, Fernando (1991), “Um Estado Labiríntico: A Propósito das Relações entre o Poder Central e o Poder Local em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, pp. 165-199.
- (2008), “As encruzilhadas do poder local II”, *Cadernos do Observatório dos Poderes Locais*, 14, [Consult. a 01.11.2012]. Disponível em:
<http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/16/ficheiro/encruzilhadasIIFR.pdf>.
- SAINT-MARTIN, Denis (2005), “Path Dependence and Self-Reinforcing Processes in the Regulation of Ethics in Politics”, *International Journal of Public Management*, 8 (2), pp. 4-22.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2003), *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Porto, Afrontamento.
- SEN, Amartya (2003), *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa, Gradiva.
- SILVA, Filipe, ABOIM, Sofia; SARAIVA, Tiago (2008), “Participação cívica e vida urbana em Portugal”, in M. V. Cabral, F. C. Silva e T. Saraiva (orgs.), *Cidade e cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 213-241.
- SMITH, Graham (2009), *Democratic Innovations. Designing Institutions for Citizen Participation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- STOKER, Gerry (1995), “Regime Theory and Urban Politics”, in David Judge, Gerry Stoker and Harold Wolman (orgs.), *Theories of Urban Politics*, London, Sage, pp. 54-71.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate (2010), *O Espírito da Igualdade*, Lisboa, Editorial Presença.

Isabel Ferreira. Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995, Coimbra, Portugal. *E-mail*: isabelferreira@ces.uc.pt.

Artigo recebido a 12 de agosto de 2015. Publicação aprovada a 15 de junho de 2015.

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor

Instituto Universitário de Lisboa

Luísa Veloso

Instituto Universitário de Lisboa

João Areosa

Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração e

Instituto Superior de Educação e Ciências

Resumo

A entrada de Portugal na União Europeia permitiu uma enorme evolução da mecanização das principais tarefas desenvolvidas nos setores de atividade da agricultura, produção animal e florestas. A mecanização trouxe riscos específicos que conduzem a um elevado número de acidentes, envolvendo a maioria deles a utilização de tratores. Partindo de fontes oficiais, neste artigo caracterizam-se os acidentes ocorridos para perceber a dimensão dessa sinistralidade e discute-se a ausência de registo oficial.

Palavras-chave: sinistralidade; segurança no trabalho; acidentes com tratores, registo e codificação.

Abstract

Accidents with agriculture and forestry tractors: to learn for preventing

As Portugal became a member of the European Union, there was an enormous evolution in what concerns to the mechanization of the main tasks which are proper to the sectors of agriculture, livestock and forests. This mechanization brought some particular risks leading to a high number of accidents, most of them due to the use of tractors. By using official numbers as a starting point, in this paper, accidents are characterized in order to perceive their real dimension and the absence of official records is also discussed.

Keywords: accidents; safety at work; accidents with tractors, registration and encoding.

Résumé

Les accidents avec des tracteurs agricoles et forestiers: apprendre à fin de prevenir

L'adhésion du Portugal à l'Union Européenne a permis une énorme évolution de la mécanisation des tâches les plus importantes qui ont lieu dans les secteurs de l'agriculture, de l'élevage du bétail et des forêts. Cette mécanisation a emporté des risques spécifiques qui sont à l'origine d'un nombre élevé d'accidents, la plupart d'entre eux liés à l'utilisation de tracteurs. A partir de sources officielles, dans cet article, les accidents sont caractérisés pour donner une idée de leur vraie dimension et on discute aussi l'absence de leur enregistrement officiel.

Mots-clés: accidents; sécurité au travail; accidents liés à l'utilisation de tracteurs, enregistrement et encodage.

Resumen

Los accidentes con tractores agrícolas y forestales: aprender a prevenir

L'adhésion de Portugal a la Unión Europea permitió un enorme desarrollo de la mecanización de las tareas principales realizadas en los sectores agrícola, ganadero y forestal. Con la mecanización llegó una serie de riesgos específicos que conducen a un elevado número de accidentes, la mayoría de ellos relacionados con el uso de tractores. Partiendo de las fuentes oficiales, en este artículo, se caracterizan los accidentes ocurridos para percibir su real dimensión y se analiza la falta de un registro oficial de estos accidentes.

Palabras clave: accidente; seguridad en el trabajo; accidentes con tractores, registro y codificación.

Introdução

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia caracterizou-se nos primeiros anos por dois aspetos essenciais nos setores agrícola, pecuário e florestal: o decréscimo acentuado nos preços reais da maioria dos produtos e um enorme crescimento do investimento. No período pós adesão, as medidas sócio estruturais apoiaram o investimento em máquinas e equipamentos (Avillez, 1992), que permitiu a mecanização das principais tarefas e o aumento da produtividade do trabalho, por substituição direta de mão de obra e a sua humanização, tornando-o menos duro, mais cómodo e seguro.¹ No espaço rural tradicional português persistem ainda hoje muitos dos traços identificados por Pinto (1981), nomeadamente a grande dependência em relação aos

¹ A utilização de tratores, máquinas e equipamentos associada a modificações nas práticas culturais ampliou consideravelmente os riscos a que os trabalhadores estavam expostos e introduziu riscos emergentes (Briosa, 1999).

processos naturais e a ligação ao espaço físico local, a persistência do grupo doméstico, enquanto unidade de produção, consumo e residência, e a prática de entreajuda e de relações de vizinhança. Parte significativa do trabalho é realizada por indivíduos do grupo familiar, alguns deles de idade avançada e em gozo do período de reforma, por produtores em regime de tempo parcial, por trabalhadores pendulares de outros setores de atividade em complemento do seu rendimento ou, ainda, como atividade lúdica – *hobbie* – de ocupação de tempos livres.

A tendência para a autossuficiência de algumas estruturas de produção, o reduzido grau de divisão de trabalho, a sua sazonalidade, a escassez de força de trabalho em determinadas fases do ciclo produtivo favorecem, mesmo nas empresas minimamente estruturadas, a troca de serviços, a contratação em regime de precaridade ou a prática de trabalho parcial ou totalmente não declarado (Santos, 2013). Os trabalhos desenvolvidos nestes setores, pelas suas particularidades e condicionalismos, nomeadamente a diversidade e multiplicidade de tarefas, a massiva utilização de máquinas e equipamentos, a pulverização e dispersão dos locais de trabalho, os fatores ambientais e organizacionais, o isolamento e a sazonalidade dos trabalhos, a dependência climatérica, a idade avançada e a reduzida informação e formação dos trabalhadores e a falta de representação, tornam-nos distintos de outros setores de atividade económica.

A agricultura, a pecuária e a floresta são considerados setores de atividade económica onde se verifica a existência de taxas elevadas de acidentes e de doenças profissionais, apesar da sua frequência nem sempre ser diagnosticada e notificada às autoridades, tanto nos países desenvolvidos como nos em vias de desenvolvimento (Richthofen, 2006). Os elevados custos, tanto diretos como indiretos, dos acidentes estão relacionados com a perda da capacidade de ganho, de rendimento e de qualidade de vida dos trabalhadores e familiares, com perdas de produção e produtividade das organizações (Lunes, 2006) e com a danificação de máquinas e equipamentos. Sendo os setores referidos apontados como de elevada sinistralidade, importa saber que parte destes acidentes envolvem tratores e se esses acidentes são conhecidos das autoridades responsáveis pela sua investigação. Nesse sentido importa produzir conhecimento que responda a duas questões que merecem a nossa atenção neste texto: Qual a dimensão da sinistralidade envolvendo tratores em Portugal? Existirá subnotificação às autoridades?

O presente artigo tem por base o projeto de investigação científica realizado no ISCTE-IUL no âmbito do doutoramento em sociologia e tem como principais objetivos

analisar os acidentes ocorridos nos setores de atividade da agricultura, da produção animal e das florestas, nas suas dimensões sociodemográficas e profissionais, e investigar a realidade da subnotificação destes acidentes às autoridades competentes.

1. Enquadramento da problemática

Para discutir os resultados que seguidamente se apresentam, estruturou-se um quadro analítico ancorado em três domínios-chave: os fatores de risco a que estão expostos os trabalhadores nos setores em debate, as medidas preventivas acionadas e os acidentes que ocorrem. O conhecimento retirado da investigação e análise dos acidentes ocorridos é fundamental para a identificação dos principais fatores de risco e para a definição das adequadas medidas preventivas com vista à redução da sinistralidade.

1.1. Fatores de risco

As especificidades e os condicionalismos anteriormente assinalados colocam os trabalhadores expostos a inúmeros fatores de riscos que, pela sua quantidade e variabilidade, exigem respostas adequadas dos sistemas de prevenção. A falta de peritos em prevenção de riscos profissionais nestes setores, quer na rede de prevenção privada, quer na própria administração pública, dificulta a colocação em prática de planos de atuação e, assim, a eficácia dos sistemas preventivos. Segundo Rivero, Garrido, Palomino e Barriga (2007), os principais fatores de risco profissional são: queda em altura, queda ao mesmo nível, enrolamento por órgãos móveis, entalamento, atropelamento, reviramento de tratores e máquinas, projeção de partículas e fragmentos, perfurações e pancadas, cortes e golpes, elétricos, queimaduras e intoxicações.

As grandes transformações registadas nestes setores trouxeram novos fatores de risco, nomeadamente a desvalorização dos produtos primários, o aumento dos custos de produção (Fehlberg, Santos e Tomasi, 2001), a terciarização dos trabalhos, as mudanças tecnológicas e organizativas, as obrigações legais, as exigências da indústria, a prática de jornadas longas associadas à fadiga e falta de concentração (Lilley *et al.*, 2002) e, ainda, a entrada de trabalhadores de outros setores de atividade, sem formação, métodos e comportamentos de trabalho seguros. A transferência de determinados serviços para terceiros tem, num contexto de flexibilização, permitido novas formas contratuais que substituem o emprego formal, regulamentar e estável (Antunes, 2007) por emprego mais flexível e vulnerável ou irregular, menos digno e seguro (Santos, 2013).

Resultados de várias investigações científicas sobre diferentes realidades sociais e utilizando diferentes metodologias de investigação atestam que o trator² é a máquina responsável pela maioria dos acidentes no meio rural, nomeadamente nos Estados Unidos da América (EUA) (Field, 2000; Loring e Myers, 2008), no Brasil (Silva e Furlani, 1999; Schlosser, Debiassi, Parcianello e Rambo, 2002; Debiassi, Schlosser e Willes, 2004), em Espanha (Márquez, 1986; Rivero, Garrido, Palomino e Barriga, 2007) e em Portugal (Briosa, 1999; Funenga, 2006; Gomes, 2008). O estudo desenvolvido por Gomes (2008: 85) revelou que o trator representa cerca de 14% dos acidentes por tipo de máquina móvel. Sendo o trator e os seus respetivos equipamentos máquinas móveis, os principais riscos na sua utilização são os associados à sua mobilidade (Dickety, Weyman e Marlow, 2004) e às suas partes móveis (Backström, 1997, 2000, citado em Gomes, 2008). O principal risco na utilização dos tratores é o risco de reviramento (ou capotamento), podendo assumir duas formas: lateral e traseiro (figuras 1 e 2).

Figura 1
Reviramento traseiro (empinamento)

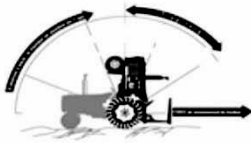


Figura 2
Reviramento lateral



Fonte: Adaptado do Centre Canadien d'Hygiène et de Sécurité au Travail.

O reviramento deve-se à perda de estabilidade³ resultante de fatores múltiplos, designadamente o declive do terreno, a velocidade excessiva, a presença de obstáculos ou valas, a utilização insegura dos travões, o mau posicionamento das máquinas operadoras e a manobras inseguras (Briosa, 1999). Segundo Chisholm (1972, citado em Arana *et al.*, 2010) e Potocnik *et al.* (2009), mais de metade dos reviramentos do trator agrícola deve-se ao deslizar em valas e à colisão com obstáculos. O centro de gravidade elevado, combinado com a utilização em zonas de risco, nomeadamente declives, são

² O trator é um veículo com motor suscetível de fornecer um elevado esforço de tração, relativamente ao seu peso, mesmo em pisos com fracas condições de aderência, e é construído principalmente para puxar, empurrar, transportar e acionar equipamentos destinados aos trabalhos agrícolas (Briosa, 1989: 19).

³ O reviramento produz-se quando a vertical que passa pelo centro de gravidade encontra o terreno fora da base ou polígono de sustentação do trator ou da máquina (Briosa, 1999: 58).

fatores importantes para o risco de reviramento (Springfeld, Thorson e Lee, 1998; Rivero, Garrido, Palomino e Barriga, 2007).

Os mais importantes fatores de risco identificados na utilização de tratores são: operação em condições extremas; perda de controlo do trator em zonas declivosas; consumo de álcool; transporte de outros trabalhadores; falta de estrutura de proteção (Debiasi, Schlosser e Willes, 2004); ausência de formação adequada; não utilização de sistema de retenção (Schlosser, Debiasi, Parcianello e Rambo, 2002); anulação de sistemas de segurança e descumprimento das principais regras de segurança em função da pressão temporal (Papadopoulos *et al.*, 2010). Os acidentes que envolvem reviramento do trator são frequentemente fatais (Márquez, 1986; Silva e Furlani, 1999; Field, 2000), representando cerca de um terço das mortes (Mangano *et al.*, 2007).

Grande parte dos investigadores atribui aos acidentes com tratores agrícolas dois grupos de causas – comportamentos e condições inseguras –, embora esta divisão, só por si, possa conduzir a conclusões erradas, pela possibilidade de existirem profundas interações entre ambas (Debiasi, Schlosser e Willes, 2004). As práticas e os comportamentos inseguros dos trabalhadores encontram-se intimamente relacionados com a ocorrência de acidentes, especialmente nas organizações onde a cultura de segurança é mais frágil, pelo que os acidentes ocorridos poderiam ser evitados (ou as suas consequências minimizadas) com a aplicação de adequadas medidas preventivas.

Os fatores de risco são ainda abordados do ponto de vista da legislação, quer europeia, quer nacional. Passados 25 anos, concluiu-se que, de todas as diretivas especiais referidas no n.º 1, do art.º 16.º da Diretiva-quadro 89/391/CEE, de 12 de junho, só não foi produzida a diretiva para a agricultura. A legislação nacional⁴, ao contrário da tendência manifestada noutros Estados Membros, só obrigou à instalação de estruturas de proteção homologadas⁵ – arco, quadro ou cabina de segurança – nos tratores matriculados a partir de 1 de janeiro de 1994.

Enquanto a legislação aplicável aos fabricantes e seus mandatários, ao obrigar à instalação de estrutura de proteção, permite a proteção dos operadores contra os efeitos do reviramento, quer este seja manobrado pelo seu proprietário, quer por um dos seus trabalhadores, a legislação aplicável aos utilizadores apenas abrange situações em que

⁴ Ver n.º 2 e 5 do art.º 23.º, do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

⁵ Também designadas por estruturas ROPS (*Roll Over Protective Structures*) e FOPS (*Falling Object Protective Structures*) que têm de ser certificadas pelos fabricantes, seguindo procedimentos harmonizados.

existe utilização do trator pelo trabalhador, ficando, assim, excluídas as situações em que o trator é conduzido pelo seu proprietário, pois não existe qualquer relação laboral (Gomes, 2008). Outros países seguiram outro caminho legislativo e obrigaram à instalação de cabinas de segurança em todos os tratores, com grande eficácia nos resultados. Na Suécia, por exemplo, assistiu-se a uma redução de 25 para 0,3 mortos por cada 100 milhões de horas de trabalho, entre 1957 e 1990 (Springfeld, Thorson e Lee, 1998). Alerta-se para o facto de existirem no mercado cabinas de simples resguardo contra as intempéries que, mesmo que melhorem o conforto dos operadores, não podem nunca, se montadas isoladamente sem a adequada estrutura de proteção, ser consideradas como estruturas de proteção contra o reviramento.

1.2. Medidas preventivas

A prevenção de riscos profissionais revela inúmeras vantagens, designadamente: a eliminação, minimização e afastamento dos riscos; a proteção dos trabalhadores face aos riscos que não possam ser evitados; a redução do número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais; a redução da taxa de absentismo; a redução de interrupções ou mesmo paragens produtivas; a redução de indemnizações a trabalhadores e terceiros; a redução dos custos com reparação ou substituição de máquinas e equipamentos; a aceitação social da organização e a sua imagem de marca. No entanto, não podemos deixar de apontar que os sistemas de prevenção são influenciados por fatores diversos, nomeadamente políticos, económicos, sociais e ambientais, difíceis de prever, planear e controlar. Por mais apurado que seja um sistema de prevenção, não consegue prevenir todos os acidentes de trabalho, uma vez que os fatores e condições de trabalho, bem como as inúmeras possibilidades de combinação levam a que os trabalhadores fiquem expostos a perigos e a riscos casuais, contingentes e não lineares que, pela sua quantidade e gravidade, podem conduzir ao acidente (Areosa, 2012).

Atendendo a que a maioria das organizações são microempresas e, ainda, que existem milhares de pequenos produtores no mercado informal, torna-se fundamental ultrapassar os principais constrangimentos e barreiras na segurança e saúde nestes setores de atividade económica. As redes preventivas podem ser o canal mais eficaz para informar e formar as organizações, os produtores e os trabalhadores em geral (Fehlberg, Santos e Tomasi, 2001), fornecendo-lhes instrumentos adequados (e. g. de avaliação de riscos, de investigação e análise de acidentes de trabalho e doenças

profissionais). A dimensão económica e social das organizações dos setores de atividade em estudo, associada aos riscos resultantes das particularidades e condicionalismos com que as tarefas são executadas, propiciam nos produtores rurais e seus trabalhadores a confiança e a familiarização com o risco, provocando a sua subavaliação. As raízes culturais e sociais influenciam a forma como são percebidos e aceites os riscos, justificando-se, assim, os comportamentos, bem como a resposta aos acidentes e às suas consequências que, muitas vezes acabam por ser aceites socialmente quer por amigos, familiares e colegas de trabalho, quer pelo próprio Estado (Douglas e Wildavsky, 1982; Short, 1984). A forma rotinizada como os trabalhadores desenvolvem as suas tarefas pode conduzir a comportamentos de risco e potenciar a ocorrência de acidentes (Areosa e Dwyer, 2010). Atendendo a que a maioria dos acidentes envolve a utilização de tratores e de máquinas, é fundamental adotar adequadas medidas preventivas relativas, designadamente:

1. à organização – organizar os serviços de segurança e saúde e implementar a prevenção de riscos profissionais (e.g. identificar perigos, avaliar riscos e investigar acidentes);
2. ao trator – melhoria da sua estabilidade (através de regulações das máquinas nos tratores e distribuição de massas que deverão promover o equilíbrio do conjunto), verificação e manutenção adequadas;
3. ao local de trabalho – ações sobre o terreno, nomeadamente nos acessos e caminhos, sinalização;
4. ao trabalhador – informação sobre riscos, formação e treino dos operadores, cumprimento das regras e procedimentos de trabalho e o controlo do consumo de bebidas alcoólicas.

1.3. Acidentes

A ocorrência de acidentes significa a existência de disfunções nos locais de trabalho, que importa serem investigadas e analisadas para encontrar as mais adequadas medidas preventivas de controlo de riscos profissionais. A escassez de dados relacionados com acidentes de trabalho no meio rural é transversal a muitas realidades (Fehlberg, Santos e Tomasi, 2001), não só porque muitos dos pequenos produtores atuam em mercado informal, mas também porque muitos acidentes não são comunicados às autoridades. As estimativas da Organização Internacional do Trabalho

(OIT) referem que apenas 3,9% dos acidentes de trabalho são notificados às entidades competentes pela sua investigação e análise. A realidade das notificações dos acidentes de trabalho é bastante variável, estimando-se que sejam notificados às autoridades competentes valores próximos dos 62% nas regiões mais desenvolvidas da Europa, EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Nas regiões da América Latina e do Caribe os valores são de cerca de 7,25%, enquanto na África Subsaariana, Médio Oriente, Índia e China os valores são inferiores a 1% do total de acidentes ocorridos (Hämäläinen, Takala e Saarela, 2006). Em Portugal, no ano 2006, diferentes instituições apresentaram diferentes valores relativos à sinistralidade mortal envolvendo tratores: a Inspeção Geral do Trabalho investigou 14 acidentes de trabalho, às seguradoras foram comunicados 23 acidentes de trabalho e as entidades policiais relataram a ocorrência de 35 acidentes de “viação”. Apesar de não existirem nem estimativas nem dados científicos que comprovem a subnotificação em Portugal, importa, por conter informação sociologicamente relevante, investigá-la e analisá-la.

2. Método

Os acidentes de trabalho constituem uma fonte de conhecimento e aprendizagem organizacional, desde que as organizações sejam detentoras de disponibilidade de conteúdos e aptidão para a aprendizagem (Neto, 2011). Como a prevenção de acidentes deve passar, em larga medida, pela identificação, avaliação e gestão dos riscos, torna-se necessário proceder à análise dos acidentes. Assim, para compreender os acidentes mediante a observação das principais causas que estiveram na sua origem e a verificação da existência de regularidades que evidenciem os principais fatores de risco efetuou-se uma análise epidemiológica dos dados estatísticos relativos à sinistralidade nos setores de atividade das divisões 01 (agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados) e 02 (silvicultura e exploração florestal) da Seção A da Classificação de Atividades Económicas (CAE), no período 2007-2011, em Portugal Continental.⁶

⁶Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

2.1. Fonte de dados

Selecionaram-se as fontes estatísticas em função das competências, missões e atribuições de cada instituição, de forma a abranger os diferentes tipos de acidentes⁷: nas instalações, em viagem e *in itinere*. Para possibilitar a comparação e o cruzamento dos dados e, assim, permitir a leitura, análise e compreensão da sinistralidade laboral codificaram-se as causas e circunstâncias dos acidentes e aplicou-se uma metodologia extensiva aos seguintes dados recolhidos:

- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) – analisaram-se 26.753 acidentes de trabalho não mortais e 75 mortais, para perceber a realidade dos acidentes ocorridos e comunicados às seguradoras (estão excluídos os acidentes *in itinere*);
- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) – investigaram-se 64 acidentes de trabalho mortais, para conhecer a realidade dos acidentes ocorridos, comunicados e investigados;
- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) – estudaram-se 335 acidentes de “viação”, que provocaram 132 vítimas mortais e 157 graves, ocorridos nas estradas portuguesas envolvendo tratores, para conhecer e compreender as causas e circunstâncias dos acidentes *in itinere* e em viagem;
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) – analisaram-se 1057 pedidos para operações de emergência e de socorro, entre os meses de maio e dezembro de 2012 (393) e no ano 2013 (664), para análise da subnotificação existente às autoridades.

Os dados de cada uma das fontes encontram-se bastante dispersos, pelo que a sua comparação e cruzamento só é possível através de variáveis que sejam comuns, designadamente data e hora, que permitam, nomeadamente, perceber a realidade do registo dos acidentes, perceber a sua etiologia, aferir a subnotificação e perceber dimensões reportadas e não reportadas.

⁷ Acidente de trabalho é definido como todo o acontecimento inesperado e imprevisto, que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença, de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte (acidente nas instalações). São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem e os acidentes de trajeto ou *in itinere*.

3. Resultados

Os principais resultados da análise e da investigação efetuadas serão apresentados por instituição, de forma a conhecer as organizações onde ocorrem, as principais causas e circunstâncias e os trabalhadores sinistrados.

3.1. Gabinete de Estratégia e Planeamento

Em Portugal, no período 2007-2011, foram comunicados às entidades seguradoras 1.119.635 acidentes de trabalho ocorridos na generalidade da atividade económica, dos quais 1.118.507 foram acidentes não mortais e 1.128 mortais. Do total de acidentes de trabalho não mortais, 804.692 acidentes provocaram a perda de 32.588.091 dias de trabalho. No mesmo período e nos setores de atividade da seção A da CAE foram participados às entidades seguradoras 35.033 acidentes de trabalho, dos quais 34.912 foram acidentes não mortais e 121 mortais. Os acidentes de trabalho não mortais provocaram a perda de 1.262.903 dias de trabalho. As taxas de incidência e o número de dias perdidos, quando comparados com a restante atividade económica, permitem verificar a maior extensão do risco e a tendência para lesões mais graves na seção A da CAE.

Nos quadros 1 e 2 apresentam-se os principais indicadores resultantes da análise dos acidentes registados nas divisões 01 e 02 da seção A da CAE, concluindo-se que os acidentes de trabalho não mortais representam cerca de 2,5% e os mortais aproximadamente 7,7% do total de acidentes registados na generalidade da atividade económica. Na divisão 01 registaram-se mais acidentes de trabalho, tanto não mortais como mortais (dos 26.753 acidentes de trabalho não mortais, 20.280 ocorreram na divisão 01 e 6.473 na 02, enquanto que, dos 75 acidentes de trabalho mortais, 55 ocorreram na divisão 01 e 20 na divisão 02).

Quadro 1

Caracterização dos acidentes de trabalho não mortais, divisões 01 e 02 da CAE (2007-2011)

Entidade empregadora	Dimensão	Microempresa (53%), pequena empresa (23%)
Sinistrado	Idade	Menores (3%), 35-44 anos (22%), 45-54 anos (24%)
	Situação profissional	Trabalhadores por conta de outrem (83%), trabalhadores por conta própria ou empregador (13%)
	Nacionalidade	Portuguesa (91%)
Causas e circunstâncias	Tipo de local	Zona florestal (16%), produção animal (15%), zona agrícola (14%)
	Atividade física específica	Trabalhar com ferramenta de mão (19%), andar, correr, descer (14%), movimentação manual de cargas (13%)
	Desvio mais provável	Perda total ou parcial de controlo de ferramenta de mão (17%), queda de nível (14%), queda de pessoa do alto (9%)
	Agente material do desvio	Superfície ao nível do solo (13%), árvore (7%), animal (5%)
	Contato-modalidade da lesão	Movimento vertical resultante de queda (24%), constrangimento físico do corpo (19%), contato com agente material cortante (13%)
	Agente material do contato	Superfície ao nível do solo (22%), árvore (6%), animal (4%)
	Natureza da lesão	Lesões superficiais (28%), feridas abertas (10%), entorses, distensões (10%)
	Parte do corpo atingida	Perna incluindo joelho (16%), costas (10%), dedos (9%)

Fonte: GEP.

A maioria dos acidentes de trabalho ocorreu em micro e pequenas empresas, envolvendo sinistrados de nacionalidade portuguesa, do sexo masculino, muitos deles com uma idade superior a 65 anos, cuja situação profissional é de trabalhadores por conta de outrem ou mesmo empregadores.

Quadro 2

Caracterização dos acidentes de trabalho mortais, divisões 01 e 02 da CAE (2007-2011)

Entidade empregadora	Dimensão	Microempresa (65%), pequena empresa (19%)
Sinistrado	Sexo	Masculino (97%)
	Idade	45-54 anos (24%), mais 65 anos (17%)
	Situação profissional	Trabalhadores por conta de outrem (75%), trabalhadores por conta própria ou empregador (21%)
	Nacionalidade	Portuguesa (97%)
Causas e circunstâncias	Tipo de local	Meio de transporte (18%), zona agrícola (16 %), zona florestal (15 %)
	Atividade física específica	Condução de equipamento móvel (31%), movimentação manual de cargas (18%), andar, correr, descer (8%)
	Desvio mais provável	Perda total ou parcial de controlo de máquina (28 %), queda de pessoa do alto (25 %), queda de agente material (12 %)
	Agente material do desvio	Máquina portátil ou móvel (30%), árvore (12%)
	Contato-modalidade da lesão	Esmagamento sob (30%), movimento vertical resultante de queda (28%), pancada por objeto que cai (13%)
	Agente material do contato	Máquina portátil ou móvel (25%), superfície ao nível do solo (26%), veículo (7%)
	Natureza da lesão	Lesões múltiplas (26%), concussões, lesões internas (13%)
	Parte do corpo atingida	Múltiplas partes do corpo (33%), cabeça (18%), caixa torácica (10%)

Fonte: GEP.

Não podemos deixar de evidenciar a presença de menores nas estatísticas dos acidentes, resultante de comportamentos e atos irresponsáveis de quem deveria, por qualquer forma, ter evitado a sua presença. Quanto às causas e às circunstâncias dos acidentes comunicados às seguradoras concluiu-se que:

- para os acidentes de trabalho não mortais: os desvios mais assinalados são a perda de controlo de ferramentas de mão (17%), queda de nível (14%) e queda de pessoa do alto (9%), durante a realização de tarefas manuais, a deslocação de trabalhadores e a movimentação manual de cargas. Os agentes de contato mais sinalizados foram as superfícies ao nível do solo, árvores e animais que provocaram feridas, entorses e distensões;
- para os acidentes de trabalho mortais: os desvios mais assinalados são a perda total ou parcial de controlo de máquina (28%), queda de pessoa do alto (25%) e queda de agente material (12%), durante a realização de

tarefas envolvendo a condução de máquinas e equipamentos móveis (31%), a movimentação manual de cargas (18%) e a deslocação de pessoas (8%). O contato-modalidade da lesão mais referido foi o esmagamento do operador sob a máquina (30%) e o movimento vertical resultante da queda (28%) contra superfícies ao nível do solo (26%).

Estes dados vão ao encontro dos referidos na bibliografia que citam que, nos setores de atividade económica em análise, a maioria dos acidentes envolve a utilização do trator, com consequências de um modo geral mortais, bem como a queda de pessoa do alto.

3.2. Autoridade para as Condições do Trabalho

Dos 64 acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito pela ACT, 33 envolveram como agente material da atividade tratores (51,6 % do total), enquadrando-se este valor nos indicadores referidos por Márquez (1986) e Ambrosi e Maggi (2013), de 60 e 45%, respetivamente. Da análise dos acidentes com tratores apurou-se que 31 ocorreram nas instalações (27 em instalações do próprio empregador e 4 em instalações de entidades terceiras), um em viagem e um *in itinere*.

Da observação do quadro 3 concluiu-se que cerca de 73% dos acidentes mortais com tratores ocorreu em microempresas e com trabalhadores independentes. Apesar de termos a consciência de que poderá ser reflexo da realidade do tecido empresarial português nestes setores de atividade, é necessário perceber se nestas empresas existem serviços de segurança e saúde organizados e se cumprem com as principais obrigações legais, designadamente a avaliação dos riscos e a implementação de adequadas medidas preventivas e corretivas que garantam as prescrições mínimas de segurança e saúde aos seus trabalhadores. Os trabalhadores sinistrados, maioritariamente do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa, possuem um baixo nível de formação (75% sem formação). Quanto à localização geográfica concluiu-se que mais de metade dos acidentes foi investigada nas NUT II do Centro e Alentejo, ocorridos nos períodos de maior atividade laboral, nomeadamente nas épocas de preparação de solos, sementeiras e plantações (janeiro a março) e de colheitas (setembro a outubro), em dias de semana, entre as 10-12 e as 16-18 horas. Quanto a causas e circunstâncias dos acidentes mortais com tratores concluiu-se que o desvio mais

assinalado foi a perda total ou parcial de controlo de máquina (73%), durante a realização de tarefas envolvendo a sua condução/operação (85%) que, ao provocar o reviramento do trator, conduz ao esmagamento do operador sob o trator (61%).

Quadro 3
Caracterização dos acidentes de trabalho mortais com tratores, divisões 01 e 02 da CAE
(2007-2011)

Entidade empregadora ou equiparada	Dimensão	Microempresa (61%), trabalhador independente (12%)
Sinistrado	Sexo	Masculino (100%)
	Formação/habilitação	Sem formação (75%)
	Nacionalidade	Portuguesa (97%)
Localização temporal e geográfica	Mês	Janeiro a março (30%), setembro a outubro (24%)
	Dia	3ª F (24%), 2ª F e 4ª F (ambas com 21%)
	Hora	10-12 h (27%), 16-18 h (21%)
	NUT II	Centro (30%), Alentejo (24%), Norte (21%), Lisboa e Vale do Tejo (21%)
Causas e circunstâncias	Desvio mais provável	Perda total ou parcial de controlo de máquina (73%)
	Contato-modalidade da lesão	Esmagamento (61%)
	Atividade física específica	Controlar/conduzir a máquina (85%)

Fonte: ACT.

3.3. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Da análise do Boletim Estatístico de Acidentes de Viação concluiu-se que não é recolhida informação sobre a existência de relação laboral dos sinistrados, razão pela qual não foi possível destrinçar, de entre os acidentes ocorridos na estrada, quais os acidentes que envolveram tratores enquadráveis nos acidentes de trabalho. Não podemos menosprezar a utilização dos tratores em operações de transporte e, ainda, em deslocações com máquinas e equipamentos entre as diferentes parcelas rústicas, pelo que muitos destes acidentes poderiam ser enquadráveis como acidentes *in itinere* ou de viagem.

Os dados do INEM, apresentados adiante, indicam que existe um pico nas chamadas para operações de socorro e emergência antes e no início do período normal

de trabalho (PNT)⁸, o que indicia poderem ser acidentes *in itinere*. Analisaram-se as consequências dos acidentes de “viação” para os condutores e para os passageiros transportados nos tratores (quadro 4).

Quadro 4
Caracterização dos acidentes ocorridos nas estradas portuguesas com tratores (2007-2011)

Localização	Tipo	Estradas nacionais (18%), estradas municipais (13%), caminhos rurais (69%)
Sinistrado	Sexo	Masculino (96%)
	Formação/habilitação	Sem habilitação adequada (15%)
	Alcoolémia	Acusaram álcool no sangue (17%), taxa igual ou superior a 0,5 g/l (10%)
Localização temporal	Mês	Julho a outubro (46%)
	Dia	Sábado (20%), 5ª F (16%)
	Hora	14-18 h (33%)
Causas e circunstâncias	Condições do acidente	Trator marcha normal (75%), sem qualquer carga (79%), despiste (64%), colisão (28%)
Outros indicadores	47 % dos tratores matriculados antes de 1994	

Fonte: ANSR.

Os acidentes de “viação” com tratores provocaram aos condutores 119 mortes (116 sexo masculino e 3 do sexo feminino), 128 feridos graves (122 sexo masculino e 6 do sexo feminino) e 14 feridos ligeiros. Quanto aos passageiros transportados nos tratores, os acidentes provocaram 13 vítimas mortais e 29 vítimas graves. A bibliografia aponta o transporte de pessoas como um dos atos inseguros mais praticados pelos operadores, tornando-se mais irresponsável, ainda, quando os transportados são crianças e idosos, conforme também sinalizado nos dados do GEP. Detalhou-se a pesquisa no sentido de apurar a presença de menores e concluiu-se que nesses acidentes estiveram envolvidos 3 menores. A maioria das vítimas condutoras dos tratores é do sexo masculino e as classes de idades das vítimas mortais e não mortais dos condutores dos tratores são: menos de 18 anos – 1%; entre 18 e 44 – 22%; entre 45 e 65 anos – 36%; e mais de 65 anos – 41%.

⁸ PNT normal: 1º período: das 08-12; 2º período: 13-17 horas.

Entre julho e outubro ocorreram cerca de metade dos acidentes registados (46%). Coincidindo este período com a época de colheitas das culturas de Primavera-Verão poderão muitos estar associados a operações de transporte de produtos colhidos e, por isso, aos riscos associados à sua mobilidade.

Apesar de se ter verificado alguma regularidade na distribuição dos acidentes por dia de semana, entre a segunda e a sexta-feira, destacou-se o facto de cerca de 28% dos acidentes serem ao fim de semana. Quanto à hora de ocorrência verifica-se que cerca de metade dos acidentes aconteceram depois do período para almoço (47% entre as 14 e as 20 horas).

Cerca de 15% dos condutores dos tratores envolvidos em acidentes de “viação” não estavam legalmente habilitados à condução. Para a ANSR, a habilitação legal para a condução de tratores e máquinas agrícolas pode assumir duas formas: Carta de Condução ou Licença de Condução, variável com o tipo de trator e de máquina.⁹ Por outro lado, para a ACT, a operação de máquinas e equipamentos de trabalho, com riscos específicos para a segurança e saúde dos trabalhadores, deve ser efetuada somente por operador especificamente habilitado para o efeito¹⁰. Assim, para além da habilitação legal exigida pelo Código da Estrada, é necessário considerar ainda a necessidade dos operadores serem detentores de formação habilitante, que deverá ser atendida em operações com tratores e máquinas no interior das explorações. As duas disposições legais referidas criam dificuldades de aplicação no respeitante à formação/habilitação exigida em situações onde os operadores dos tratores desenvolvam tarefas em estrada, por serem simultaneamente condutores (competência da ANSR) e operadores (competência da ACT).

Na secção regras especiais de segurança do Código da Estrada a condução sob influência de álcool é proibida¹¹. Para esta avaliação foram submetidos ao teste de alcoolémia 177 condutores, dos quais cerca de 17% acusaram álcool no sangue. Não podemos deixar de referir que 10% do total de condutores submetidos acusaram uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,5 g/l e, ainda mais grave, metade destes estavam acima de 1,5 g/l. Um outro ato facilmente enquadrável como inseguro, pelas

⁹ Ver art.º 123.º e 124.º do Código da Estrada, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 113/2008, de 1 de julho; Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de maio; Lei n.º 78/2009, de 13 de agosto; Lei n.º 46/2010, de 7 de setembro; e Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho.

¹⁰ Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

¹¹ Art.º 81 do Código da Estrada. O limite legal de 0,5 g/l reduz-se para 0,2 g/l para os condutores em regime probatório.

suas consequências para terceiros, vítimas e seus familiares, foi o de conduzir sem seguro (17%).

Com os indicadores da ANSR comprovou-se que existem muitos condutores de tratores a operar sem a habilitação adequada e, ainda, sob o efeito do álcool. Estes indicadores poderão fazer pensar que, no interior das explorações, a realidade será ainda mais gravosa. Estas atitudes e comportamentos, enraizados nas tradições e costumes dos trabalhadores destes setores de atividade económica, podem conduzir a muitos acidentes de trabalho. Nas principais condições inseguras referiam-se a ausência de estruturas de proteção ou a deslocação do trator na estrada com a estrutura de proteção na posição inativa, a manutenção inadequada, especialmente a preventiva, e a não verificação periódica dos tratores. No Código da Estrada verifica-se um vazio legal que, ao não referir concretamente que o arco de proteção tenha de estar em posição ativa, faz com que muitos tratores circulem com o arco rebaixado, sem que as autoridades policiais possam atuar.

Analisaram-se as idades dos tratores através das respetivas datas de matrícula e apurou-se que 47% foram matriculados antes de 1994, 41% após 1994 e para os restantes 12% não estava definida a data de registo. Confrontando a data da obrigação legal de instalação da estrutura de proteção com as datas de matrícula dos tratores envolvidos nos acidentes de “viação” depreende-se que cerca de metade dos tratores envolvidos apresenta forte probabilidade de não possuir qualquer estrutura de proteção contra o risco de esmagamento provocado pelo reviramento do trator.

Existem muitos tratores em serviço em Portugal Continental importados de outros países que, por nunca terem sido homologados, não podem ser matriculados. Não pode afirmar-se que nos 12% sem data registada sejam enquadráveis os tratores não homologados, mas pode perspetivar-se uma realidade a reter por poder constituir mais um fator de risco de acidente.

Não obstante em 83% das situações não ser referida qualquer ação irregular, importa relatar que foram apontadas situações que indiciam a prática de atos inseguros, nomeadamente a velocidade excessiva (8%), a realização de manobras irregulares (3%) e as falhas mecânicas (2%), que poderão ter concorrido para as causas dos acidentes de “viação”. Quanto à ação dos condutores no momento do acidente, apurou-se que em cerca de 75% das situações o trator circulava em marcha normal, 11% efetuou mudança de direção, 4% início de marcha, 3% realizou desvio brusco e em 2% o acidente ocorreu

à saída de explorações. Os restantes 5% envolveram situações que foram identificadas em manobras de marcha atrás, travagens bruscas ou mesmo o trator parado na via.

Apurou-se da análise efetuada que em 79% das situações o trator circulava sem qualquer carga e em 19% fazia operações de transporte de cargas, dos quais 80% possuíam a carga bem acondicionada. Quanto à natureza dos acidentes de “viação”, destacam-se o despiste com 64% e a colisão com outros veículos com 28%.

Considerando que aos acidentes dificilmente é atribuída uma única causa, importa relacionar os vários fatores. Se considerarmos que nos 335 acidentes de “viação” os tratores circulavam em marcha normal (75%), sem qualquer carga (79%), com velocidade excessiva (8%), que em 41% dos acidentes verificou-se reviramento do trator, que cerca de 50% não possui qualquer estrutura de proteção contra o risco de reviramento e, ainda, que 15% dos condutores não estava legalmente habilitado e que 10% possuía uma taxa de álcool no sangue superior a 0,5 g/l, sem entrar em conta com os riscos decorrentes das relações laborais por ausência de informação, depreende-se facilmente que a situação da sinistralidade com tratores merece agenda na investigação científica.

Encontra-se aqui um grande desafio para todos os atores dos setores: como mudar comportamentos e atitudes? ⁽¹²⁾

3.4. Instituto Nacional de Emergência Médica

De acordo com os dados estatísticos do INEM, entre maio de 2012 e dezembro de 2013, foram efetuados 1057 pedidos de intervenção para operações de emergência e socorro em acidentes envolvendo tratores (393 entre maio e dezembro de 2012 e 664 em 2013). No quadro 5 apresenta-se a caracterização dos acidentes relativos ao ano 2013.

¹² As diversas pesquisas na área da segurança comportamental podem oferecer algumas pistas sobre esta temática.

Quadro 5
Caracterização dos acidentes ocorridos com tratores – 2013

Localização temporal	Mês	Abril e maio (22%), julho a setembro (28%)
	Dia	Sábado (17%), 4ª F (17%)
	Hora	06-09 h (23%), 14-16 h (10%)
Causas e circunstâncias	Desvio mais provável	Perda total ou parcial de controlo de máquina (44%), queda de pessoa do alto (25%)
	Contacto-modalidade da lesão	Esmagamento (35%), esmagamento em movimento vertical (28%)

Fonte: INEM.

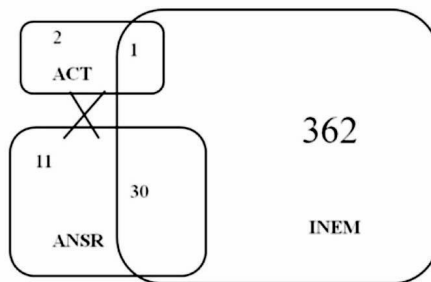
Da sua análise apurou-se que existem dois períodos de maior frequência: abril e maio (11% cada) e julho a setembro (9%, 10% e 9%, respetivamente), em similitude com as outras instituições. Apesar de ter-se verificado regularidade quanto ao dia da semana não podemos deixar de salientar o elevado número de pedidos registados aos sábados (111). Lembra-se que o sábado foi também o dia da semana em que ocorreu maior número de acidentes de “viação”, o que confirma o volume de trabalho desenvolvido nestes setores de atividade económica durante dias de descanso semanal. Relativamente à hora de ocorrência do evento averiguou-se que, do confronto das horas dos pedidos de chamadas com o período normal de trabalho mais vulgarizado nestes setores, existem dois picos de ocorrência: o primeiro antes e no início do PNT e o segundo após a hora de almoço. Da codificação, efetuada aos descritivos dos 664 acidentes de 2013, de acordo com as Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho (EEAT), designadamente quanto às causas e circunstâncias que conduziram à sua ocorrência, resultou que o desvio mais provável foi a perda total ou parcial de controlo de máquina (44%) e a queda de pessoa do alto (25%), sendo que a lesão foi provocada pelo esmagamento sob a máquina e pelo esmagamento contra superfícies ao nível do solo. Da análise efetuada apurou-se que o capotamento e o despiste representaram cerca de 32% das causas dos acidentes, representando as quedas (24%) e os acidentes de viação (12%) duas fatias consideravelmente importantes na sinistralidade.

3.5. Cruzando as fontes: a questão da subnotificação

Com o intuito de aferir a subnotificação dos acidentes ocorridos efetuou-se o cruzamento, por data e hora, entre os meses de maio e dezembro de 2012, dos dados

relativos a acidentes com tratores constantes das bases da ACT (3 mortais), ANSR (41 graves e mortais) e INEM (393 graves e mortais), por não estarem ainda disponíveis todos os elementos das instituições atrás referidas relativos a 2013. Da observação da figura 3 afere-se que nos 8 meses analisados não existe referência a qualquer acidente comum às bases da ACT, ANSR e INEM. Entre a ACT e a ANSR é expectável não existir, uma vez que a ANSR participa somente os acidentes nas instalações à ACT e investiga os acidentes na estrada, assumindo-os como de “viação”. Entre a ACT e o INEM existe um acidente sinalizado por ambas as instituições e entre a ANSR e o INEM 30 acidentes comuns. Existem 375 acidentes sem qualquer correspondência entre as três bases (362 pedidos para operações de emergência e socorro do INEM, 2 acidentes comunicados e objeto de inquérito pela ACT e 11 inquiridos pela ANSR) que permite afirmar a subnotificação, não sendo retirado deles o conhecimento e aprendizagem, que permita a definição e implementação das adequadas medidas preventivas.

Figura 3
Cruzamento das bases da ACT, ANSR e INEM



Fontes: ACT, ANSR e INEM.

Conclusão

Os resultados da análise efetuada às bases de acidentes do GEP, ACT, ANSR e INEM permitem concluir que parte significativa dos acidentes envolve a utilização de tratores e que a principal causa é a perda do controlo da máquina provocando o seu despiste, com ou sem reviramento, e o conseqüentemente esmagamento do operador. De um modo geral, os operadores são portugueses, do sexo masculino, alguns menores, outros de idade avançada, com baixo nível de formação em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e mesmo sem a formação/habilitação adequada à condução/operação com os tratores. Constatou-se ainda que muitos acidentes envolveram comportamentos

inseguros dos operadores dos tratores, designadamente a presença de menores, o transporte de passageiros e a condução sob o efeito do álcool. Apesar de ser possível concluir que boa parte dos acidentes ocorre nos períodos de maior atividade, apurou-se ainda (bases da ANSR e INEM) o elevado número de acidentes ao fim de semana, seja nas instalações, seja nas estradas, que não surgem nas estatísticas do organismo responsável pela sua inquirição (ACT). Verifica-se, assim, uma subnotificação dos acidentes de trabalho, o que impede que os acidentes sejam analisados, que dessa análise seja retirado o conhecimento e a aprendizagem devidas para a aplicação das adequadas medidas preventivas e corretivas e, ainda, a inserção na formação e informação dos operadores, de forma a evitar a ocorrência de acidentes futuros.

De acordo com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura e do Mar, cerca de 45% dos tratores inscritos em 2011 para a atribuição do subsídio de gasóleo tem idade superior a 20 anos. Confrontando as características do parque nacional de tratores e a legislação nacional sobre SST conclui-se que existe uma forte probabilidade de pelo menos 45% dos tratores não possuir qualquer estrutura de proteção para os operadores face ao risco de reviramento, por terem sido matriculados antes de 1 de janeiro de 1994. Verifica-se, assim, uma elevada exposição dos seus operadores ao risco de reviramento e consequente esmagamento, confirmando-se os indicadores da ANSR. A combinação de uma estrutura de proteção e de um sistema de retenção (e. g. tipo cinto de segurança), poderia evitar a maioria dos acidentes mortais e minimizar as consequências dramáticas de muitos dos acidentes graves envolvendo tratores. O envelhecimento do parque de tratores, associado à inexistência de estruturas de proteção e de sistemas de retenção, à utilização do arco de proteção em posição não ativa, bem como à não realização obrigatória de inspeções periódicas, constituem fatores de risco extremamente importantes. Estes fatores de risco devem ser tidos em conta no presente estudo para averiguar e perceber a gravidade, a severidade e a extensão dos acidentes de trabalho com tratores porque, e como já foi referido, a utilização dos tratores mais antigos, tecnologicamente menos evoluídos e seguros e conduzidos em situações menos seguras, potenciam a prática de atos inseguros e a ocorrência de acontecimentos imprevistos, que podem culminar em acidente de trabalho (Witney, 1988).

A atual crise económica, social e financeira provocou números históricos de desemprego, sendo os setores de atividade económica das divisões 01 e 02 apontados como potenciais absorventes de mão de obra em excesso nas restantes atividades

económicas. A entrada de novos trabalhadores sem a formação e a informação adequadas para operar com máquinas e equipamentos, em especial com os mais antigos, deverá ser bem enquadrada pelos diferentes atores da rede de prevenção para não contribuir para o agravamento da sinistralidade nestes setores de atividade económica.

Referências bibliográficas

- AMBROSI, J. N.; MAGGI, M. F. (2013), “Acidentes de trabalho relacionados às actividades agrícolas”, *Acta Iguazu – Publicação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná*, 2 (1), pp. 1-13.
- ANTUNES, R. (2007), “Dimensões da precaridade estrutural do trabalho”, in T. Franco e G. Druck, *A perda da razão social do trabalho: terciarização e precarização*, São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 13-22.
- ARANA, I. et al. (2010), *Evaluation of risk factors in fatal accidents in agriculture*, Pamplona, Departamento de Proyectos de Ingeniería Rural – Universidad Pública de Navarra.
- AREOSA, J. (2012), *O lado obscuro dos acidentes de trabalho: um estudo de caso no setor ferroviário*, Famalicão, Edição Húmus.
- AREOSA, J.; DWYER, T. (2010), “Acidentes de trabalho: uma abordagem sociológica”, *Configurações*, 7, pp. 106-128.
- AVILLEZ, F. (1992), “Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, XXVII (118-119), pp. 691-702.
- BRIOSA, F. M. (1989), *Glossário ilustrado de mecanização agrícola*, 3ª edição, Lisboa, Edição Tratores de Portugal.
- (1999), *Trabalho agrícola: tratores e máquinas agrícolas*, Lisboa, Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, Informação Técnica Segurança e Saúde no Trabalho.
- DEBIASI, H.; SCHLOSSER, J. F.; WILLES, J. A. (2004), “Acidentes de trabalho envolvendo conjuntos tratorizados em propriedades rurais do Rio Grande do Sul, Brasil”, *Ciência Rural*, 34 (3), pp. 779-784.
- DICKETY, N.; WEYMAN A.; MARLOW, P. (2004), *Measuring workplace transport safety performance*, London, Health & Safety Laboratory, HSE Books.
- DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. (1982), *Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*, Berkeley, University of California Press.

- FEHLBERG, M. F.; SANTOS, I.; TOMASI, E. (2001), “Prevalência e fatores associados a acidentes de trabalho em zona rural”, *RSP – Revista de Saúde Pública*, 35 (3), pp. 269-275.
- FIELD, B., (2000), “Safety with farm tractors”, Cooperative Extension Service, S-56, Purdue University, State of Indiana, [Consult. a 10.02.2014]. Disponível em: <<https://www.extension.purdue.edu/extmedia/s/s-56.html>>.
- FUNENGA, M. (2006), “Tratores agrícolas e florestais: estruturas de segurança ao reviramento (ROPS)”, *Revista de Mecanização Agrária da Associação Portuguesa de Mecanização Agrária*, 3, pp. 16-18.
- GOMES, E. (2008), *Acidentes de trabalho com máquinas: Consequências da adoção e implementação de legislação comunitária relativa à integração de segurança na conceção de máquinas e à utilização de equipamentos de trabalho*, Tese de Mestrado em Engenharia Humana, Braga, Universidade do Minho.
- HÄMÄLÄINEN, P.; TAKALA, J.; SAARELA, K. L. (2006), “Global estimates of occupational accidents”, *Safety Science*, 44, pp. 137-156.
- LILLEY, R. *et al.* (2002), “A survey of forest workers in New Zealand. Do hours of work, rest and recovery play a role in accidents and injury?”, *Journal of Safety Research*, 33, pp. 53-71.
- LORINGER, K. A.; MYERS, J. R., (2008), “Tracking the prevalence of rollover protective structures on U.S. farm tractors”, *Journal of Safety Research*, 39 (5), pp. 509-517.
- LUNES, R. F. (2006), “Impacto económico das causas externas no Brasil: um esforço de mensuração”, *Revista de Saúde Pública*, 31 (4), pp. 38-46.
- MANGANO, J. *et al.* (2007), “Development and validation of a computer program to design and calculate ROPS”, *Journal of Agricultural Safety and Health*, 13 (1), pp. 65-82.
- MÁRQUEZ, L. (1986), “Maquinaria agrícola y seguridad vial”, *Boletim Salud y Trabajo*, 56, pp. 6.
- NETO, H. A. (2011), *Das condições do trabalho à cultura organizacional de segurança: práticas e representações de segurança e saúde no trabalho em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PAPADOPOULOS, G. *et al.* (2010), “Occupational and public health and safety in changing work environment: an integrated approach for risk assessment and prevention”, *Safety Science*, 48 (8), pp. 943-949.
- PINTO, J. M. (1981), “Solidariedade de vizinhança e oposição de classe em coletividades rurais”, *Análise Social*, XVII (66), pp. 199-229.
- POTOCNIK, I. *et al.* (2009), “Severity analysis of accidents in forest operations”, *Croatian Journal of Forest Engineerings*, 30 (2), pp. 171-184.
- RICHTHOFEN, W. (2006), *Inspeção do trabalho: um guia da profissão*, Coimbra, Organização Internacional do Trabalho, Coimbra Editora.
- RIVERO, J. M. S.; GARRIDO, N. P.; PALOMINO, A. E.; BARRIGA, J. M. G. (2007), *Seguridad en el Trabajo*, Madrid, Fundación Confemetal.

- SANTOS, A. J. R. (2013), *Trabalho não declarado e fenómenos conexos*, Lisboa, Escolar Editora.
- SCHLOSSER, J. F.; DEBIASI, H.; PARCIANELLO, G.; RAMBO, L. (2002), “Caracterização dos acidentes com tratores agrícolas”, *Ciência Rural*, 32 (6), pp. 977-981.
- SHORT, J. F., Jr. (1984), “The Social Fabric at Risk: Toward the Social Transformation of Risk Analysis”, *American Sociological Review*, 49 (6), pp. 711-725.
- SILVA, J. R.; FURLANI, V. L. (1999), *Acidentes graves no trabalho rural – caraterização*, Pelotas, Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola.
- SPRINGFELD, B.; THORSON, J.; LEE, B. C. (1998), “Sweden’s thirty-year experience with tractor rollovers”, *Journal of Agricultural Safety and Health*, 4 (3), pp. 173-179.
- WITNEY, B., (1988), *Choosing and using farm machines*, Harlow, Longman Scientific and Technical.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.
- Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.
- Decreto-Lei n.º 113/2008, de 1 de julho.
- Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de maio.
- Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho.
- Lei n.º 78/2009, de 13 de agosto.
- Lei n.º 46/2010, de 7 de setembro.
- Diretiva-quadro 89/391/CEE, de 12 de junho.

Carlos Montemor (autor de correspondência). Estudante de Doutoramento em Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa – Portugal. *E-mail*: cm.montemor@gmail.com.

Luísa Veloso. Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), Professora Auxiliar Convidada do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: luisa.veloso@iscte.pt.

João Areosa. Docente no Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) (Leiria, Portugal) e no Instituto Superior de Educação e Ciências, no Departamento de Artes, Engenharia e Aeronáutica (ISEC) (Lisboa, Portugal). Investigador do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal). *E-mail*: joao.s.areosa@gmail.com.

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

*Universidade Europeia – Laureate International Universities
e CIES – Instituto Universitário de Lisboa*

Resumo

Este artigo tem por objetivo a análise dos pressupostos habitualmente assumidos na elaboração de previsões económicas e das suas consequências sociais. Procura-se demonstrar, sob a ótica da reflexividade social, que as previsões económicas são centrais para a sociologia quando assumidas como um instrumento performativo do futuro e não descritivo. O artigo ocupa-se da dimensão social das previsões, focando a sua atenção na relação entre previsões e leis económicas, na produção intencional ou não intencional de resultados económicos com base em previsões e na interação entre as previsões e o saber económico de senso comum.

Palavras-chave: reflexividade social; previsão; economia.

Abstract

The unbearable sustainability of economical predictions: reflexivity, ethno-economics and neoliberalism

The aim of this paper is to analyze the assumptions usually made by economic forecasts and their social consequences. According to a social reflexivity perspective, it will be shown that economic forecasts are central issues in sociology when they are not considered as a descriptive tool but as a performative instrument which produces a certain kind of economic scenario. This paper deals with the social dimensions of economic forecasts focusing on their relationship with economic laws, the intentional and unintentional production of economic performances and also ethno-economics based on common sense.

Keywords: social reflexivity; forecast; economics.

Résumé

L'intenable durabilité des prévisions économiques: réflexivité, ethno-économie et neo libéralism

Cet article vise analyser les hypothèses généralement reconnus dans le développement des prévisions économiques bien ainsi que dans ses conséquences sociales. C'est démontré, dans la perspective de la réflexivité social, que les prévisions économiques sont au coeur de la sociologie lorsque sont pris comme un outil performative de l'avenir et pas comme descriptive. L'article s'occupe de la dimension sociales des prévisions, en concentrant sur la relation entre les prévisions et les lois économiques, la production intentionnelle ou pas des résultats économiques fondées sur prévisions et dans l'interaction entre les prévisions et le bons sens économique.

Mots-clés: réflexivité sociale; prévision; économie.

Resumen

La insostenible sostenibilidad de las previsiones económicas: reflexividad, etnoeconomía y neoliberalismo

Este artículo tiene como objetivo el análisis de los presupuestos habitualmente asumidos en la elaboración de previsiones económicas y las consecuencias sociales de las mismas. Se demuestra, desde la ótica de la reflexividad social, que las previsiones económicas son centrales para la sociología siempre que sean consideradas un instrumento performativo del futuro y no descriptivo. El artículo se ocupa de la dimensión social de las previsiones centrándose en la relación entre estas y las leyes económicas. También considera, con base en esas previsiones, la producción intencional y no intencional de resultados económicos así como la interacción entre previsiones y saber económico de sentido común.

Palabras clave: reflexividad social; previsión; economía.

Introdução

Desde o desencadear da crise económico-financeira em 2008, as previsões de natureza económica têm ganho um relevo especial. De forma constante, deparamo-nos com elas a partir das suas múltiplas procedências: governos nacionais, organismos internacionais, observatórios, institutos de investigação, universidades, agências ou instituições financeiras. Neste terreno também contamos com a voz dos peritos, da comunicação social, dos partidos políticos, dos sindicatos, das associações e da sociedade civil em geral, a discutir essas e sobre essas previsões enquanto estruturadoras do discurso público sobre da evolução da economia. Matéria habitual de previsão é, por exemplo, o quadro macroeconómico básico e variáveis como o PIB, a despesa pública e privada, o investimento, as exportações e as importações, o

desemprego ou a balança comercial. Em suma, se o cidadão necessitar de uma ideia sobre o futuro, o que não faltam são prognósticos semanais, mensais, trimestrais ou anuais; ou previsões novas, recentes, corrigidas e atualizadas. Como tal, este artigo tem por objetivo a análise, sob o prisma da reflexividade social, dos pressupostos e dos fundamentos habitualmente assumidos na elaboração de previsões económicas. Trata-se, pois, de refletir sobre:

- a) O fato de as previsões serem conhecidas pela mesma sociedade cujo futuro económico está ser prognosticado;
- b) A possibilidade de as previsões gerarem, mediante o seu prognóstico, uma alteração da situação prevista;
- c) As possíveis consequências da interação existente entre as previsões como materialização do conhecimento económico especializado e o saber económico de senso comum.

A partir deste conjunto de reflexões procura-se demonstrar que as previsões económicas têm interesse para a sociologia sempre e quando abandonemos uma compreensão das mesmas como instrumento descritivo do futuro e as analisemos como instrumento performativo do porvir. Isto é, contrariamente ao significado normalmente atribuído, as previsões não só descrevem uma possibilidade de futuro mas também fazem parte do cenário económico que procuram prognosticar.

Este artigo tem uma pretensão concreta: refletir teoricamente sobre a componente reflexiva da previsão como um tipo específico de conhecimento social. Tal significa que serão ponderadas diferentes possibilidades tendo como referência questões clássicas e estruturais da teoria sociológica relativas à interdependência de leis e regularidades sociais e a capacidade de agência dos atores. Sendo esta a prioridade do artigo, não se pretende aqui oferecer uma revisão exaustiva e completa do estado da arte no que diz respeito à questão da previsão económica. Neste sentido, existem contributos recentes e qualificados acerca da vertente metodológica e filosófica da previsão (González, 2015) que neste texto só poderá ser, em parte, abordada.

De acordo com este objetivo, enquadramento e pretensão, este artigo apresenta, numa primeira seção, uma abordagem genérica da questão da capacidade de previsão no domínio da ciência económica. Numa segunda seção são introduzidas as principais considerações desenvolvidas por vários economistas acerca das relações entre essa capacidade de previsão e reflexividade, o que implica refletir sobre as eventuais alterações a que essas mesmas previsões estão sujeitas quando conhecidas pela

sociedade. A terceira e última seção centra-se na relação entre previsões e leis económicas, na produção intencional ou não intencional de resultados económicos com base em previsões e na interação entre as previsões e o saber económico de senso comum. Em resumo, as páginas que se seguem consideram as previsões económicas como um objeto legítimo de indagação sociológica que coloca questões teóricas, epistemológicas e cívico-políticas de grande transcendência, quer para o cientista social, quer para o conjunto dos atores sociais.

1. Previsões económicas: enquadramento geral

Uma previsão económica é uma estimação probabilística do futuro baseada em informação passada ou presente. Fala-nos da verosimilitude da ocorrência de um dado fato, fenómeno ou processo. No entanto, há dois elementos estreitamente ligados ao exercício da previsão que convém antes de mais apontar e que serão desenvolvidos posteriormente. O primeiro é o fato de as previsões serem construídas a partir da enunciação de alguma lei económico-social, mesmo na sua aceção mais lata. Isso explicaria a existência de certas regularidades ou tendências típicas no funcionamento das sociedades que, por sua vez, gerariam a previsibilidade necessária capaz de permitir a elaboração de previsões. O segundo é a frequente associação entre as previsões e a prescrição de medidas e políticas que visariam a sua confirmação ou a sua refutação e que, por esse motivo, se comportariam como pontos de referência para os decisores político-económicos. Assim, a questão da regularidade e da prescritividade gravitarão, como veremos, de maneira constante em torno das previsões económicas.

É consensual considerar Milton Friedman como o autor que define a ortodoxia num sentido positivista e objetivista no campo das previsões. De acordo com González (2012), para Friedman, o êxito na previsão deve ser adotado como critério epistemológico, axiológico e metodológico fundamental da ciência em geral, e da economia em particular. Como tal, a sua cientificidade medir-se-á pelo grau de coerência entre a realidade e a previsão: quanto maior for essa coerência, mais sólido será o estatuto científico da disciplina. Com mais ou menos retificações e adendas, a posição de Friedman tem instituído certa ortodoxia entre os economistas de orientação positivista: segundo esta perspectiva, a ciência económica é capaz de antecipar cenários e resultados futuros com um grau elevado de precisão e com umas margens de erro progressivamente reduzidas (Lucas, 2003: 1). Esta ortodoxia, que é simultaneamente

uma espécie de senso comum entre os setores da disciplina que partilham a referida orientação, tem conduzido à elaboração de um conjunto de justificações típicas que supostamente explicariam os desvios ou os erros nas previsões, e que são baseadas numa noção genérica de complexidade (González, 2006). Tal complexidade faz com que:

- a) seja difícil antecipar a conduta humana, inevitavelmente determinada por múltiplas variáveis.
- b) seja difícil ter em conta e selecionar as variáveis estritamente relevantes para a elaboração de uma dada previsão;
- c) seja difícil calcular o possível resultado agregado produzido por uma miríade de ações individuais submetidas ao influxo de inúmeras variáveis;
- d) seja difícil saber se estão a ser considerados os dados necessários ou se, pelo contrário, os dados disponíveis são insuficientes para realizar uma previsão.

Apesar dos problemas que se colocam, os peritos continuam a oferecer recomendações de ordem técnica ou deontológica que, supostamente, contribuem para afinar as previsões: ampliar as séries temporais de dados, melhorar a recolha e o tratamento da informação, desenvolver programas informáticos mais sofisticados, trabalhar em rede para aumentar o número de potenciais avaliadores, rever e medir periodicamente os erros cometidos, elaborar previsões alternativas de acordo com cenários também alternativos de futuro e interpretar com prudência os dados e as próprias previsões (Pulido, 2013). Argumenta-se que, apesar dos erros e dos desvios, as previsões são imprescindíveis para decidir, planear, organizar e gerir tanto uma empresa como um Estado (Pulido, 2006).

Contudo, nem todas as correntes de pensamento económico se revêm nesta centralidade outorgada às previsões. As correntes que poderíamos chamar de heterodoxas – institucionalistas, neomarxistas, pós-keynesianos... – estão mais próximas de uma visão que Lawson (1997) designou como realismo crítico. Os princípios deste realismo reconhecem: a) a impossibilidade de realizar previsões fora de contextos experimentais; b) a possibilidade de identificar tendências e cenários futuros alternativos; c) a inutilidade de declarar como objetivo prioritário da ciência económica a previsão; e d) a necessidade de afirmar que a verdadeira missão da ciência económica é a compreensão das estruturas e dos processos económicos.

1.1. A reflexividade das previsões vista pela economia

Até agora, todas as considerações que foram feitas acerca da precisão, fiabilidade, erros e desvios das previsões remetem para explicações de cariz técnico ou deontológico. No entanto, um dos fenómenos sociais mas interessantes associados à previsão económica é o da reflexividade social. Este conceito refere-se aos eventuais efeitos da difusão pública da própria previsão na sociedade ou, dito de um outro modo, é um conceito que chama a atenção para a influência das previsões na sociedade e, simultaneamente, da sociedade nas previsões. Nesta linha, uma outra possibilidade explicativa dos erros e dos desvios passa pelo conhecimento da previsão pela sociedade de receção. Eis, portanto, um convite para refletir sobre as implicações sociais das previsões ou para pensarmos, por exemplo, em que medida a previsão da variação da taxa do PIB, da poupança, da dívida, do investimento ou do desemprego pode ou não alterar os comportamentos dos atores económicos incluídos nessa previsão, no momento em que estes conhecem o seu conteúdo. Não podemos esquecer que essas previsões são difundidas na sociedade, que pode aceitá-las total ou parcialmente ou que pode tomá-las como elemento orientador da sua ação: a sua finalidade, teoricamente descritiva já que avança um cenário futuro provável, pode gerar alterações na situação cujo desenvolvimento é suposto prever.

Basta uma simples analogia para perceber melhor as implicações da reflexividade neste terreno. Sempre que um meteorólogo prediz as condições climáticas tem a certeza absoluta que o tempo atmosférico não pode “ler” as suas previsões. Também não o faz o meteorito cuja trajetória é prevista pelo cosmólogo, nem o vulcão que poderia entrar em erupção segundo o geólogo. Pelo contrário, um ser humano é perfeitamente capaz de saber o que é que dizem as previsões dos economistas sobre a sociedade na qual vive e, em função dessa informação, pode ou não orientar a sua conduta. Quando este processo individual tem lugar em termos agregados, a previsão pode vir a ser confirmada, refutada ou, o que costuma ser mais habitual, o resultado final pode ser diferente do inicialmente previsto. Esta é, de fato, a característica mais distintiva das ciências sociais: o conhecimento que produz pode ser utilizado pelos indivíduos para orientar o seu comportamento, motivando modificações da situação, do fenómeno ou do processo cuja evolução esse mesmo conhecimento diz descrever. A previsão perde o estatuto de afirmação externamente elaborada sobre a realidade para se converter em mais um elemento da realidade prevista. A consequência

imediate deste fenómeno é a insustentabilidade da suposta neutralidade axiológica da economia como garantia de cientificidade. A ciência económica não é um saber assético ou distanciado como corresponderia ao estatuto ideal do conhecimento científico; é sim um saber envolvido e comprometido com a realidade que procura analisar ou compreender, fato que hoje é amplamente reconhecido por muitos representantes da disciplina (Reis, 2010).

No campo da economia, a questão da reflexividade tem merecido diferentes abordagens. Segundo Sandri (2009: 74), a primeira vez que a questão ganha alguma centralidade é num artigo de 1928 da autoria de Oskar Morgenstern. Neste artigo o autor assinala o principal paradoxo derivado da formulação e difusão de previsões económicas: cada uma delas vem acompanhada de um ajustamento da conduta dos atores económicos, fato que altera a situação e que requiere uma nova previsão que, por sua vez, gera um novo ajustamento e uma nova previsão num processo de ação-reação que, segundo esta lógica, poderia prolongar-se *ad infinitum*. Apesar de essa progressão infinita ser possível no plano estritamente lógico, as evidências empíricas, tal como afirma Lehmann-Waffenschmidt (1990), refutam essa infinitude. Em primeiro lugar, nenhum ator económico possui a capacidade de realizar um número infinito de ajustamentos e de reflexões antecipatórias do futuro. E em segundo lugar, existem restrições de tempo, ou seja, o custo de uma não-decisão provocada por um processo de reflexividade infinita pode ser superior ao de adotar uma decisão.

Em resposta a Morgenstern, Grunberg e Modigliani (1954) entendem que uma saída para o problema da reflexividade infinita seria a não divulgação da previsão, o que permitiria eliminar como fator de distorção o conhecimento que dessa previsão tem a sociedade. Mas afirmar que a exatidão deriva da não divulgação da previsão implica também a) conhecer como é que são formadas as expectativas dos atores económicos e, por isso, saber como é que estas se alteram em função das mudanças da previsão; e b) conhecer como é que reagem os atores relativamente ao cenário futuro desenhado pela previsão. Portanto, se a previsão for divulgada, a eventual distância entre o resultado previsto e o resultado final seria exclusivamente atribuível às variações de a) e b). Contudo, a proposta de Grunberg e Modigliani levanta um problema de natureza cívico-política especialmente crítico em sistemas democráticos que outorgam à livre produção e circulação da informação um valor ético positivo. A não divulgação de informação – previsões, neste caso – considerada socialmente significativa, pode ser associada a

tentativas de manipulação da cidadania mediante a ocultação de dados. Apontamos aqui esta questão sobre a qual voltaremos mais à frente.

Face à opção da não-divulgação, Lucas (1976) oferece uma alternativa mais transparente baseada na deseabilidade de políticas económicas que gerem o maior consenso social possível. Não existem políticas económicas consensuais pelo fato de a economia não ser um conhecimento neutro. Mas sim podem existir políticas económicas com as quais amplos setores da população possam concordar. Para Lucas, quanto maior for este consenso, maior será a possibilidade de conseguir previsões económicas bem sucedidas.

Em geral, o desenho e a implementação de qualquer política económica estão associados à utilização de modelos econométricos mediante os quais podem ser testados possíveis cenários futuros ou medido o impacto esperado dessa política. Mas essa política económica pode provocar, inspirar ou incentivar adaptações nas condutas dos atores económicos e, por essa razão, os pressupostos dessas condutas a partir dos quais foram construídos os modelos econométricos que fundamentam aquela política, já não coincidiriam com as condutas reais, uma vez que esses mesmos modelos dos quais derivam as previsões, ficam inúteis. Para Lucas, a solução passaria pelo desenho de uma política económica que fosse a expressão de um consenso social o mais alargado possível. Desta forma, a resposta perante a implementação dessa política económica ganharia em previsibilidade e estabilidade – o grau de acordo aumentaria pelo fato de ser o produto resultante de uma participação e colaboração mais ampla –, os pressupostos que inspiram os modelos econométricos aproximar-se-iam das condutas reais e as previsões nascidas daqueles modelos convergiam com a realidade.

Um outro contributo na abordagem da reflexividade é o trabalho de George Soros (2008). Talvez a sua condição de investidor-especulador tenha retirado credibilidade académica e científica aos seus trabalhos. Mas essa credibilidade tem vindo a crescer, como revela o número especial que dedicou à análise da sua obra a revista *Journal of Economic Methodology*, em 2013. George Soros há anos que reflete sobre a interação entre a conduta individual nos mercados financeiros e as suas orientações de acordo com a visão da evolução desses mercados. O que os atores pensam sobre o mercado – e isso inclui os seus prognósticos acerca do futuro e as potenciais reações face aos prognósticos –, tem influência no seu próprio desenvolvimento. Ou, de uma forma mais simples, se os atores possuem algum tipo de conhecimento acerca do futuro, esse futuro previsto pode vir a ser modificado.

2. Sociologia e previsões económicas

A questão da reflexividade tem sido estudada pela sociologia desde diferentes pontos de vista: como condição essencial de um tipo de sociedade altamente diferenciada (Beck, Giddens e Lash, 1994), como elemento consubstancial aos sistemas complexos (Luhmann, 1991) ou como critério de validade epistemológica e ferramenta metodológica nas ciências sociais (Bourdieu e Wacquant, 2005). No nosso caso, temos vindo focar a análise na reflexividade ligada ao conhecimento económico e, mais especificamente, no impacto das previsões na sociedade e da sociedade nas próprias previsões. Com este propósito, a nossa reflexão vai centrar-se em três questões que até agora emergiram apenas de forma indireta:

- a) A relação entre as previsões e as supostas leis económicas que as sustentam.
- b) A relação entre as previsões e a divulgação, ocultação ou manipulação estratégica do conhecimento socialmente relevante.
- c) A relação entre as previsões e o saber económico de senso comum.

A partir desta reflexão tripla, procuramos chamar a atenção para o fundo social e político da produção de previsões económicas muito além da visão hiperespecializada e técnica que habitualmente existe sobre elas.

2.1. Previsões e leis económicas

Qualquer previsão económica é sustentada por algum tipo de pressuposto relacionado com a existência de leis económicas. É verdade que falar em leis remete amiúde para um universo determinista e fechado de relações causais que, pelo menos teoricamente, permitem efetuar previsões sobre cenários futuros com uma precisão absoluta. No entanto, no campo das ciências sociais (e quer a economia, quer a sociologia fazem parte do mesmo), o conceito de lei é bem mais modesto. Segundo Lamo de Espinosa (1990: 97-104), autor imprescindível nesta matéria e a quem recorreremos sistematicamente para construir a nossa reflexão, seria possível falar em leis sociais ou económicas quando identificadas com regularidades ou generalizações empíricas cuja validade é sempre limitada. Como tal, a sua formulação geral adotaria a forma seguinte: *sob certas condições, uma dada causa produz um dado efeito com uma dada probabilidade compreendida entre 0 e 1*. Embora a formulação pareça

extremamente simples, a relação entre causa e efeito não é linear, sendo necessário especificá-la:

- a) Nem todos os atores económicos sabem o mesmo acerca da causa. De fato, pode suceder que não saibam nada ou que não percebam que essa causa é, efetivamente, a que produz o efeito associado.
- b) Os atores podem reagir de forma variável perante a causa. Essa reação dependerá dos seus interesses, valores ou objetivos. Mas essas reações não são governadas pelo acaso nem, numa situação extrema, existem tantas reações diferentes como o número de atores económicos. Com isto queremos dizer que há reações tipificadas perante situações análogas, uma vez que, nas sociedades, existem normas que prescrevem o tipo de reação adequada ou desejável para cada situação.
- c) As ações dos atores não têm o mesmo peso no cômputo geral agregado. Há atores que, pelos seus recursos, pela sua capacidade de influência, pelo seu acesso ao poder ou pelo seu prestígio, acumulam mais oportunidades de reconduzir, condicionar ou mesmo determinar esse resultado geral agregado.
- d) Os atores económicos podem agir segundo o que querem, mas também em função do resultado final previsto ou das condutas que são esperadas por parte de outros agentes.

Tendo presentes estas considerações, para que uma previsão económica antecipe com precisão um cenário futuro, a relação entre causa e efeito tem de ser equilibrada, ou seja, para que uma mesma causa gere sistematicamente o mesmo efeito devem ser reunidas as seguintes condições:

- a) O mesmo estímulo tem de ser entendido do mesmo modo pelo mesmo ator ao longo do tempo. Isto não significa que todos os atores o entendam da mesma maneira, mas que a percepção de um dado ator se mantenha constante.
- b) Os objetivos, recursos e valores dos atores devem manter-se também constantes e se mudarem, terão de mudar de forma conjunta.
- c) Os atores devem desconhecer a regularidade que liga a causa ao efeito. Se a conhecerem, poderão orientar a sua conduta em função dela, bem para tirar proveito, bem para se protegerem.

Este último ponto é fulcral. Se nos for permitida a expressão, uma lei é mais lei quando a regularidade que estabelece é mais estável. Mas, ao mesmo tempo, quanto mais estável, mais previsível e, por isso, mais fácil será para os agentes económicos descobrir essa regularidade e orientar a sua ação em função dela.

2.2. Divulgação e ocultação

Um outro desafio que a previsão terá de confrontar é a sua divulgação pública, ou seja, ser conhecida pela sociedade. Esta questão já foi apontada anteriormente, mas voltamos a ela com a finalidade de avaliar teórica e criticamente as suas implicações.

O conhecimento público de uma previsão cria as condições de possibilidade para a alteração da situação inicialmente prevista. Sendo assim, e sob uma perspetiva estritamente pragmática, uma previsão terá mais hipóteses de sucesso sempre que essa mesma previsão seja apenas conhecida pelos especialistas que a produzem. Só desta forma, essa mesma previsão não se converte num guia de conduta dos atores económicos nem num item de informação potencialmente disruptivo para a sua concretização.

O problema que se coloca é a admissibilidade da opacidade criada mediante a não divulgação da previsão. Se entendermos que essa previsão é um tipo de conhecimento socialmente relevante, a sociedade estaria a ser privada de informação coletivamente útil. É, sem dúvida, uma operação extremamente controversa num contexto democrático onde, em termos gerais, a transparência informativa é valorizada positivamente. Simultaneamente, a ocultação da previsão e da lei que a inspira entrariam em contradição com um dos valores éticos essenciais ligados à ciência, isto é, a revelação da verdade. Tratar-se-ia de atingir ou evitar um dado resultado anunciado por uma previsão cuja não divulgação permitiria que fosse atingido ou evitado. Os produtores de previsões, mediante a opacidade gerada pela ocultação, criariam as condições para a previsão se concretizar. Lamo de Espinosa (1990) identifica esta situação como um caso de reflexividade alienada que alimenta um processo de engenharia social: o conhecimento de origem técnico-científica é empregue para promover um dado resultado que exige, como condição para a sua materialização, não ser divulgado.

As possibilidades de ocultação são potencialmente mais eficazes em contextos e situações onde a disponibilidade de previsões é baixa ou mesmo inexistente. Não é este

o caso de sociedades complexas e altamente diferenciadas, caracterizadas pela tendência contrária, ou seja, pela profusão de previsões e pela concorrência entre elas em termos de credibilidade, precisão e capacidade de influência. Neste sentido, é possível falar num mercado de previsões ao qual os atores económicos podem socorrer para orientar a sua conduta. E, orientar a conduta, envolve uma sequência de passos:

- a) Os economistas realizam a sua previsão e procedem à sua divulgação pública.
- b) Os atores económicos aos quais é aplicada a previsão podem ou não conhecê-la, mas essa divulgação torna-se acessível na maioria das vezes através da comunicação social.
- c) Esses atores têm de considerar a previsão significativa. E podem fazê-lo por diferentes motivos sendo que a fiabilidade, o prestígio e a proximidade aos decisores políticos ou financeiros serão alguns dos mais importantes. Portanto, que seja significativa implica que não é rejeitada ou ignorada.
- d) Quando a previsão é considerada significativa, os agentes orientar-se-ão segundo o seu prognóstico. Será a agregação total das ações individuais a que determinará a autoconfirmação e a autonegação da previsão, ou aquilo que costuma ser mais habitual, a concretização de um resultado simplesmente diferente do previsto.

De acordo com este raciocínio, há um ponto de fricção com uma visão ortodoxamente positivista das leis e das previsões económicas. Segundo esta, os agentes manteriam a conduta que prevê a lei, mesmo conhecendo-a, pois a sua força impositiva, que deriva da agregação de múltiplas ações particulares, é superior à margem de manobra de qualquer agente individual. Vista assim, é uma força externa não modificável cujas previsões não são afetadas pelos atores económicos. Esta conceção restringida, mecanicista e determinista ignora os efeitos da reflexividade quando considera que os atores económicos nada têm a dizer sobre as previsões ou que a receção das mesmas é essencialmente passiva.

2.3. Previsões, conhecimento especializado e senso comum

Resta considerar a hipótese do tipo de receção das previsões e, sendo mais precisos, a possível combinação entre o conhecimento especializado, representado pela

previsão económica, e o conhecimento de senso comum acerca da economia. No debate público, assume-se com certa leviandade que a economia é, sobretudo, um conhecimento estritamente técnico reservado apenas aos peritos e inacessível para quem carece da formação apropriada (Colander, 2005). Mas a materialização do conhecimento económico especializado nas previsões que desenvolve, convive com o conhecimento leigo de senso comum, ou seja, com uma etno-economia adquirida pelo fato de o indivíduo estar integrado numa dada cultura. A este respeito, Lamo de Espinosa (2005) recupera um exemplo interessante que mostra bem a importância do saber etno-económico: qualquer sistema monetário baseia-se no valor de troca dado ao dinheiro, e que depende, em grande medida, dos conhecimentos que as pessoas aplicam sobre o dinheiro. Do mesmo modo, este raciocínio pode ser aplicado a relações fulcrais tão presentes no quotidiano como a do preço e a qualidade: nestes domínios, todos sabemos de economia. As previsões económicas interagem com o saber etno-económico sobre o valor do dinheiro, dos preços e dos salários, da evolução do desemprego, da distribuição dos impostos, da carga fiscal ou da gestão dos recursos económicos. É um saber composto por experiências pessoais e notícias (Ross, 2011) ou, na adequada e vívida expressão de Henderson (1985), um “Do It Yourself Economics”. Sendo assim, pode ocorrer que os indivíduos não entendam integralmente a informação ou as teorias económicas, mas apenas tenham uma compreensão parcial ou não saibam nada das mesmas. Não obstante, agem como se soubessem economia (Marques, 2010: 141-147) e geram condutas agregadas com um dado impato económico.

Uma das fontes primordiais da etnoeconomia é a receção do conhecimento produzido pelos peritos económicos: inquéritos, sondagens, índices de confiança e relatórios elaborados por observatórios, universidades, jornais, bancos centrais, instituições financeiras ou agências de classificação de risco. Prova da sua existência é a utilização que desse mesmo conhecimento se faz com uma finalidade persuasiva no debate político-económico. Este saber tem sido mobilizado na atual crise de forma a legitimar muitas das medidas implementadas ao abrigo das políticas de austeridade e dos programas de assistência financeira. Assim, apelos à metáfora do Estado como uma “família” e ao orçamento nacional como um “orçamento doméstico”, à bondade da gestão tradicional do lar como modelo de gestão da economia nacional, ao pagamento das dívidas como uma questão de honra pessoal ou ao ajustamento estrito entre receitas e despesas têm feito parte, em geral, do debate público, e em particular, das próprias recomendações oferecidas por alguns economistas para contornar ou ultrapassar os

constrangimentos financeiros (Soeiro, Cardina e Serra, 2013). Em consequência, não podemos pensar nas previsões como um tipo de conhecimento que será recebido, parafraseando Harold Garfinkel ([1967] 2006), por “idiotas económicos” que agem apenas de acordo com o estipulado pelas leis da economia. Ao contrário, a previsão incorporar-se-á ao acervo etnoeconómico de cada indivíduo se a achar significativa, convertendo-se em mais um elemento que contribui para a complexidade, a variabilidade ou a imutabilidade da sua resposta.

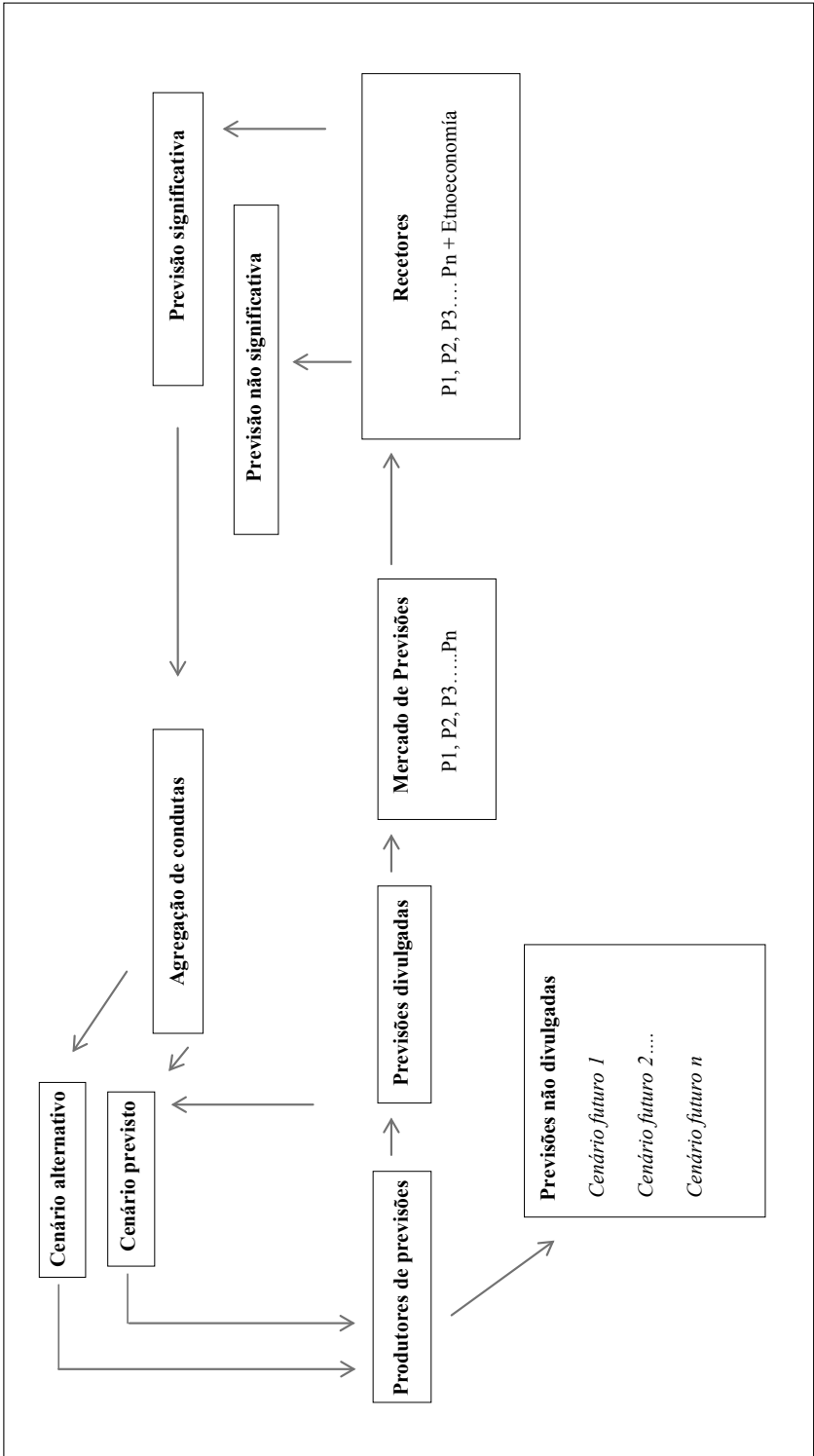
Conclusão

O tema da reflexividade coloca dificuldades relevantes ao exercício da previsão económica e que estão associadas aos seguintes elementos:

- a) De, quando divulgadas, poderem trazer consigo uma alteração do cenário previsto.
- b) Poderem constituir um elemento orientador da conduta dos agentes económicos, que poderão agir para se proteger ou beneficiar da previsão, provocando eventualmente uma alteração das condições sob as quais foi elaborada.
- c) Poderem interagir com o conhecimento etnoeconómico provocando resultados e respostas não equacionados pela previsão.

A nossa argumentação fica mais completa se olharmos para a figura 1, onde descrevemos o percurso esquemático e típico de uma previsão:

Figura 1
Percurso-tipo de uma previsão económica



Partindo dos produtores, as previsões divulgadas passarão a fazer parte do mercado de previsões, desde onde chegam aos recetores. Se a conduta agregada for a prevista, atingir-se-á o cenário antecipado pela previsão inicial. Se não for assim, emerge um cenário alternativo que inaugura uma nova situação cujos parâmetros fundamentais passarão, numa lógica de circularidade, a ser integrados na produção de novas previsões. Em geral, as previsões económicas não possuem apenas uma finalidade eminentemente descritiva, isto é, não são unicamente uma antecipação cientificamente sustentada de um cenário futuro. Também possuem um sentido performativo na medida em que são concebidas como instrumentos que podem intervir na formação da realidade económica e, conseqüentemente, no tipo de resposta dada pelos agentes económicos. Quando interpretadas desta maneira, o fenómeno da proliferação das previsões ganha um novo contorno.

Às dificuldades derivadas da reflexividade pode associar-se a constatação empírica dos erros e desvios sistemáticos das previsões. Não convém esquecer que muitas das previsões são guias ou objetivos de políticas económicas específicas e que, por esse motivo, não são inócuas.¹ Mas o fato indiscutível é que, apesar dos erros, dos desvios ou da falta de realismo, e apesar das dificuldades colocadas pela reflexividade, a elaboração e produção de previsões não se detém. Portanto, cabe interrogar-nos pelo porquê da sua presença, ou seja, pelo seu significado social.

Inicialmente, é factível considerar a previsão económica como um dispositivo de auto-observação próprio das condições socioeconómicas complexas que apresentam as sociedades com elevados níveis de diferenciação (Izquierdo, 1999). Simultaneamente, essas condições são as que permitem manter a infraestrutura e os custos associados ao funcionamento da indústria da previsão. Assim, são o desenvolvimento da economia e a sua complexidade os que geram a necessidade de auto-observação reunindo informação acerca do seu alcance, implantação e crescimento. Só uma economia complexa é que pode permitir-se sufragar os custos da auto-observação – derivados do funcionamento de observatórios, universidades, ministérios... – ou transformá-los em produtos pelos quais pagar um preço como são pagas, por exemplo, as previsões e as avaliações das

¹ Sobre esses erros e desvios é interessante consultar as medições realizadas pelo ESADE – Universidade Ramon Llull, que calcula a média do desvio das previsões efetuadas por diferentes entidades – Banco de Espanha, BBVA, Banco Santander, Governo de Espanha, FMI, OCDE ou The Economist para citar as mais relevantes – sobre a evolução do PIB em Espanha desde 2003. Em Portugal, um instrumento análogo, embora não focado exclusivamente nas previsões, é o *Budget Wacht*, composto pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL), a consultora *Deloitte* e os jornais *Expresso* e *Público*.

empresas de consultoria. Isto conduz a postular a existência de um mercado de previsões concorrentes entre si em virtude dos seus atributos – fiabilidade, prestígio, precisão técnica... – sendo que um deles, talvez o fundamental, seja a capacidade para influir no presente mediante a definição de cenários económicos futuros.

O seu significado social é intrinsecamente político ao servir para orientar políticas económicas que se tencionam executar ou discutir. Mas orientar políticas é também orientar condutas e, neste sentido, as previsões são elementos significativos no momento de tomar decisões individuais e corporativas. É extremamente reducionista supor que quando um banco central, um ministério, a OCDE, o FMI ou qualquer organização nacional ou internacional relevante elaboram um relatório ou análise, ignorem que essa informação, junto com as previsões que contém, será com certeza conhecida e assimilada por diferentes atores económicos, quer sejam peritos, quer sejam leigos.

Sendo assim, resta avançar uma hipótese que necessariamente terá de ser considerada e para a qual ainda não existem evidências empíricas satisfatórias, embora seja amplamente sustentada, a nível teórico, a partir dos estudos neofoucaultianos sobre governamentalidade. Neste sentido, seria possível pensar nas previsões como um dispositivo de governo com a capacidade de alinhar as políticas económicas e as decisões individuais ou corporativas, ou seja, um dispositivo de governo com a potencialidade de reconduzir e orientar condutas. Trata-se de um governo à distância, próprio de uma racionalidade política neoliberal (Gordon, 1991; Rose e Miller, 1992; De Marinis, 1999), que concebe o indivíduo não como um corpo para disciplinar ou cuja resistência seja necessária vencer, mas como um agente mediante o qual agir tendo em conta a sua autonomia, que terá de ser alinhada de acordo com os objetivos de governo. As previsões serão um dos dispositivos ativados em prol desse alinhamento e que procura influir numa dada direção na conduta económica individual em busca de um resultado agregado específico. Portanto, sob esta perspetiva, uma previsão é, sobretudo, um método de intervenção no presente em nome de um futuro teórico.

Referências bibliográficas

- BECK, Ullrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Christopher (1994), *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*, Madrid, Alianza Editorial.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc (2005), *Una invitación a la sociología reflexiva*, Buenos Aires, Siglo XXI Argentina Editores.
- BUDGET WACHT – Exame orçamental. ISEG – Universidade de Lisboa; Deloitte, *Jornal Público*, *Semanário Expresso*. Resultados de 2011, 2012 e 2013. [Consult. a 21.02.2015]. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/BudgetWatch/>>.
- COLANDER, David (2005), “The making of an economist redux”, *Journal of Economic Perspectives*, 19 (1), pp. 175-198.
- DE MARINIS, Pablo (1999), “Gobierno, gubernamentalidad, Foucault y los anglofoucaultianos (O un ensayo sobre la racionalidad política del neoliberalismo)”, in Ramón Ramos y Fernando García Selgas (eds.), *Globalización, riesgo, reflexividad. Tres temas de la teoría social contemporánea*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 73-103.
- ESADE UNIVERSIDADE RAMON LLULL, *Diana Económica*. Resultados de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 [Consult. a 21.02.2015]. Disponível em: <<http://www.esade.edu/homepage/esp/diana>>.
- GARFINKEL, Harold ([1967] 2006), *Estudios en etnometodología*, Barcelona, Anthropos Editorial.
- GONZÁLEZ, Wenceslao J. (2006), “Prediction as Scientific Test of Economics”, in Wenceslao J. González and Jesús Alcolea (eds.), *Contemporary Perspectives in Philosophy and Methodology of Science*, Netbiblo, pp. 83-112.
- (2012), “La economía en cuanto ciencia: enfoque desde la complejidad”, *Revista Galega de Economía*, 21 (1), pp. 1-30.
- (2015), *Philosophico-Methodological Analysis of Prediction and its Role in Economics*, Springer.
- GORDON, Colin (1991), “Governmental Rationality”, in Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (eds.), *The Foucault Effect. Studies in Governmentality*, London, Harvester Wheatsheaf, pp. 1-52.
- GRUNBERG, Emile; MODIGLIANI, Franco (1954), “The Predictability of Social Events”, *Journal of Political Economy*, 62 (6), pp. 465-478.
- HENDERSON, David (1985), *Reith Lectures. Innocence and Design* (Lecture 1. “The Power of Do-It-Yourself Economics”, 06/11/1985; Lecture 2. “Soap Opera in High Places”, 13/11/1985), BBC Radio 4.
- IZQUIERDO, A. Javier (1999), “Antropismo social, reflexividad estadística y liberalismo avanzado. Más allá de la globalización económica”, in Ramón Ramos y Fernando García

- Selgas (dir.), *Globalización, riesgo, reflexividad. Tres temas de la teoría social contemporánea*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 521-556.
- JOURNAL OF ECONOMIC METHODOLOGY (2013), Special Issue. *Reflexivity and Economics. George Soros's Theory of Reflexivity and the Methodology of Economic Science*, 20 (4).
- LAMO DE ESPINOSA, Emilio (1990), *La sociedad reflexiva. Sujeto y objeto del conocimiento sociológico*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) / Siglo XXI.
- (2005), “¿Para qué la ciencia social? ¿Para quién escribimos?”, *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 11 (1), [Consult. a 21.02.2015]. Disponível em:
<<http://revistas.ucm.es/index.php/NOMA/article/view/NOMA0505120003A/26763>>.
- LAWSON, Tony (1997), *Economics and Reality*, London/New York, Routledge.
- LEHMANN-WAFFENSCHMIDT, Marco (1990), “Predictability of Economic Processes and the Morgenstern Paradox”, *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 126 (2), pp. 147-161.
- LUCAS, Robert (1976), “Econometric Policy Evaluation. A Critique”, in Karl Brunner and Allan H. Meltzer (eds.), *The Phillips Curve and Labor Market. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, I*, New York, American Elsevier, pp. 19-46.
- (2003), “Macroeconomic Priorities”, *The American Economic Review*, 93 (1), pp. 1-14.
- LUHMANN, Niklas (1991), *Sistemas Sociais*. México, Alianza/Universidad Iberoamericana.
- MARQUES, Rafael (2010), “Motores, fotos, quimeras e monstros: quão performativa é a ciência económica”, in José Castro Caldas e Vítor Neves (orgs.), *A economia sem muros*, Coimbra, Almedina, pp. 139-155.
- PULIDO, Antonio (2013), “Predicción en tiempos de crisis”, *e-ECONOMICA*, 1, pp. 25-36.
- PULIDO, Antonio (coord.) (2006), *Guía para usuarios de predicciones económicas*, Madrid, Ecobook – Editorial del Economista.
- REIS, J. (2010), *Ensaio de economia impura*, Coimbra, Almedina.
- ROSE, Nikolas; MILLER, Peter (1992), “Political Power beyond the State: problematics of government”, *The British Journal of Sociology*, 43 (2), pp. 173-205.
- ROSS, Sandy (2011), *Everyday Economics. Ideas New and Old from Lay Theories of Economic Life*, PhD thesis in Sociology, London, London School of Economics.
- SANDRI, Serena (2009), *Reflexivity in Economics. An Experimental Examination on the Self-referentiality in Economic Theories*, Heidelberg, Physica-Verlag.
- SOEIRO, José; CARDINA, Miguel; SERRA, Nuno (coord.) (2013), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*, Lisboa, Tinta da China.
- SOROS, George (2008), *The New Paradigm for Financial Markets. The Credit Crisis of 2008 and What It Means*, New York, Public Affairs.

Fernando Ampudia de Haro. Universidade Europeia – Laureate International Universities (Lisboa, Portugal). CIES – Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Europeia, Estrada da Correia, 53, 1500-210 Lisboa, Portugal. *E-mail*: fernando.ampudia@europeia.pt; fernando.haro@iscte.pt.

Artigo recebido a 1 de março de 2015. Publicação aprovada a 17 de julho de 2015.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Lúisa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.

9. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.
11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>

g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.

i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em

Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com

